

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE SAÚDE
DIVISÃO DE MEDICINA DO TRABALHO E PREVENÇÃO
SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



PESQUISA PERFIL SOCIAL DO SERVIDOR DO STJ

RELATÓRIO PRELIMINAR

ASSISTENTES SOCIAIS

Angela Teixeira Lira
Fátima Regina Lima Cruz
Irlene Márcia Cavalcante Barros
Luzia Terezinha Vicente Cesetti

Brasília, abril/2002.

DOAÇÃO



SUMÁRIO

1. Apresentação	3
2. Introdução	4
3. Objetivos	5
4. Justificativa	6
5. Objeto	7
6. Problema	7
7. Hipóteses de Trabalho	7
8. Referencial Teórico-metodológico	8
9. Operacionalização	10
10. Apresentação e Análise dos Dados	13
11. Conclusão	28
12. Referências Bibliográficas	29
13. Anexos	31

APRESENTAÇÃO

A elaboração e execução desta pesquisa, intitulada "Perfil Social do Servidor do STJ", foi um desafio para as assistentes sociais da SIS, pelo grau de dificuldade na sua concepção, pela magnitude da sua operacionalização e pela análise propriamente dita, ao considerar-se o grande número de variáveis pesquisadas.

Este estudo, de base empírica, está dividido em duas partes. A primeira, trabalha com questões objetivas, relacionadas aos dados sócio-econômicos, ao trabalho, à saúde, às atividades culturais esportivas e de lazer e às atividades comunitárias. A segunda, relativa ao Serviço Social, são questões abertas, descritivas, que terão uma abordagem diferenciada, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo.

Este Relatório de Pesquisa é referente à primeira etapa e, portanto, preliminar. As questões objetivas permitem o cruzamento de dados, possibilitando outras inferências que venham complementar a análise inicial das variáveis simples. As variáveis cruzadas encontram-se em fase de análise, sendo algumas apresentadas neste relatório. Quanto a segunda parte da pesquisa será apresentada posteriormente, em cronograma a ser definido.

Para execução deste trabalho, muitos foram os colaboradores. Registramos nossos agradecimentos aos servidores do STJ, que nos receberam de forma acolhedora e interessada, respondendo ao questionário com muito zelo; aos colegas da SIS, com as críticas, sugestões e correções; ao Dr. Andral Codeço, Diretor da Divisão de Medicina de Trabalho e Prevenção, que acreditou e encorajou; à Alda Silva, SDRH, que disponibilizou o seu conhecimento e seu tempo na elaboração/tabulação dos questionários; aos Profs. Carlos Lopes, Universidade Católica de Brasília e Valéria Duarte, Universidade de Brasília, que orientaram nos aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema o **Perfil Social do Servidor do Superior Tribunal de Justiça – STJ**, definido a partir da necessidade de estabelecer uma interlocução com o servidor considerando quem é e o que ele busca.

Para o Serviço Social que integra a Divisão de Medicina do Trabalho e Prevenção – DIMEP, a sua competência é definida no sentido de “contribuir na avaliação de saúde ocupacional dos servidores, por meio da análise sócio-econômica e sua relação com o trabalho; planejar e executar atividades de caráter educativo, objetivando a integração entre os servidores ao ambiente funcional, bem como a educação para a saúde”.¹

Para isto, cabe ao assistente social desenvolver sua capacidade operacional no sentido de “saber olhar” a realidade. “O ‘fazer’ do assistente social, respeitadas as devidas singularidades, também exige o conhecimento da situação, do cotidiano da sua prática, dos meios e condições de realização, das possibilidades que a realidade contém e das tendências que suas ações poderão desencadear” (Guerra, 1997:23).

¹ Regulamento da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, Anexo ao Ato 411/99. Art. 13.

OBJETIVO GERAL

Conhecer o perfil do servidor nos seus aspectos sociais, culturais, econômicos e funcionais, visando identificar as demandas para o Serviço Social e para a Divisão de Medicina do Trabalho e Prevenção – DIMEP no sentido de subsidiar programas, projetos e serviços.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Obter dados da realidade sócio-econômica, quanto às condições familiares, moradia, grupos sociais, transporte, hábitos de vida, renda familiar e outras atividades geradoras de renda.
- Conhecer a situação funcional, referentes ao ambiente de trabalho, relações funcionais e interpessoais, tempo de serviço e categoria funcional, nas quais se inserem os servidores.
- Identificar quanto aos aspectos culturais e educacionais: escolaridade, habilitação profissional, vivências culturais que traduzam a realização de projetos de vida e de necessidades pessoais.
- Identificar a percepção do servidor quanto à profissão do Assistente Social, às competências deste profissional no STJ e à sua atuação.

JUSTIFICATIVA

O Serviço Social tem como função, dentre outras, conhecer a realidade social, interpretar, analisar e dar respostas às demandas emergentes no cotidiano da ação profissional, o que é possível através de uma visão crítica que resulte na compreensão da dinâmica da sociedade: suas mudanças e sua estruturação, dentro de uma perspectiva histórica, cultural, econômica e política.

O conhecimento destas demandas requer apreender o movimento da realidade, a fim de detectar possibilidades passíveis de serem desenvolvidas e transformadas em projetos e frentes de trabalho.

Para tanto faz-se necessário decifrar a realidade, permeada pelas diferentes relações sociais que se estabelecem no âmbito da família, do trabalho e de outros grupos significativos. A construção de propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, possibilitarão à população usuária, que no contexto do STJ é formada pelo quadro de servidores, meios de fazer suas próprias escolhas na busca de alternativas para as suas necessidades, dificuldades e aspirações.

A proposta de se definir o “Perfil Social do Servidor do STJ”, a partir de um contexto de ampliação do quadro funcional e de mudanças sentidas nas relações vivenciadas, vem ao encontro da necessidade, percebida pelo Serviço Social, de buscar conhecer de forma sistemática e científica as demandas latentes, ou seja, existentes mas não definidas e estruturadas como demanda pelo público-alvo, sujeito da ação, bem como as demandas manifestas, através da procura dos serviços pelos usuários, mas ainda não contempladas nas ações do Serviço de Saúde.

Neste sentido, se pretende que o profissional de Serviço Social do STJ estabeleça uma relação de intermediação e de interlocução entre os usuários - considerando suas expectativas, necessidades e dificuldades - e a Organização, compreendida em sua natureza, em sua capacidade de dar respostas às demandas apresentadas através dos serviços ora oferecidos e em sua competência na implantação de novos serviços.

A elaboração do "Perfil Social do Servidor" pretende subsidiar a estruturação de programas/projetos/serviços institucionais, especialmente de caráter preventivo, na área de saúde, privilegiando uma atuação interdisciplinar e integrada entre os profissionais que compõem a SIS - Secretaria de Serviços Integrados de Saúde – convergindo com a filosofia de atendimento preconizada pela mesma, bem como a otimização de sua capacidade operacional.

OBJETO

Número significativo de servidores que compõem o quadro funcional do STJ, dividido em categorias profissionais distintas, cuja realidade sócio-econômica, cultural e funcional é apreendida de forma empírica, segmentada e destituída de embasamento técnico-científico.

PROBLEMA

- Em que contexto social, cultural, econômico e funcional encontra-se inserido o servidor do STJ e no qual estabelece relações interpessoais e vivenciais?
- Qual a relação entre a percepção do servidor, quanto a função do assistente social no STJ, e a prática deste profissional?

HIPÓTESES DE TRABALHO

1. Prevalece a noção de que o quadro funcional é composto de servidores, na sua maioria, jovens, com escolaridade de nível superior, de médio poder aquisitivo, o que lhes proporciona razoável acesso a atividades culturais, educacionais e de lazer, e que apresentam satisfação com as condições laborais existentes.
2. Predomina, no STJ, o desconhecimento e a desvalorização da profissão e do tipo de trabalho que o assistente social desenvolve.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O método de pesquisa de *Survey* foi escolhido para esta pesquisa porque possibilita, vantajosamente, a investigação e o exame de variados temas sociais, podendo ser aplicado, como rigoroso método empírico, a questões sociais.

Historicamente o método de pesquisa de *Survey* foi desenvolvido por cientistas sociais e por pesquisadores preocupados em desenvolver métodos científicos de pesquisa empírica adequadas ao exame dos fenômenos sociais.

O formato da pesquisa de *survey* normalmente permite o desenvolvimento e teste rigorosos, passo a passo, de explicações racionais. O fato deste formato permitir a elaboração clara e rigorosa de um modelo lógico, clarifica o sistema determinístico de causa e efeito. Análises explicativas em pesquisa de *survey* visam desenvolver proposições gerais sobre comportamento humano. Três objetivos gerais permeiam o interesse neste tipo de pesquisa:

1. Descrição – *surveys* permitem enunciados descritivos sobre alguma população, isto é, descobrir a distribuição de certos traços e atributos;
2. Explicação – objetivam, adicionalmente, fazer asserções explicativas sobre a população;
3. Exploração – fornecem “mecanismo de busca” quando está se começando a investigação de algum tema.

Tipicamente, *surveys* estudam uma amostra de uma determinada população, coletando dados sobre os indivíduos na amostra. Neste caso, a unidade de análise é uma pessoa, cuja descrição, quando agregada às demais descrições e então manipuladas descrevem e explicam a amostra estudada e, por extensão, a população representada pela amostra.

O método de pesquisa de *Survey* consiste, portanto, na seleção de uma amostra, na elaboração de um questionário que é aplicado à amostra para obtenção de informações, na codificação das respostas de forma padronizada e no seu registro de forma quantitativa, que são submetidos à uma análise agregada para fornecer descrições da amostra e determinar correlações entre diferentes

respostas. As conclusões descritivas e explicativas obtidas pela análise são generalizadas para a população da qual a amostra foi selecionada.

Nesta pesquisa a intencionalidade é concentrar a análise em aspectos predominantemente descritivos, contemplando algumas asserções explicativas e abrindo horizontes para investigações posteriores.

OPERACIONALIZAÇÃO

Para efeito desta pesquisa optou-se pela técnica de documentação direta, ou seja, pelo levantamento de dados no próprio local de trabalho do servidor do STJ, utilizando-se como técnica de coleta de dados o questionário contendo perguntas abertas, fechadas ou dicotômicas e de múltipla escolha, resguardando o anonimato dos entrevistados.

Decidiu-se pela presença do pesquisador para a aplicação dos questionários com os objetivos de estabelecer contato com os servidores visando, assim, a apreensão empírica da sua realidade funcional, bem como, dar visibilidade aos serviços prestados pelo Serviço Social, através da relação interpessoal e da divulgação de folder's; de conhecer o ambiente físico de trabalho, e ainda, explicar a finalidade da pesquisa, orientar no preenchimento do formulário e elucidar significados de perguntas.

Tais questionários foram testados, com servidores de todas as categorias funcionais, para avaliar a compreensão das questões pelo entrevistado e o tempo necessário para as respostas, o que implicou em correções no enunciado de questões, alteração na ordem das perguntas, supressão e acréscimo de questões.

A coleta dos dados foi realizada no período de abril a julho de 2001, pelas quatro assistentes sociais da SIS, nos turnos matutino e vespertino, na sede do STJ e na Divisão de Oficina Mecânica e Garagem (Setor de Garagem Oficiais Norte).

O preenchimento do questionário foi feito pelo próprio servidor. O assistente social atuou como facilitador, esclarecendo e dirimindo dúvidas, sem interferir ou direcionar as respostas.

Em algumas situações, o preenchimento do questionário foi feito pelo assistente social, a pedido do servidor, pela dificuldade de compreensão e escrita, decorrente de sua baixa escolaridade, o que foi observado em 10 dos 30 auxiliares judiciários pesquisados.

Desta forma, conseguiu-se atingir a meta de amostragem estabelecida de 30% dos 1.913 servidores, efetivos, ativos e lotados no STJ², que equivalem a 577 servidores pesquisados. Os servidores foram escolhidos aleatoriamente, através do número de matrícula, pela SRH, obtendo-se o número de 30 auxiliares, 357 técnicos e 190 analistas judiciários, que correspondem à 30% do quantitativo de servidores por categoria funcional.

A divulgação do Projeto no âmbito das Secretarias, foi realizado por meio do serviço de comunicação interna: intranet, e-mail, "Informe-se", memorando e outros recursos. Na SIS, a divulgação foi feita, também, pela SEASSO em "Reunião Científica".

Para a aplicação dos questionários, foi feito previamente esclarecimentos ao servidor eleito, através de e-mail e contato telefônico para marcação do dia e horário mais convenientes para o entrevistado de forma que o assistente social pudesse ter o retorno imediato do questionário.

Neste sentido, algumas dificuldades práticas foram percebidas:

- o contato prévio com o entrevistado demandou tempo além do previsto, considerando a dificuldade de conciliar horários;
- a dinâmica de trabalho, o turno, bem como a localização física de alguns setores inviabilizou a devolução imediata dos questionários;
- a impossibilidade da presença do entrevistador em algumas situações (turno noturno, turnos alternados, horários não coincidentes entre entrevistado e entrevistador), o que resultou em não devolução de questionários, interpretação errônea e questões sem respostas;
- a recusa de algumas pessoas em responder, alegando falta de tempo e até mesmo desinteresse em participar da pesquisa;
- a conciliação das demais atividades da Seção com o cronograma da pesquisa.

Vale ressaltar que no contato mantido com os servidores, no decorrer da pesquisa, foram verbalizados críticas, desabafos, avaliações, cujo conteúdo, apesar da impossibilidade de registro estatístico, é relevante por considerar-se o teor explicativo das questões abordadas no questionário e pelo sentimento

² Dado fornecido pela Secretaria de Recursos Humanos – SRH, no mês de março de 2001.

expresso por parte do entrevistado em relação a situações vivenciadas. Dizem respeito à: desmotivação para o trabalho, sentimento de desvalorização, baixos salários, reclamações do ambiente físico funcional, dificuldade de relacionamento entre colegas ou com chefia, queixas relacionadas a atendimentos no serviço de saúde, elogio quanto à iniciativa da pesquisa, desconfiança em relação à utilização das informações solicitadas, reclamações quanto a não visibilidade de resultados de pesquisas anteriores.

Destaca-se que, no processo de tabulação e análise dos dados, percebeu-se falhas no questionário relacionadas à inexistência de informações quanto ao turno e localização física do setor de trabalho, impossibilitando uma análise pormenorizada de algumas variáveis.

Na primeira fase de análise dos dados, priorizou-se as respostas objetivas considerando que, para as demais questões, em aberto, será utilizado o método de análise de conteúdo, que constitui-se em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis indeferidas) das mensagens” (Triviños, 1995:160).

As análises foram realizadas por meio do pacote estatístico SPSS, versão 7.5 para "Windows".

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta análise tem como proposta refletir criticamente as informações fornecidas através dos dados coletados na pesquisa de campo buscando, mesmo que de forma incipiente, contextualizá-las institucionalmente e à conjuntura brasileira, fundamentando-as em fenômenos mensurados através de levantamentos estatísticos oficiais e nas conclusões de cunho técnico-científicas assim obtidas, afim de que as relações sociais estabelecidas no cotidiano dos servidores do STJ sejam apreendidas de acordo com a proposição e os objetivos definidos neste relatório.

A análise, feita após a tabulação dos dados, principiou com as 98 variáveis balizadas na pesquisa, acrescidas de mais 2, "faixa etária" e "faixa de tempo de serviço", originárias da condensação dos elementos contidos nas variáveis "idade" e "tempo de serviço no STJ".

Posteriormente, de forma a possibilitar uma exploração mais detalhada e complexa, a análise foi direcionada para os dados obtidos através do cruzamento das informações fornecidas pelas 100 variáveis originais, alcançando-se o total de 106 variáveis examinadas até o momento.

Foram verificadas as seguintes conclusões, descritas na mesma ordem dos itens contidos no questionário de pesquisa. Para efeito de análise, algumas variáveis foram agrupadas:

VARIÁVEIS SIMPLES

SEXO

Os resultados apontam uma equiparação entre homens e mulheres, com um percentual de diferença de apenas 2% a mais para servidores do sexo masculino. Apesar da amostragem ter sido aleatória, esta diferença é também observada em relação ao número total de servidores, que do gênero masculino perfaz 987 servidores, o que corresponde a 52%, e do gênero feminino, 917 servidoras, correspondente à 48%³. (Anexo Gráfico 1).

³ Dados fornecidos pela DCAMF/SRH em setembro de 2001.

Em termos comparativos com os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano de 1999 - PNAD, verifica-se que, referente à população brasileira, há uma inversão deste quantitativo, sendo menor o número de homens – 78.470.936 (49%) – em relação ao número de mulheres – 81.865.535 (51%).

IDADE/FAIXA ETÁRIA

Os dados obtidos quanto à idade, evidenciam um quadro de servidores jovens, cuja maioria encontra-se nas faixas etárias compreendidas entre os 19 e os 39 anos, perfazendo um total de 63% dos servidores. Predomina, neste universo, servidores inseridos na faixa etária de 30 a 39 anos, correspondente à 40% da amostra. Anexo Gráfico 2.

Dados do IBGE – PNAD de 1999 - confirmam esta característica jovem da população brasileira, cuja faixa etária de maior incidência, a partir dos 18 anos, encontra-se entre os 20 e os 39 anos, ou seja, 53% da população.

PROCEDÊNCIA

É uma população que, majoritariamente, procede da região Centro-Oeste, 41%, inferindo-se deste dado o fato de que já existem algumas gerações naturais de Brasília. Possui fortes influências da formação nordestina, 27%, e do sudeste, 24%. Ver Anexo, Gráfico 3. Tal formação reflete, parcialmente, a distribuição populacional no Brasil, que apresenta-se da seguinte maneira: sudeste, 43%; nordeste, 28%; sul, 15%; norte e centro-oeste, 7%⁴

RELIGIÃO

Quanto à religião, 63% dos entrevistados declaram o catolicismo reafirmando, deste modo, a religião predominante no país. Em seguida, aparece 14,6% de evangélicos e 10% declaram “nenhuma” religião. De acordo com estimativa feita para o ano de 2001, o percentual de católicos no Brasil é de 80%, seguido de 13% de evangélicos e 7% de outras religiões (Baseado na reportagem

⁴ Dados do IBGE – “Contagem da População 1996”

“A fé que move o Brasil”, da revista “Veja”, de 19/12/2001, que utilizou as seguintes fontes: Ceris/CNBB e Ricardo Mariano/USP). Anexo, Gráfico 4.

ESTADO CIVIL

A questão referente ao estado civil mostra que 56% dos entrevistados têm um relacionamento conjugal estável, são casados ou declaram viver maritalmente, e 31% são solteiros. O índice de divorciados é de 11%. Anexo Gráfico 5.

DEPENDENTES

A variável, quanto ao número de dependentes, considera não apenas o filho, mas aquele que vive sob dependência econômica, residindo ou não no mesmo domicílio.

Este dado permite constatar que varia de 0 a 11 o número de dependentes do servidor do STJ, sendo que um percentual significativo dos entrevistados, 27%, declara não ter dependentes. Anexo, Gráfico 6.

Os números de dependentes de 7 a 11, somados, incidem em apenas 1,4% da amostragem.

Os números de maior incidência são os de 2 e 3 dependentes por servidor, respectivamente 22% e 21% dos entrevistados. Considerando os percentuais mais significativos, que estão situados entre 1 e 6 dependentes por servidor, verifica-se que 71% possuem, em média, 3,5 dependentes.

Quanto à questão referente ao total de pessoas residentes na casa, seu enunciado aberto permite constatar a variação de 1 a 12 moradores no mesmo domicílio do servidor, independente do parentesco, sobressaindo o número de quatro pessoas por residência, o que equivale à 23% da população pesquisada. Examinando a média de pessoas por domicílio, confirma-se que 94% das residências são ocupadas por 3,5 moradores cada uma.

As duas variáveis, acima analisadas, refletem a atual composição da família brasileira, cujo número médio de pessoas por família é de 3,4.. Anexo, Gráfico 7.

MORADIA

Constata-se a predominância de moradores nas cidades satélites, 55%, implicando em reflexos no tipo de moradia, com prevalência de 51 % para residentes em casa. Desconsidera-se nesta pesquisa a área útil da habitação. Anexo, Gráfico 8 e 9.

Quanto ao vínculo de propriedade verifica-se que 67% dos servidores declaram casa própria, incluindo aqueles que residem ainda com os pais. Este dado altera a leitura da variável, visto que eleva consideravelmente o seu percentual, e se constitui num fator diferenciado daquele em que o servidor, independente da relação parental, possui e reside em imóvel próprio. Anexo, Gráfico 10.

ESCOLARIDADE/CURSOS

O percentual de servidores com grau de instrução superior, 61%, é muito significativo, considerando que esta escolaridade é exigida apenas para 33% dos servidores do quadro, cujo cargo correspondente é Analista Judiciário. Acrescendo-se 15% dos entrevistados que declaram a incompletude do curso ou estão cursando o 3º grau, obtemos uma amostra de 76% de servidores com nível de escolaridade superior completo ou incompleto.

Já o percentual de servidores com nível médio apenas, ou seja, 2º grau, que é exigido para Técnico Judiciário, situa-se em 15%, sendo que tal categoria perfaz 62% do total de servidores do quadro de pessoal. Deduz-se que grande parte dos servidores ocupantes do cargo de Técnico Judiciário cursa ou cursou o 3º grau. Anexo, Gráfico 11.

Em relação à formação de pós-graduação, obteve-se o índice de 17% dos entrevistados com curso de especialização. Anexo, Gráfico 12.

Um percentual elevado de servidores, 72%, declarou não estar inserida em algum tipo de estabelecimento de ensino. Desta afirmação, conclui-se que apenas 28% dos servidores estão estudando, sendo que destes, a grande maioria,

22%, assume o ônus com a educação, pois encontra-se vinculado à instituições privadas. Anexo, Gráfico 13.

Quanto ao turno de estudo, 15% e 8% declaram freqüentar as aulas no período noturno e/ou pela manhã, respectivamente, que condiz como alternativa ao turno de trabalho do STJ, que se concentra no horário de 12 às 19 horas. Anexo, Gráfico 14.

TEMPO DE SERVIÇO NO STJ

Observa-se, nesta variável, que apesar da amostragem ter sido aleatória, através de sorteio, há uma concentração relevante de servidores pesquisados cujo tempo de serviço é de 1 ano, 21%. Este fato é evidenciado quando comparado ao quantitativo destes mesmos servidores no STJ, 17% do total.⁵

Verifica-se que a faixa com maior percentual é a de 0 a 5 anos, 34%, e que a maioria dos servidores tem no máximo 15 anos de casa, 79%. Menos de 1% encontra-se na faixa próxima à aposentadoria, ou seja, aqueles que declararam de 29 a 34 anos de serviço. Anexo, Gráfico 15.

CATEGORIA FUNCIONAL

Conforme já citado anteriormente, a categoria de Técnico Judiciário é a maior em termos de quantidade, perfazendo 62% do total de servidores do STJ, seguida da categoria de Analista Judiciário, com 33% e, por último, a de Auxiliar Judiciário, 5%. Anexo, Gráfico 16.

Em relação à função gratificada, 36% dos servidores declaram possuírem-na, independente da categoria funcional ocupada. Anexo, Gráfico 17.

Apenas 8% dos servidores manifestam o exercício de outra atividade laboral, grandeza composta, possivelmente, por profissionais cuja especialidade permite a acumulação de dois cargos ou empregos no serviço público, como médico e professor, e por aqueles com iniciativa no setor privado. Anexo, Gráfico 18.

⁵ Dado referente ao mês de março/2001/ SRH.

RENDA FAMILIAR

Observa-se que a maior parte dos servidores, 32%, possui renda familiar acima de R\$ 5.500,01. Anexo, Gráfico 19.

Considerando que o tamanho médio da família do servidor do STJ é de 3,5 pessoas (fenômeno este inserido no contexto nacional), 97% possui renda *per capita* de R\$ 1200,00, mas podendo alcançar patamares bem maiores, atingindo valor mínimo proporcional de 56% acima da renda *per capita* brasileira anual que é de US\$ 3.396⁶, correspondente à R\$ 680,00 mensal.

Até R\$ 1.000,00, situam-se 2% dos servidores, configurando num baixo poder aquisitivo e os colocando numa situação de risco e de fragilidade social, uma vez que o salário mínimo necessário para aquisição da cesta básica encontra-se no patamar de R\$ 1.084,91, conforme estudo realizado pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, através da Pesquisa Nacional da Cesta Básica, no mês de fevereiro/2002.

Vale ressaltar que o preceito constitucional estabelece que o salário mínimo deveria suprir as necessidades de uma família com alimentação, moradia, educação, saúde, transporte, vestuário, higiene, lazer e previdência social. Considerando que este percentual de servidores não alcança o valor mínimo para suprir suas necessidades básicas, deduz-se que eles encontram-se prejudicados no acesso aos meios para o exercício pleno de sua cidadania.

Apesar da inversão no posicionamento dos extremos da pirâmide da renda familiar, quando comparado o contexto do STJ à realidade brasileira, estes 2% são significativos, visto que tal precariedade não atinge somente à pessoa do servidor, mas estende-se à sua família, ocasionando entraves que possibilitam a geração de problemas sociais significativos.

GASTOS RELEVANTES NO ORÇAMENTO FAMILIAR

⁶ Fonte: Argumento 003 de junho/2001 – Instituto de Estudos Socioeconômicos/INESC.

EDUCAÇÃO

Nesta variável estão incluídos gastos com instituições de ensino, materiais escolares e didáticos, bem como outras despesas relacionadas à educação, na perspectiva do entrevistado.

Através das informações obtidas, visualiza-se que grande parte dos pesquisados tem acesso ao setor educação, somando-se a estes seus dependentes. Visto que 73% da amostragem informam gasto expressivo nesta área, a inserção acontece, em sua maioria, no setor privado, com ônus para o usuário. Anexo, Gráfico 20.

Este dado espelha as condições financeiras detidas pelos servidores que lhe permitem o custeio desta necessidade. Por outro lado infere-se, quanto à obrigação do Estado, sobre o não cumprimento da garantia da universalização da educação, especialmente no ensino fundamental (1º grau), conforme preconiza a Constituição, sobrecarregando e comprometendo parte expressiva da renda familiar deste segmento populacional que, por motivos diferenciados, inclusive pela qualidade do ensino oferecido, opta pelo setor privado.

No Brasil, ao contrário do quadro acima descrito, 9% das matrículas no ensino fundamental são feitas na rede privada (Censo Escolar/2000), aumentando para 18% no ensino médio (Censo Escolar/2001) e 72% no ensino superior (Censo Escolar/1997). No Distrito Federal também é observada uma ascendência no número de matrículas, por nível de ensino, na rede particular: 17% no nível fundamental, 18% no nível médio e 70% no nível superior (anos-base referidos anteriormente).⁷

MORADIA

Neste item foram considerados: aluguel, financiamento, condomínio, empréstimo e outros gastos relativos à moradia, sob a ótica do servidor.

⁷ Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - MEC/INEP.

Observou-se que 55% dos entrevistados não consideram a moradia como despesa relevante no orçamento doméstico, embora vale ressaltar que para os demais 45%, que representa quase a metade dos servidores, a moradia compromete parte considerável da renda familiar. Anexo, Gráfico 21.

PENSÃO ALIMENTÍCIA

A pesquisa demonstra que 12% dispense recurso para pagamento de pensão alimentícia, evidenciando o índice de divorciados com filhos, que nesta amostragem é de 11%. Anexo, Gráficos 5 e 22.

SAÚDE

Quanto à saúde, 64% afirmam ser um gasto relevante na receita familiar. Anexo, Gráfico 23. Este dado necessita de desdobramento posterior no levantamento e detalhamento de informações por se observar que a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde–SIS oferece assistência médica, odontológica, fisioterápica, social, nutricional, psicológica e de enfermagem sem encargos para o servidor. Compondo a mesma secretaria e complementando a ação, atua o Pró-Ser como veículo de acesso à rede de saúde credenciada, à cerca de 94% dos servidores do STJ e seus dependentes, ou seja, àqueles a ele vinculados.⁸

Desta informação infere-se que a saúde, mesmo com o suporte de atendimentos diretos e conveniados oferecidos pelo órgão, é considerada cara e onerosa pela maioria dos servidores, comprometendo parte significativa da renda familiar.

Esta constatação se opõe ao que é preconizado pela Constituição, que compreende a saúde como parte integrante da Seguridade Social, considerando-a direito de todos e dever do Estado, “garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao

⁸ Dado fornecido pelo Pró-Ser em outubro/2001.

acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (Artigo 196).

OUTROS GASTOS

Neste item, 73% dos servidores declaram não realizarem outros gastos relevantes. Dentre os que citaram despesas diversas, aparece de maneira recorrente gastos com alimentação, contas de luz, água, telefone e dispêndios com a manutenção doméstica. Anexo, Gráfico 24.

FATORES QUE INTERFEREM NO TRABALHO

Dentre os fatores mais recorrentes assinalados pelos pesquisados estão: temperatura, 33%; mobiliário, 30%; espaço físico, ruídos e barulhos com 26%; ventilação, 21%; iluminação com 14%. Os demais: barreiras arquitetônicas, agentes químicos, agentes biológicos, radiações e outros fatores aparecem com menos de 9%. Anexo, Gráficos 25 a 35.

Estes fatores merecem uma análise posterior, mais complexa, correlacionada aos demais trabalhos e pesquisas desenvolvidos por áreas afins, no sentido de manter um ambiente de trabalho saudável.

FATORES PSICOSSOCIAIS

Os servidores entrevistados destacaram como fatores relevantes: tensão e ansiedade, 32%; problemas financeiros, 31%; falta de motivação, 23%; problemas familiares, 16%; doença na família, 14%. Anexo, Gráficos 36 a 53.

Os outros fatores tiveram uma incidência muito pequena, abaixo de 8%, a saber: questões judiciais, despesas com jogos, abuso de álcool, uso de drogas, tabagismo, depressão, sentimento de inferioridade, pesares, não adaptação à atividade que executa, competição entre colegas, relacionamento difícil com a chefia, relacionamento difícil com os colegas e outros fatores. Ainda que o percentual seja pequeno, o fato de aparecer indica que existem situações a serem atingidas através de programas educativos e preventivos.

Vale ressaltar que o índice de servidores que identificaram o “álcool” como fator que interfere no trabalho foi diminuto, 0,9%, o mesmo se repetindo com o fator “drogas”, 0,7%. Somando-se ao tabagismo, 4%, chega-se a um índice de 5,6% de usuários de drogas lícitas e ilícitas que relacionaram seu uso ao prejuízo funcional. Anexo, Gráficos 41 a 43.

Sabe-se que o índice referente à soma dos fatores “álcool” e “drogas”, levantados na pesquisa, 1,6%, corresponde aos casos já identificados no Tribunal, 1,7% dos servidores (dados constantes na Seção de Assistência Social). No entanto, ambos encontram-se distantes do que afirma a literatura científica que, “cerca de 10% a 15% dos empregados têm problemas de abuso de drogas, percentuais que tornam-se ainda mais significativos quando se analisa, além da problemática de saúde do indivíduo, os custos sociais e econômicos da doença” (Programa de Prevenção e Tratamento da Dependência Química do STJ – Programa Alvorecer).

Esta constatação instiga à formulação de duas hipóteses excludentes a serem testadas posteriormente, num outro trabalho: (1) no STJ o número de casos de servidores com história de uso abusivo de drogas/álcool corresponde realmente ao percentual levantado na pesquisa e identificado no Programa Alvorecer, diferenciando-se dos anais científicos; (2) o número de servidores identificados e acompanhados está muito aquém do existente, o que apontaria para uma intervenção mais efetiva nos níveis de identificação de casos para tratamento e prevenção, este último valendo para as duas alternativas.

ACIDENTE DE TRABALHO

A amostra indica que 2% dos servidores sofreram acidente de trabalho no STJ e 4% no percurso para o Tribunal. Anexo, Gráficos 54 e 55. O baixo índice aponta para a importância da manutenção do trabalho contínuo de segurança e prevenção aos acidentes no local de trabalho

TRANSPORTE

A grande maioria dos servidores, cerca de 79%, utiliza transporte próprio, seguido de 11% que fazem uso do transporte funcional e 8% do comercial. Os demais tipos de transporte atingiram percentuais ínfimos, abaixo de 1%. Anexo, Gráfico 56.

Quanto ao percurso feito pelo servidor para o trabalho, este dado mostra que 16% dos servidores fazem a pé o percurso casa/ponto de ônibus para chegar ao trabalho e 5% fazem o percurso Congresso/STJ. O trecho rodoviária/STJ e outros perfazem menos de 1%. Anexo, Gráficos 57 a 60.

Considerando o tempo de deslocamento de casa para o trabalho, a pesquisa indica que 61% dos entrevistados gastam até 30 minutos no trajeto para o trabalho, sendo este o tempo que prevalece; 28% levam de 30 minutos a 1 hora e 9% demoram de 1 hora a 1 hora e 30 minutos. Anexo, Gráfico 61.

LICENÇA MÉDICA

Esta questão não espelha o percentual de servidores em licença médica no período de um ano, mas sim o quantitativo de licenças em relação à sua natureza.

O percentual referente à licença para tratamento de saúde é de 25%; para acompanhamento de familiar é de 5%; licença maternidade, 2%; outras licenças médicas, 1%.

Quanto ao número de dias da licença nos últimos 12 meses, 73% dos entrevistados afirmam não haverem se licenciado.

Dentre os que tiveram necessidade da licença médica, 11% usufruíram-na no período de 1 a 5 dias; 5%, no período de 6 a 10 dias; 4%, de 11 a 18 dias; 2% pelo período de 30 dias; 2%, também, pelo período de 120 a 123 dias. Os demais períodos correspondem a 1% ou menos das licenças. Anexo, Gráficos 62 a 66.

ATIVIDADES CULTURAIS/LAZER

Observa-se, através das declarações, expressivo acesso às atividades culturais e de lazer por parte dos servidores. As opções com maior número de incidência são: cinema/vídeo, 73% dos entrevistados; livros, 62%;

bares/restaurantes, 55%⁹; viagens, 56%; passeios, 54%; música/show, 51%; clube, 36%; cursos, 31%. Anexo, Gráficos 67 a 80.

PRÁTICA DE ESPORTES/EXERCÍCIOS

Nesta variável as alternativas não são excludentes, ou seja, os servidores tiveram a opção de marcar mais de um item.

Os resultados obtidos demonstram que a caminhada, com 50%; a ginástica, 15%; o futebol, 14%; a corrida, também com 14%, e o item "outros", com 13%, são as atividades físicas mais praticadas pelos servidores. Natação, ciclismo, dança e hidroginástica contam com um percentual que oscila entre 10% e 4%. Anexo, Gráficos 81 a 89.

A frequência da prática das atividades físicas varia quase que proporcionalmente entre 1 e 4 ou mais vezes por semana, sendo que o item "1 ou 2 vezes por semana" foi a alternativa com maior percentual, 29%.

Dos entrevistados, 21% declaram nenhuma prática de esportes e exercícios físicos. Anexo, Gráfico 90.

ATIVIDADES COMUNITÁRIAS

Em relação às atividades comunitárias, observa-se que 32% dos entrevistados participam de grupos de caráter social, religioso e/ou comunitário; 13% de associações e 10% de cooperativas. As demais atividades contam com participação inferior a 7%, como entidades sociais e de classe, conselhos comunitários, prefeituras e outras organizações sociais. Anexo, Gráficos 91 a 98.

VARIÁVEIS CRUZADAS

Os dados a seguir apresentados referem-se às variáveis cruzadas. Em razão do programa utilizado para a tabulação (pacote estatístico SPSS, versão 7.5 para "Windows"), não elaborar gráficos com mais de uma variável, estes não constam no relatório.

⁹ Média comparada ao levantamento realizado pela Confederação Nacional de Turismo – CNTur, em julho de 2001, que aponta a frequência em bares e restaurantes de 58% dos brasileiros pelo menos 4 vezes por semana.

ESTADO CIVIL * N ° DE DEPENDENTES * CONDIÇÕES DE MORADIA

Tomando como base os percentuais mais significativos em termo de grandeza, observa-se que:

- 14% dos solteiros, sem dependente, residem em casa própria. Encontram-se na mesma condição, 7% dos solteiros, com 1, 2 ou 3 dependentes. Já os que residem em casa alugada, 4% são solteiros sem dependente e, os que declaram dependentes, perfazem menos de 2%.
- Entre os casados, a variação de 0 a 4 dependentes (próximo ao tamanho médio da família brasileira) corresponde a 33% residindo em casa própria e 7% que pagam aluguel.
- Em relação aos que pagam financiamento da casa própria, os solteiros sem dependente correspondem a 1%. O mesmo percentual vale para os que possuem 1, 2 ou 3 dependentes.
- Em condição similar de moradia encontram-se menos de 1% dos casados sem dependentes e 5% com até 4 dependentes.

NÚMERO DE DEPENDENTES * TOTAL DE PESSOAS QUE RESIDEM NA CASA

Dos servidores que declaram não possuírem dependentes, 22% coabitam com 1 a 8 pessoas, inferindo-se que a convivência acontece com os ascendentes e colaterais.

Numa situação inversa, ou seja, que possuem dependentes mas não coabitam, 8% dos servidores declaram possuírem de 1 a 7 dependentes.

RENDA FAMILIAR * SEXO

Existe uma relação de igualdade entre homens e mulheres com renda de até R\$ 1.000,00, ou seja, 1% dos servidores pesquisados, em cada gênero.

A diferença passa a existir em relação às rendas superiores:

- De R\$ 1.000,01 a R\$ 4.000,00 o gênero masculino representa 27% do total e o feminino 16%.

- De R\$ 4.000,01 a acima de R\$ 5.000,01 as mulheres apresentam um percentual maior, 31%, em comparação aos homens, 24%.

Vale ressaltar neste item considera-se a renda familiar que pode ser composta também pelos rendimentos de cônjuge, filhos e outros.

CONDIÇÕES DE MORADIA * RENDA FAMILIAR * LOCAL DE MORADIA

Neste item, comprova-se a relevância do fator renda familiar para definição do local e das condições de moradia. Para efeito da análise, consideramos as faixas de renda familiar cujas grandezas são mais expressivas. Assim apresentam-se os dados:

- O maior percentual de servidores, que corresponde a 21%, do universo pesquisado, é residente no Plano Piloto, com renda familiar acima de R\$ 5.500,01. Destes, 83% declaram ter casa própria e/ou financiada e 14%, moram em imóvel alugado.

- Os residentes nas cidades satélites, com renda familiar de R\$ 2.500,01 a R\$ 4.000,00 representam 16%. Destes, 80% têm casa própria e/ou financiada, aparecendo 13% na situação de aluguel.

- Em menor número, apresentam-se os percentuais relacionados à condição de moradia no entorno do DF, ou seja, 1% do total, na faixa de R\$ 1000,01 a 2.500,00. Destes, 86% residem em casa própria e/ou financiada. Observa-se que, dos residentes no entorno, inexistente a modalidade “aluguel”.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO*SEXO*CATEGORIA FUNCIONAL

Do total de entrevistados na categoria de analista judiciário, 14% cursam ou cursaram pós-graduação. Destes 43% são do sexo masculino e 57% do sexo feminino.

Na categoria técnico judiciário, 13% frequentam ou concluíram curso de pós-graduação, mostrando uma inversão em relação à categoria anterior na proporção de 70% no gênero masculino e 30% no feminino.

Em relação ao número total de respostas, 14% dos analistas e 8% dos técnicos judiciários apresentam nível de pós-graduação.

TIPO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO * RENDA FAMILIAR * CATEGORIA FUNCIONAL

Observando estas variáveis conclui-se que 16% dos analistas judiciários estudam em rede de ensino privada, sendo que o maior percentual, 11%, encontra-se na faixa salarial acima de R\$ 5.500,01.

Entre os técnicos judiciários, 26% estão inseridos na rede particular de ensino, estando distribuídos de maneira quase eqüitativa entre as faixas salariais, ou seja, em média 6% em cada uma. A exceção se registra na menor faixa, até R\$ 1.000,00, contendo menos de 1%.

Em relação à categoria de auxiliar judiciário, 14% encontram-se estudando em estabelecimentos particulares, sendo que 11% situam-se na faixa salarial de R\$ 1.000,01 a R\$ 2.500,00 e 3% na de R\$ 2.500,01 a R\$ 4.000,00.

CONCLUSÃO

Os dados evidenciados na Pesquisa “Perfil Social do Servidor do STJ”, apontam caminhos a serem trilhados considerando-se como ponto de partida a importância que tem o servidor, como sujeito que tece suas relações sociais dentro de um contexto institucional, inserido na realidade brasileira.

Desta forma, faz-se necessário um olhar mais reflexivo e um “debruçar” sistemático sobre tais dados para que esta análise indique propostas de ação efetivas como respostas às necessidades e expectativas apresentadas.

A continuidade da análise das “variáveis cruzadas” e da segunda parte com questões abertas, relativas ao Serviço Social, propiciará a elaboração do Relatório Final da Pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BABIE, Earl. *Métodos de pesquisas de Survey*. Tradução de Guilherme Cezarino – Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Horizonte, 1998.
- COSTA, Maria Dalva Horácio. "O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais." In: *Serviço Social e Sociedade* nº 62. São Paulo: Cortez, 2000.
- DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – DIEESE. *Pesquisa Nacional da Cesta Básica, fevereiro/2002*. Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso em: 12/04/2002.
- GUERRA, Yolanda. A Ontologia do Serviço Social: bases para a formação profissional. In: *Serviço Social e Sociedade*, n º 54. São Paulo : Cortez, 1997.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1999*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 24/10/2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - MEC/INEP. *Censo Escolar 1997, 2000, 2001*. Disponível em: www.inep.gov.br/censo/censo2000/sinopse2000.htm. Acesso em: 24/10/2001.
- NEGROMONTE, Sibeles. *Nos bares da vida*. Correio Braziliense, Brasília, 29/07/2001. Caderno Coisas da Vida, p.03,

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Programa de Prevenção e Tratamento da Dependência Química*. Ato n.º 183 de 02/10/2000/STJ.

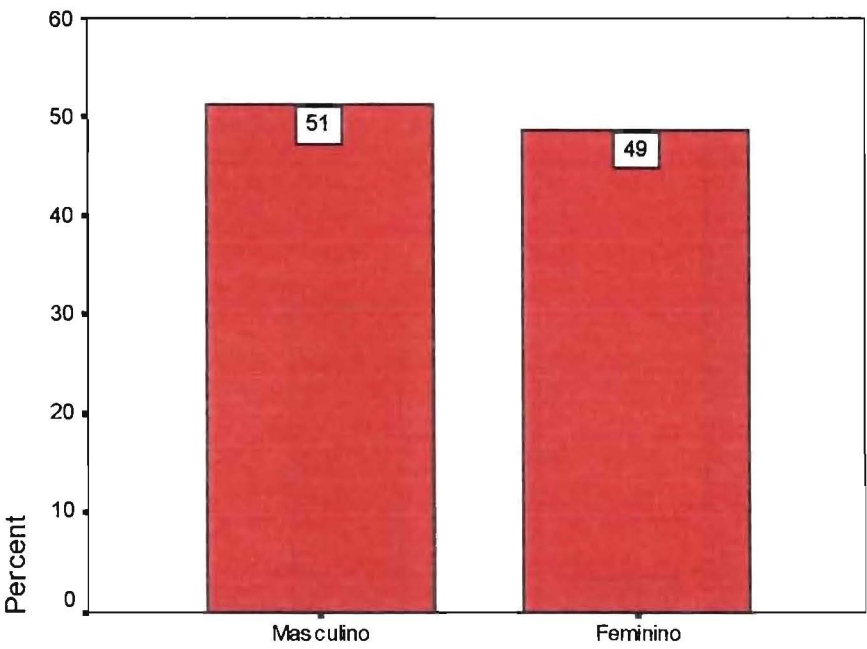
_____. *Projeto de Visita Hospitalar*. Seção de Assistência Social/SIS/STJ. 2000.

_____. *Regulamento da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde*, Anexo ao Ato n.º 411/99/STJ.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo : Atlas, 1995.

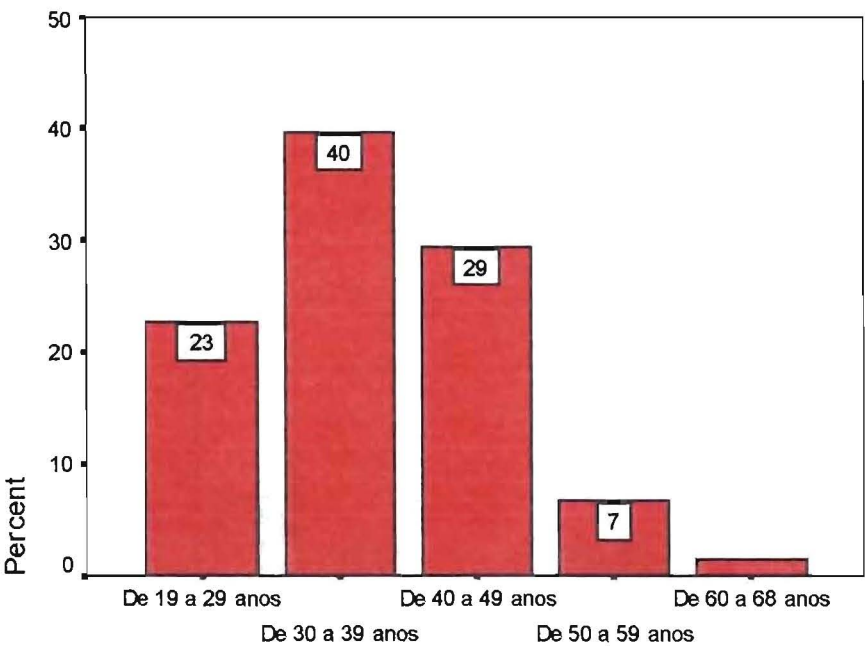
ANEXOS

1 - SEXO



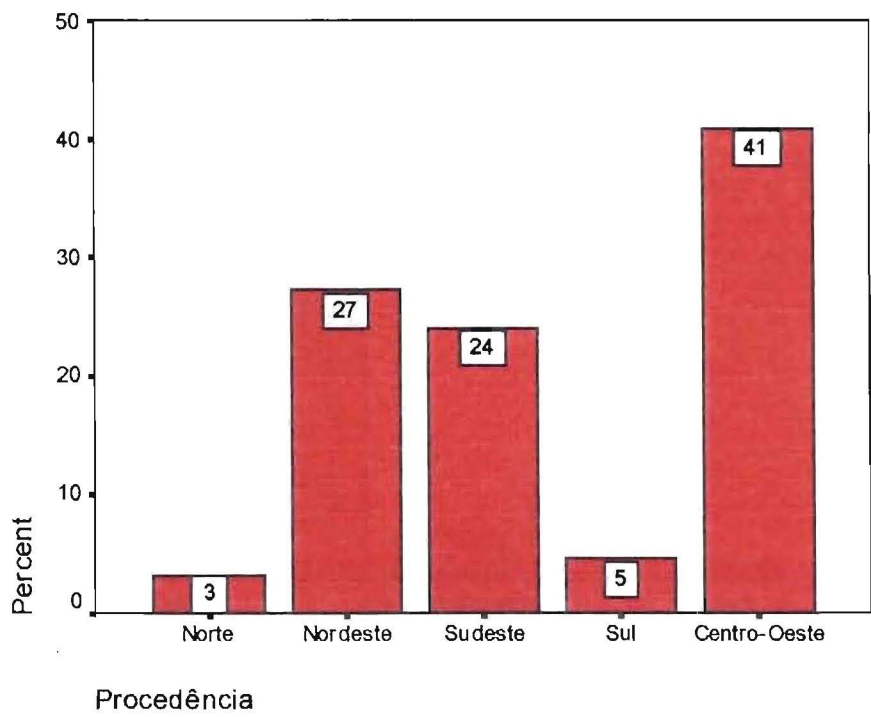
Sexo

2 - IDADE/FAIXA ETÁRIA

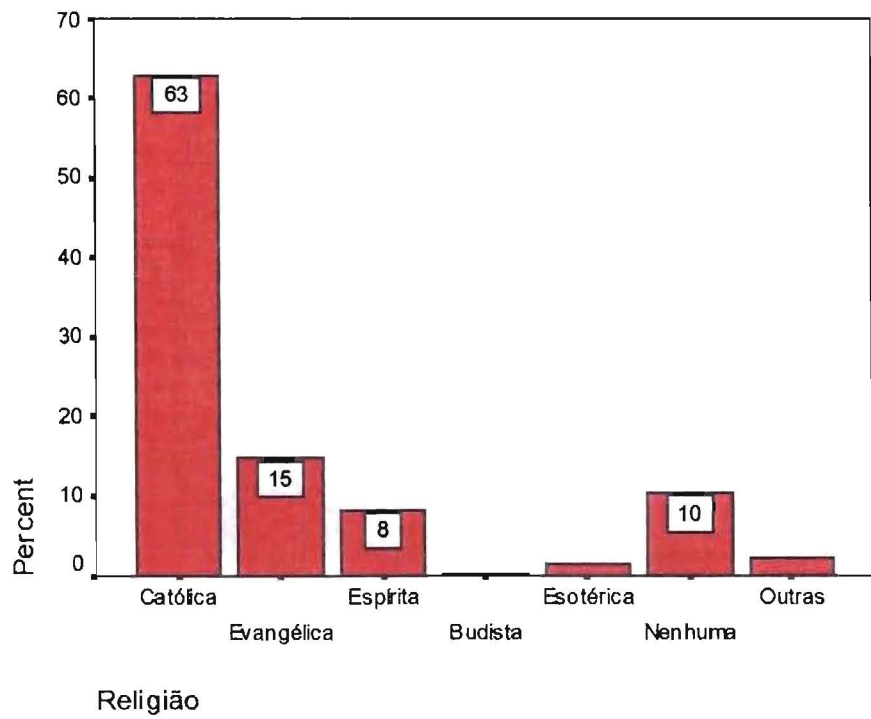


Faixa etária

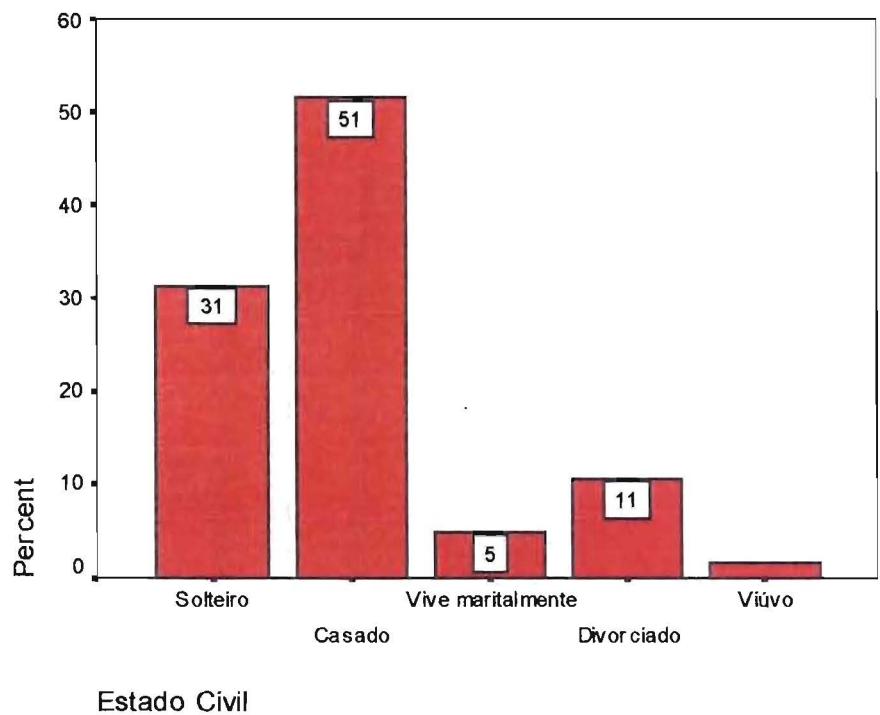
3 - PROCEDÊNCIA



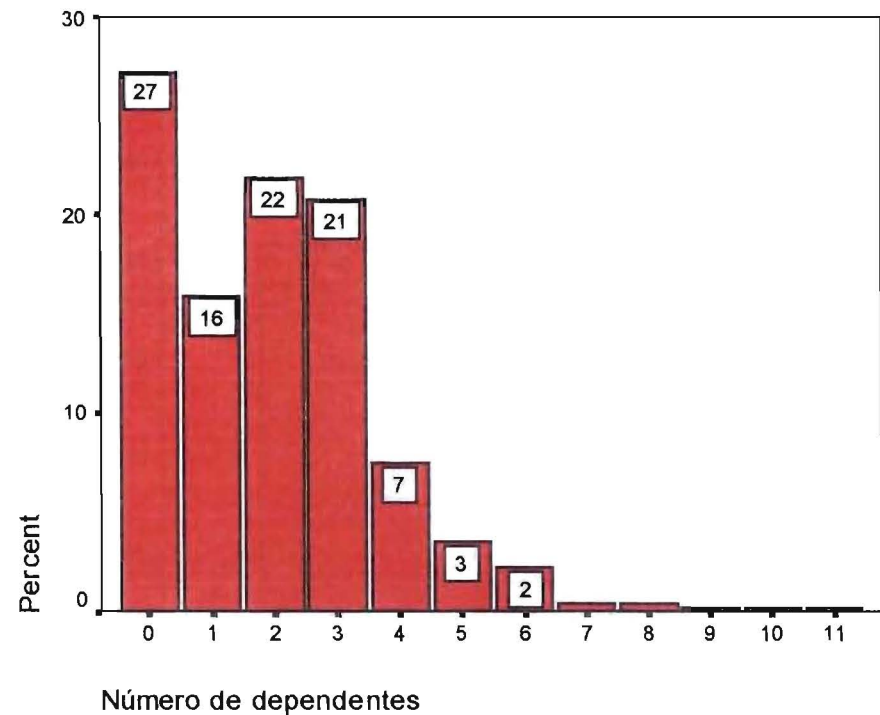
4 - RELIGIÃO



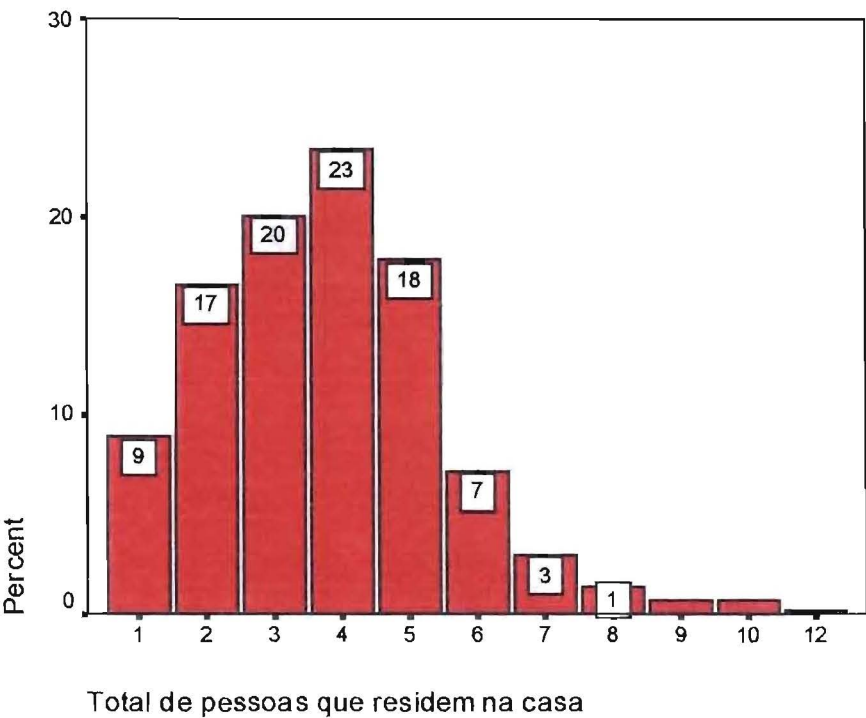
5 - ESTADO CIVIL



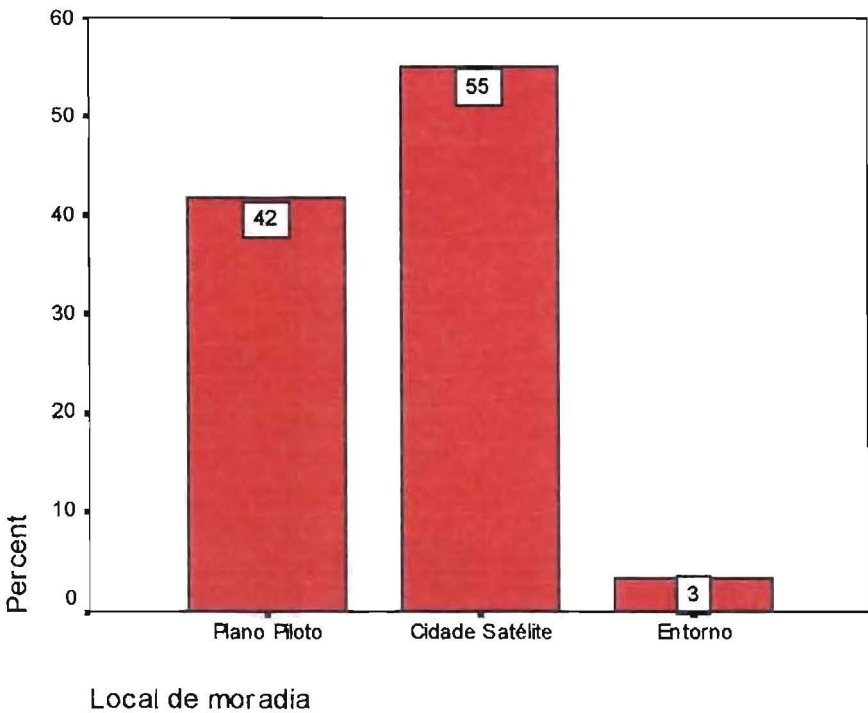
6 - NÚMERO DE DEPENDENTES



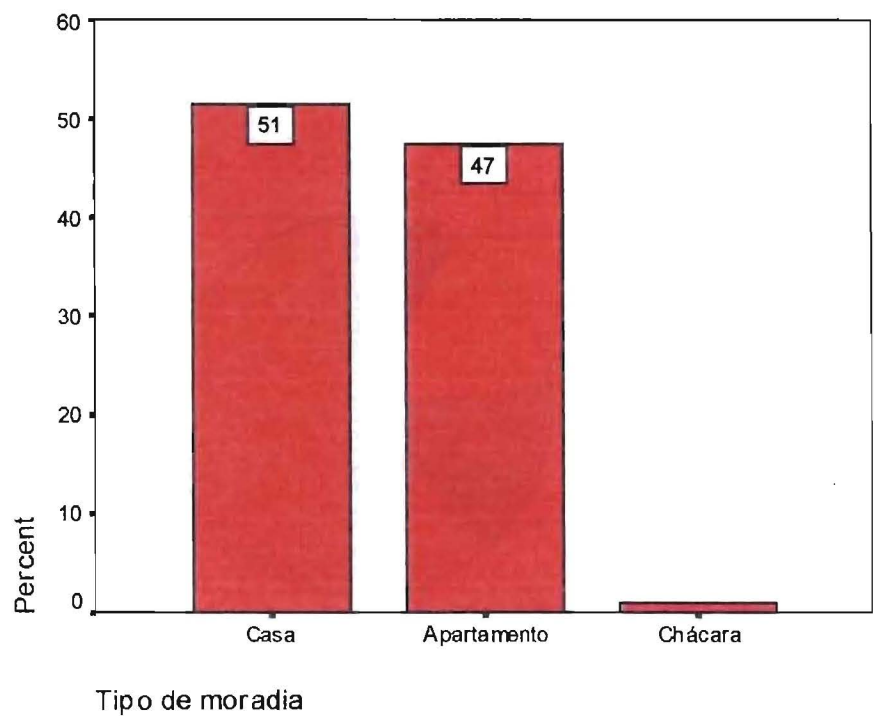
7 - PESSOAS RESIDENTES EM CASA



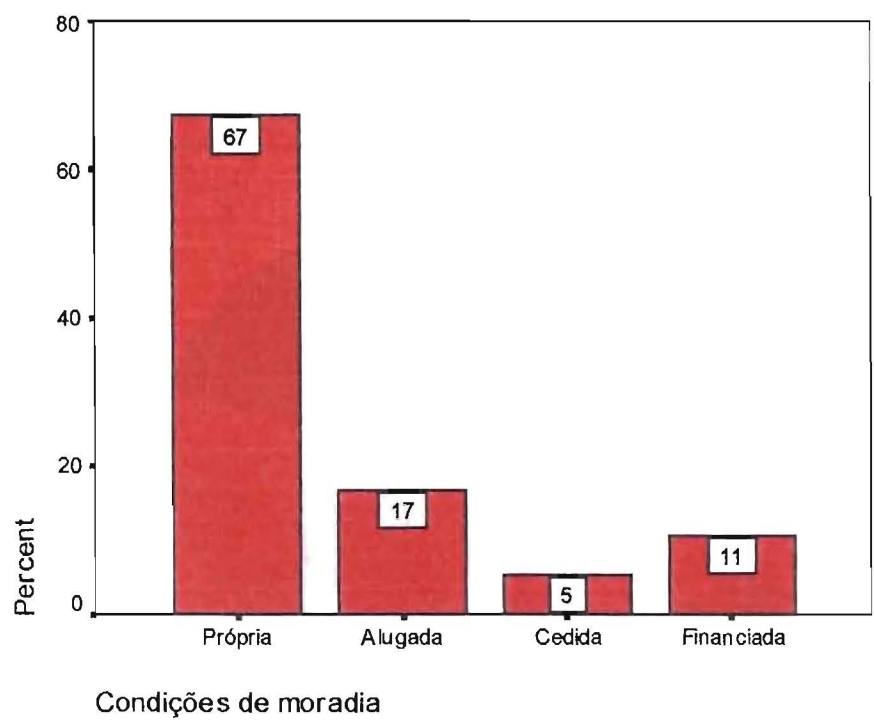
8 - LOCAL DE MORADIA



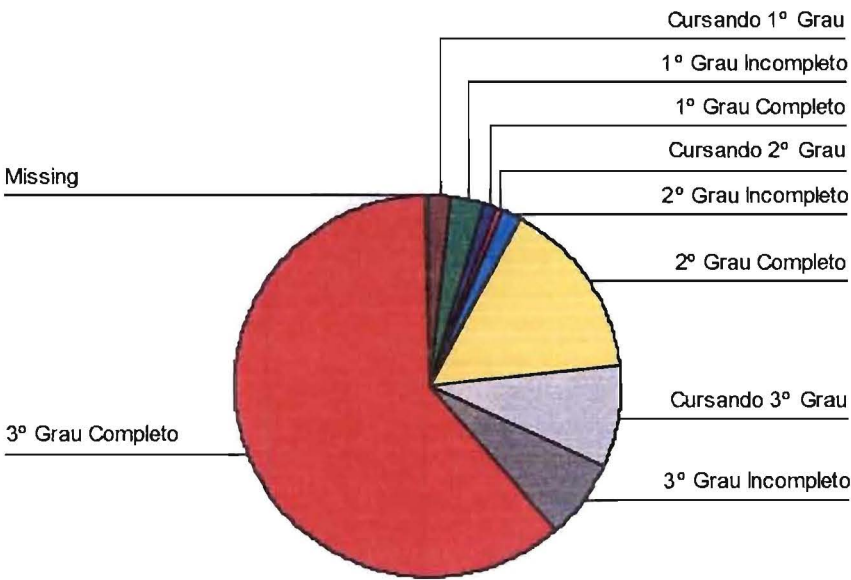
9 - TIPO DE MORADIA



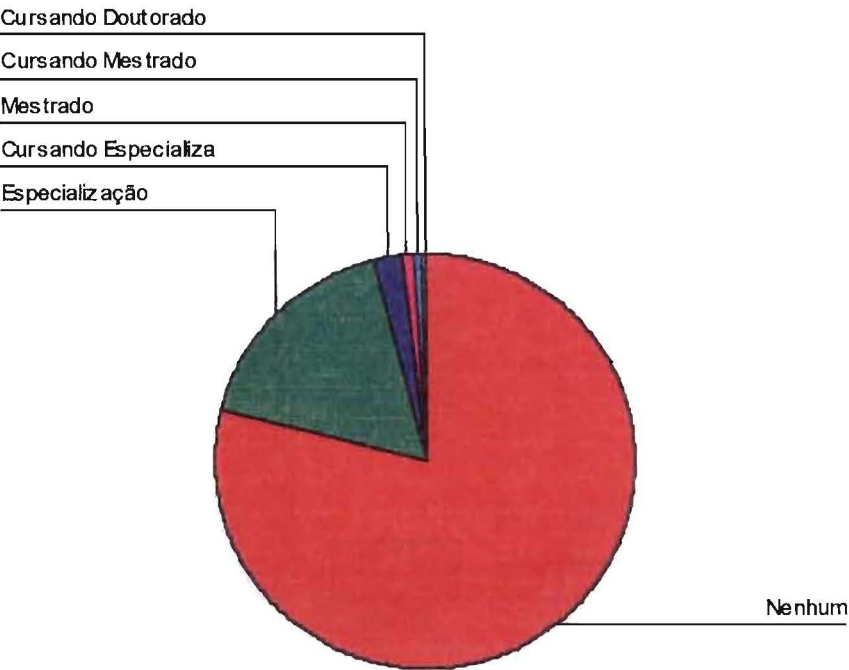
10 - CONDIÇÕES DE MORADIA



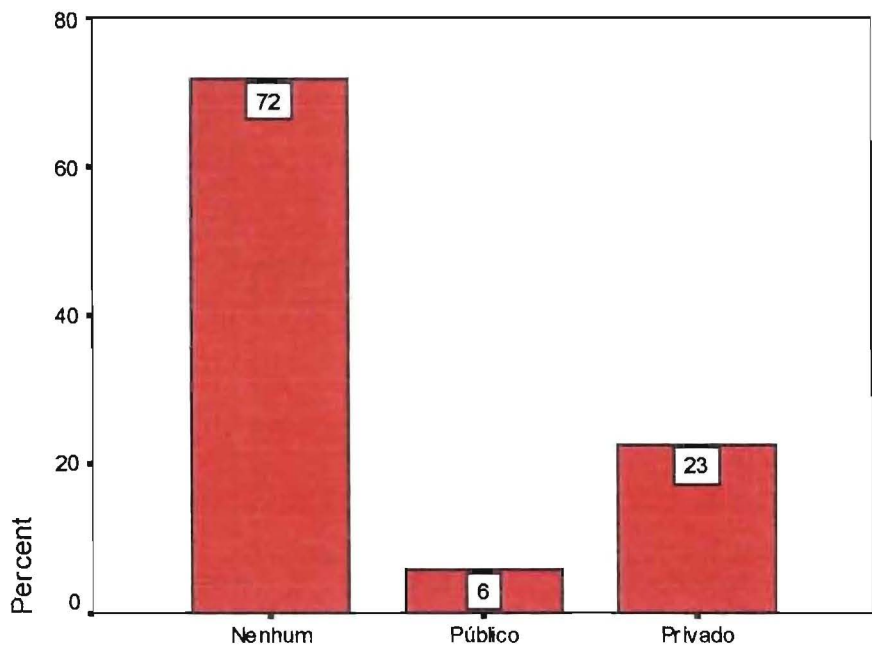
11 - ESCOLARIDADE



12 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

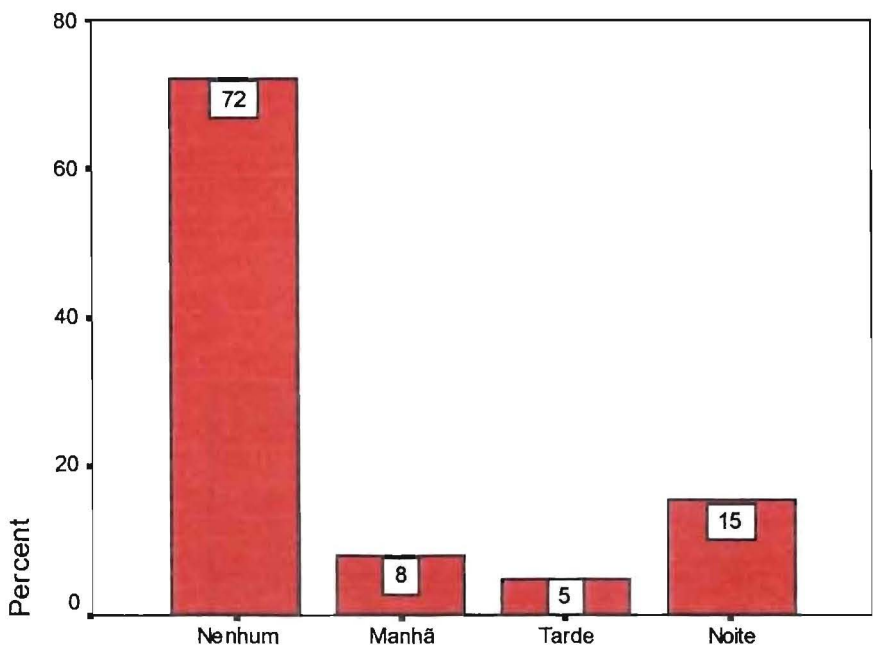


13 - TIPO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO



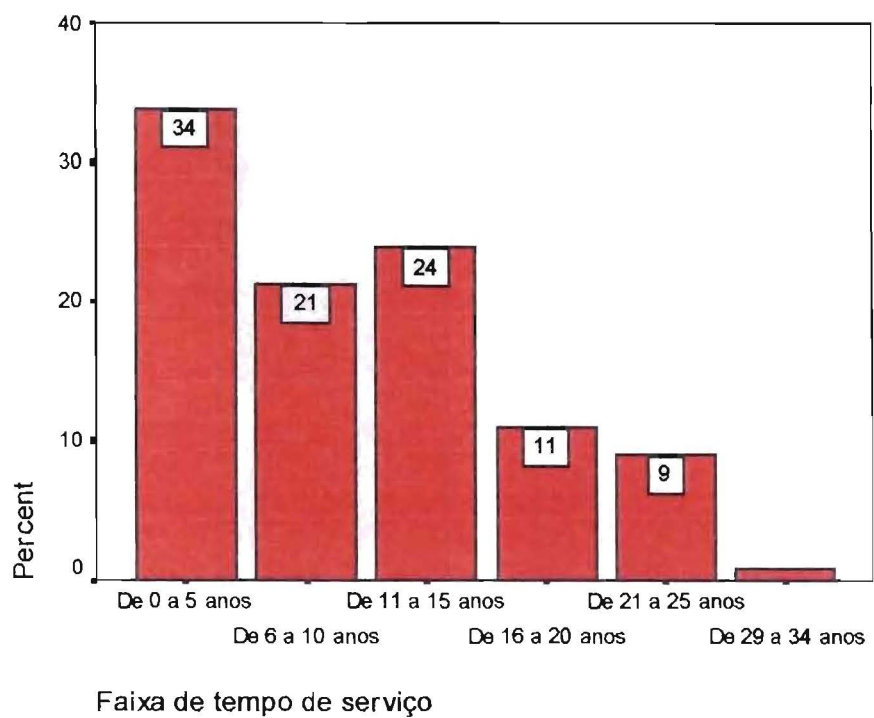
Tipo de estabelecimento de ensino no qual estuda atualmente.

14 - TURNO DE ESTUDO

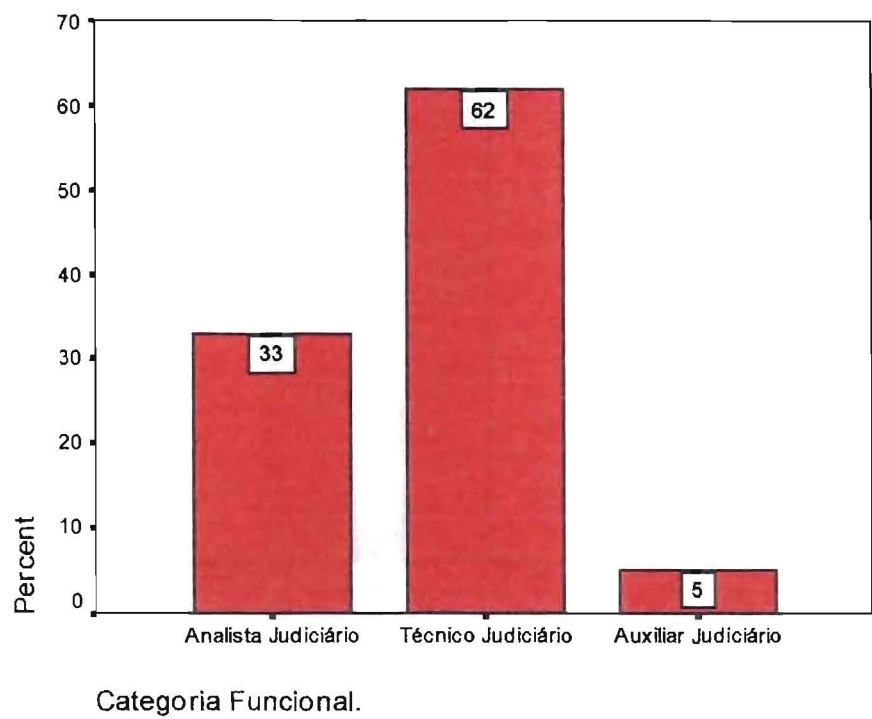


Turno no qual estuda atualmente.

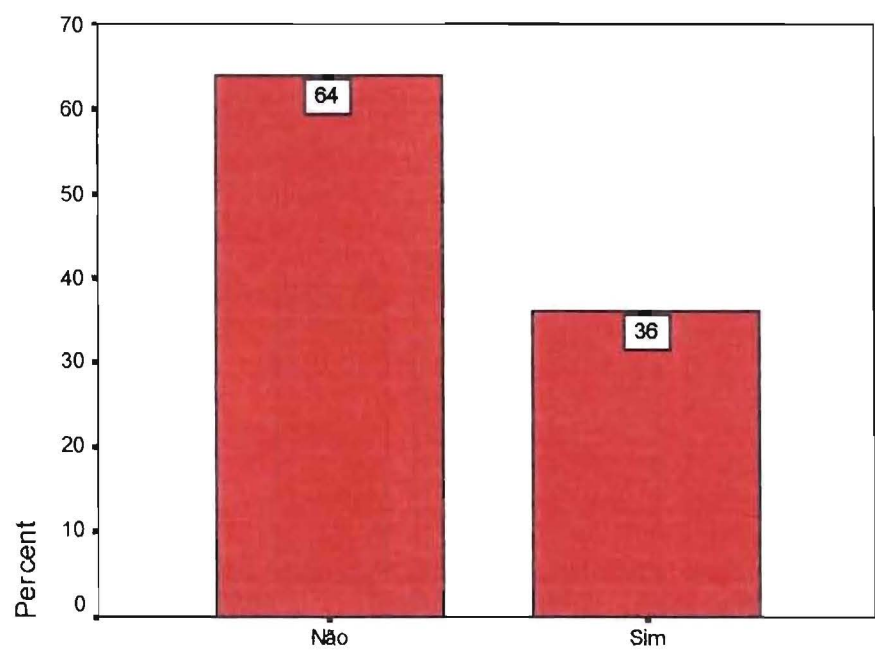
15 - TEMPO DE SERVIÇO



16 - CATEGORIA FUNCIONAL

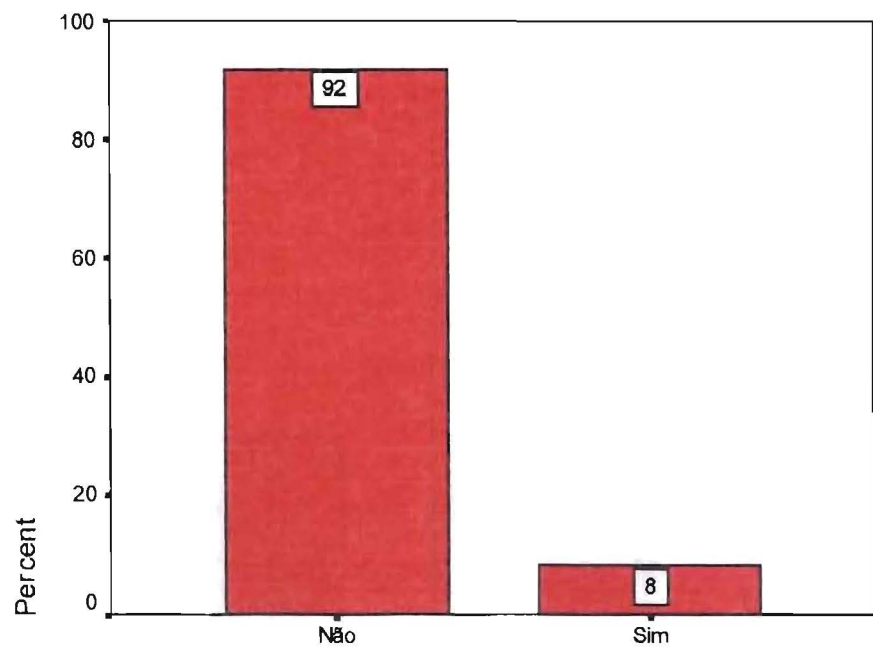


17 - FUNÇÃO GRATIFICADA



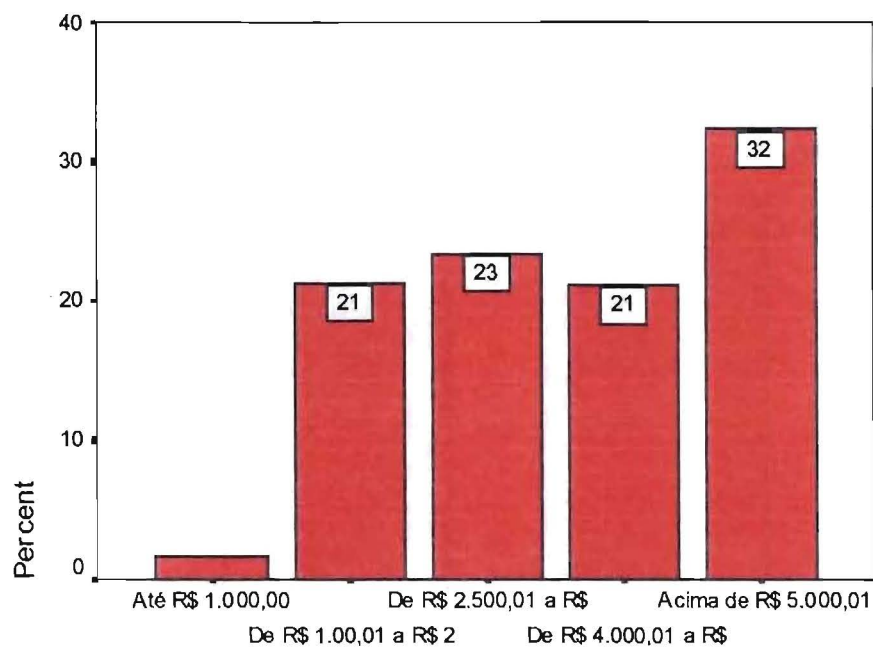
Possui função gratificada.

18 - TRABALHA EM OUTRO LOCAL



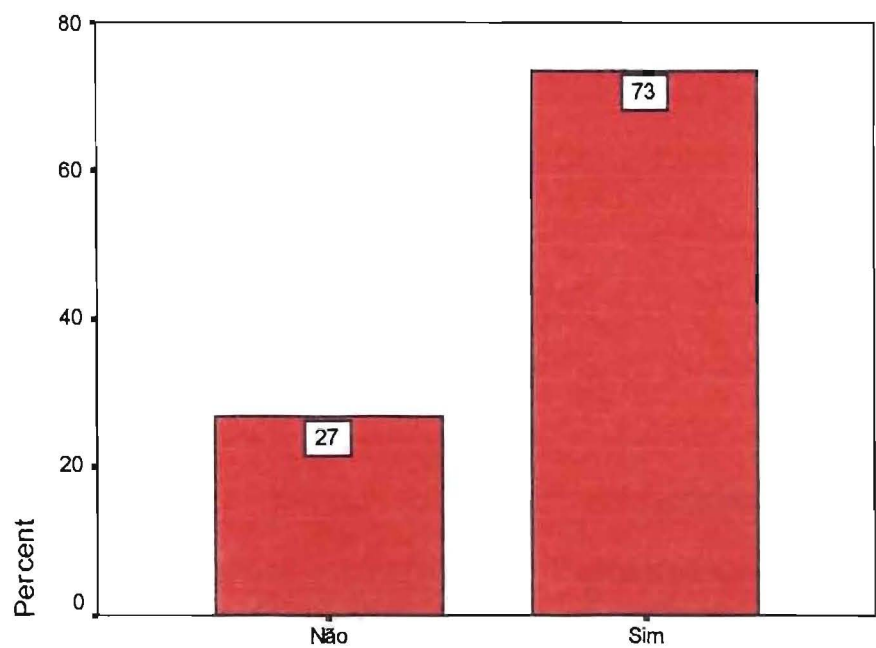
Trabalha em outro local?

19 - RENDA FAMILIAR



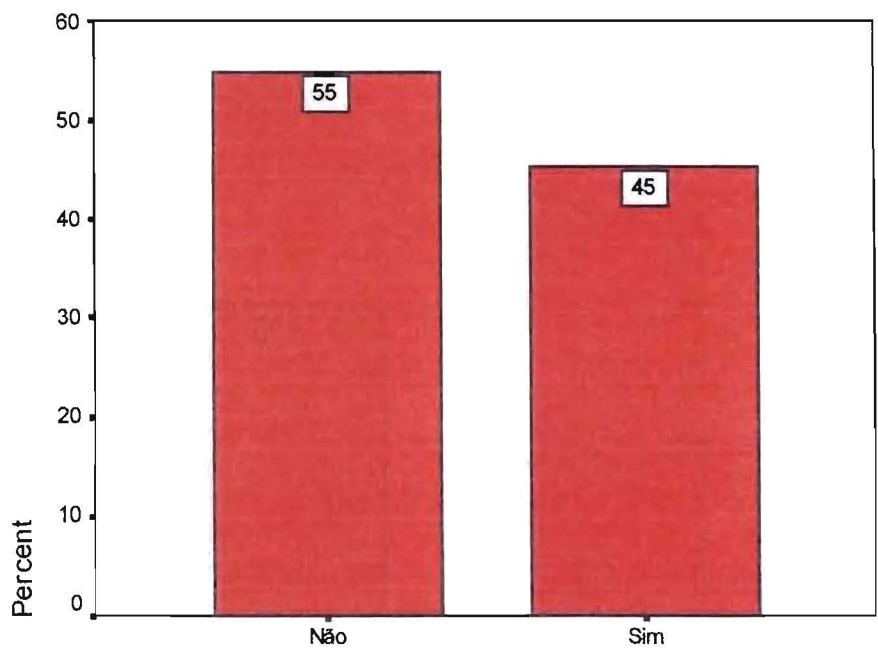
Renda familiar (soma de todos os salários da família).

20 - GASTOS RELEVANTES COM EDUCAÇÃO



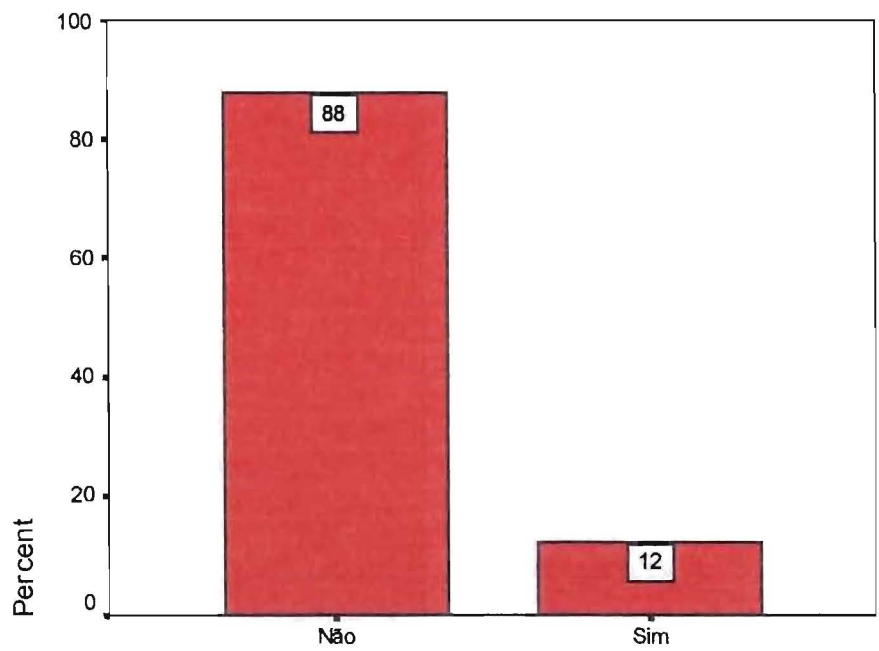
Educação como gasto relevante no orçamento familiar.

21 - GASTOS RELEVANTES COM MORADIA



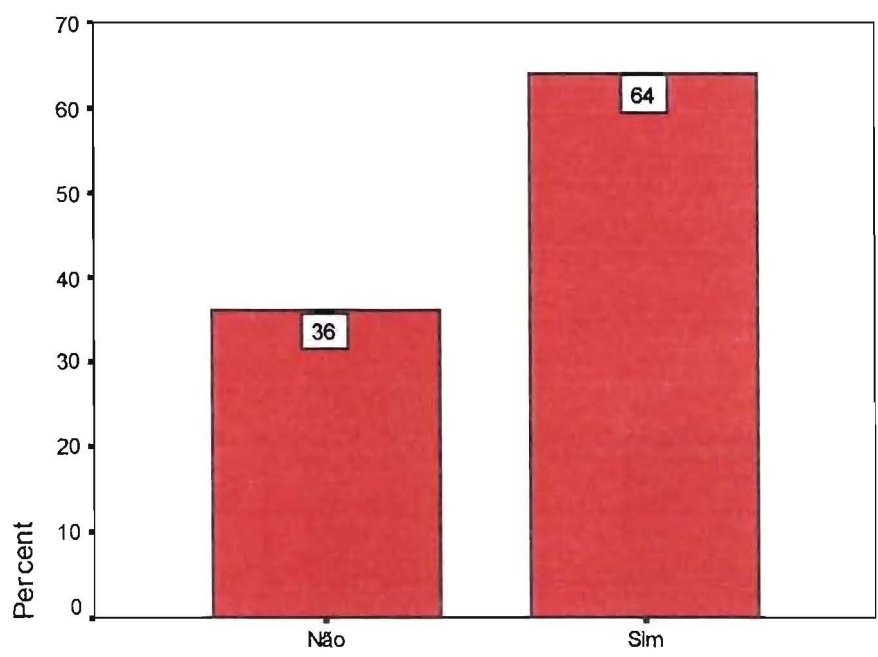
Morada como gasto relevante no orçamento familiar.

22 – GASTOS RELEVANTES COM PENSÃO ALIMENTÍCIA



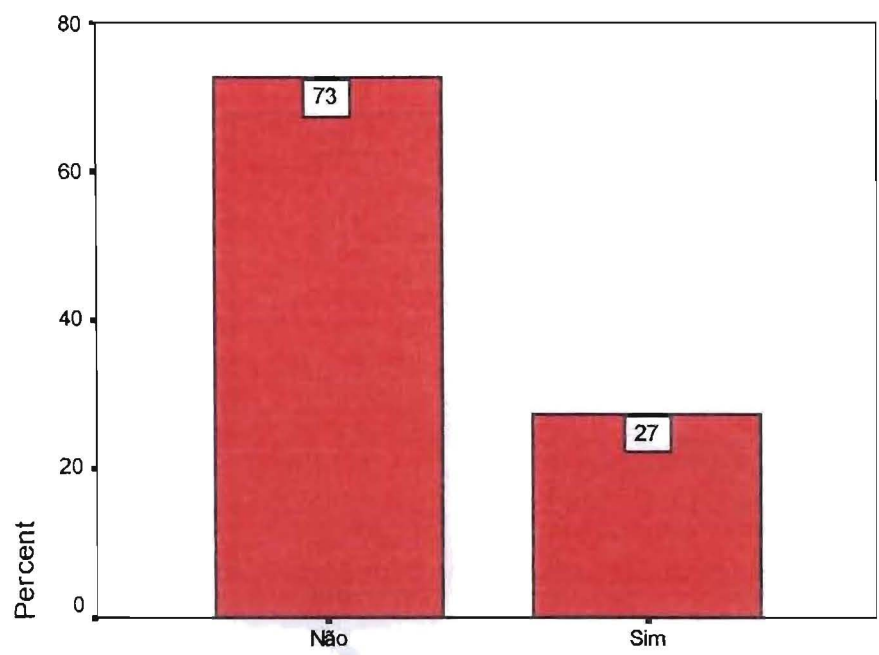
Pensão alimentícia como gasto relevante no orçamento familiar

23 - GASTOS RELEVANTES COM SAÚDE



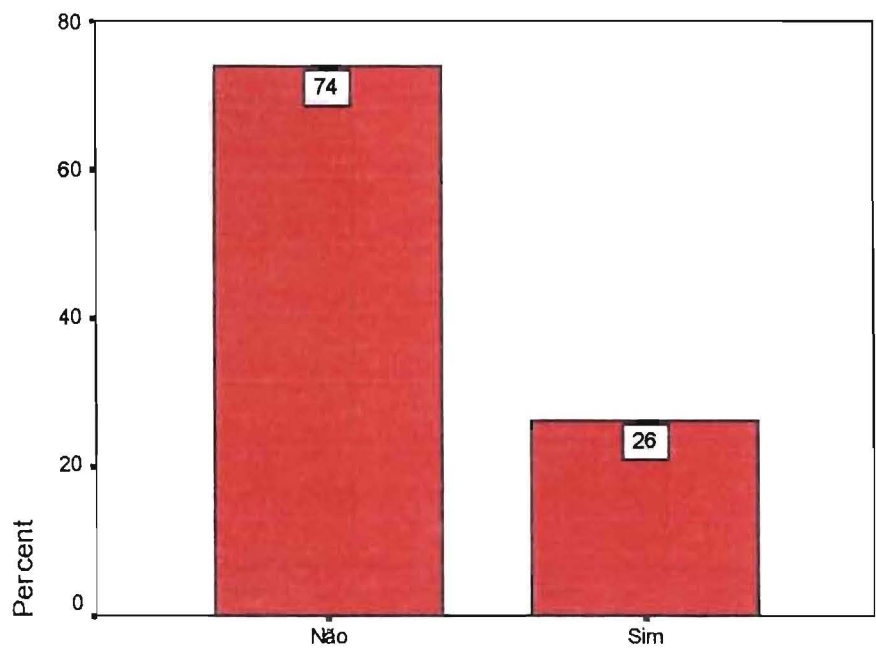
Saúde como gasto relevante no orçamento familiar.

24 - OUTROS GASTOS RELEVANTES



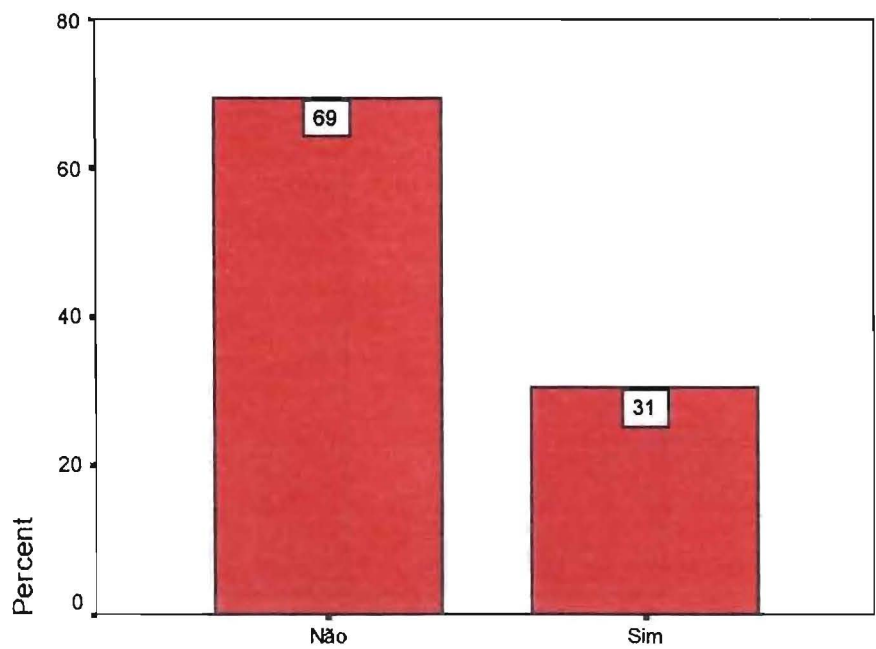
Outros gastos relevantes no orçamento familiar.

25 – ESPAÇO FÍSICO COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



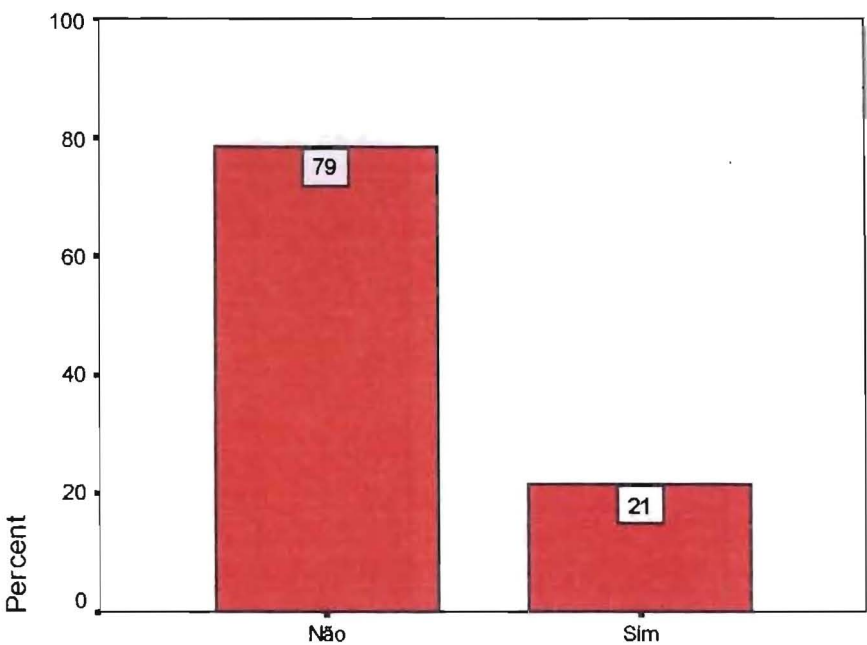
Espaço físico como fator que interfere no trabalho.

26 – MOBILIÁRIO COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



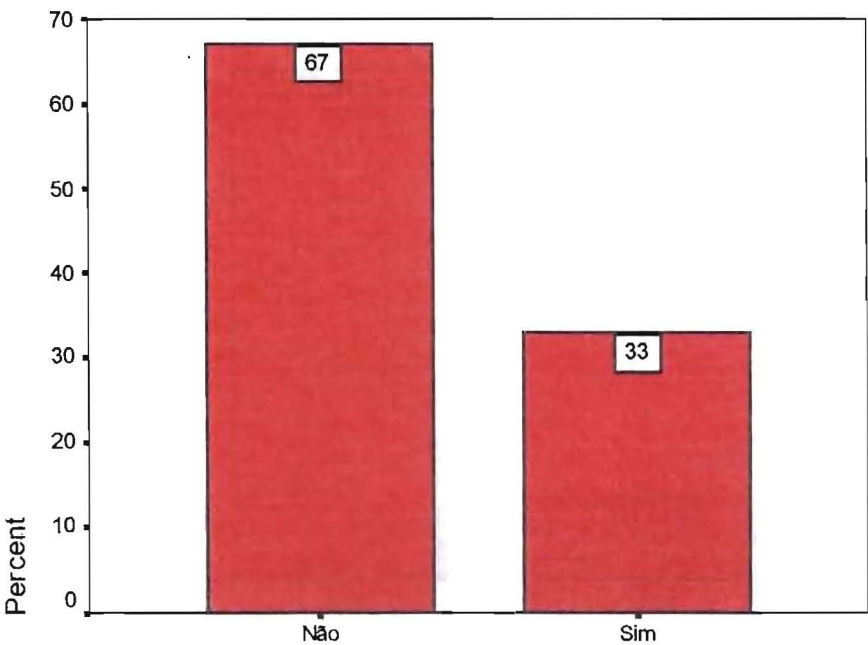
Mobiliário (não ergonômico) como fator que interfere no trabalho

27 – VENTILAÇÃO COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



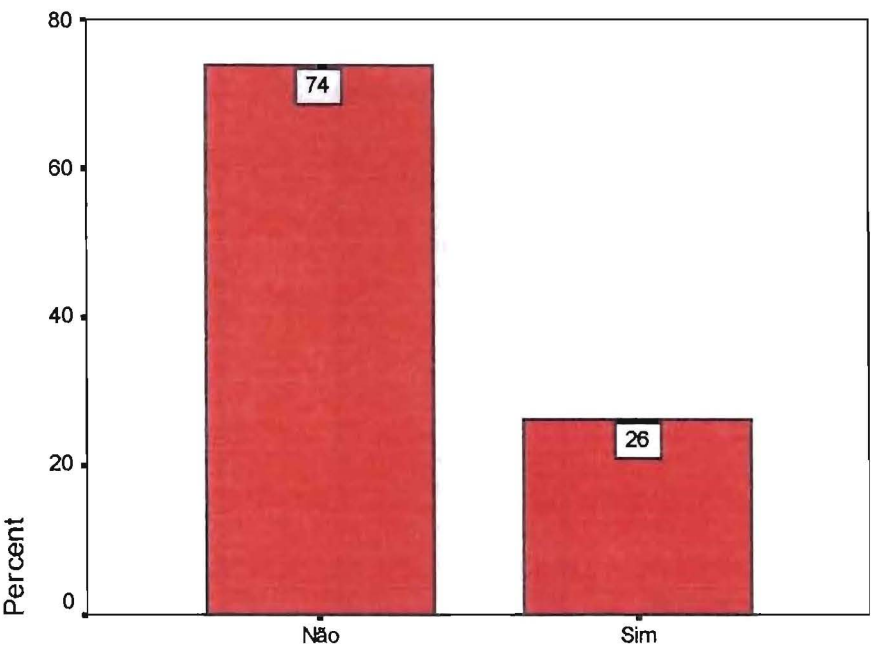
Ventilação como fator que interfere no trabalho.

28 – TEMPERATURA COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



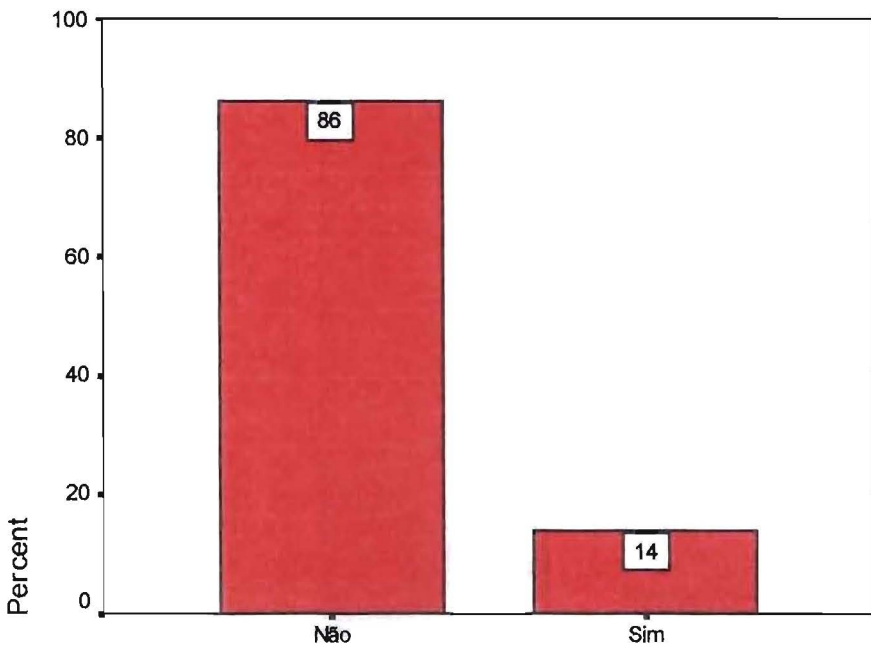
Temperatura (calor, frio) como fator que interfere no trabalho.

29 – RUÍDOS, BARULHOS COMO FATORES QUE INTERFEREM NO TRABALHO



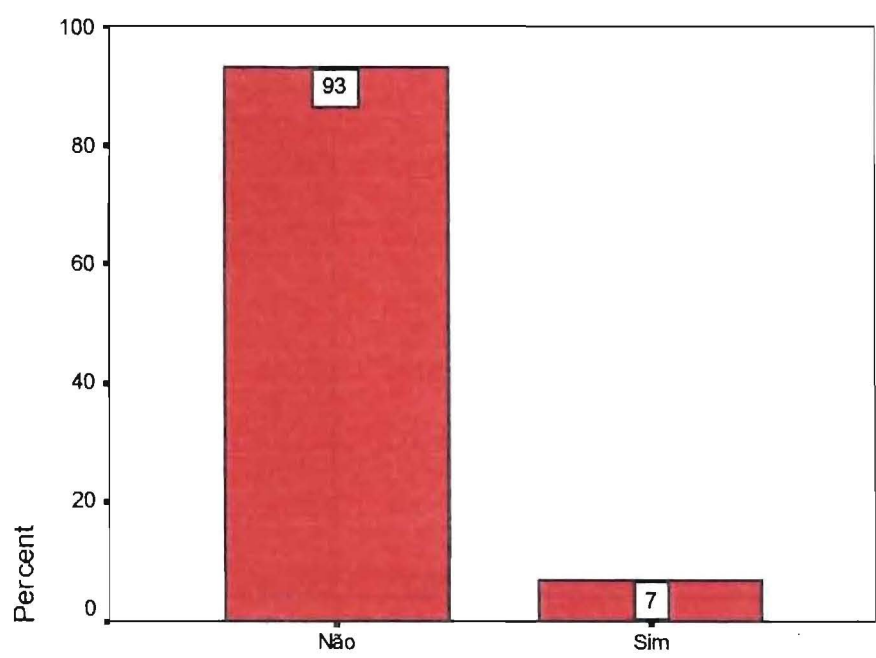
Ruídos e barulhos como fatores que interferem no trabalho.

30 – ILUMINAÇÃO COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



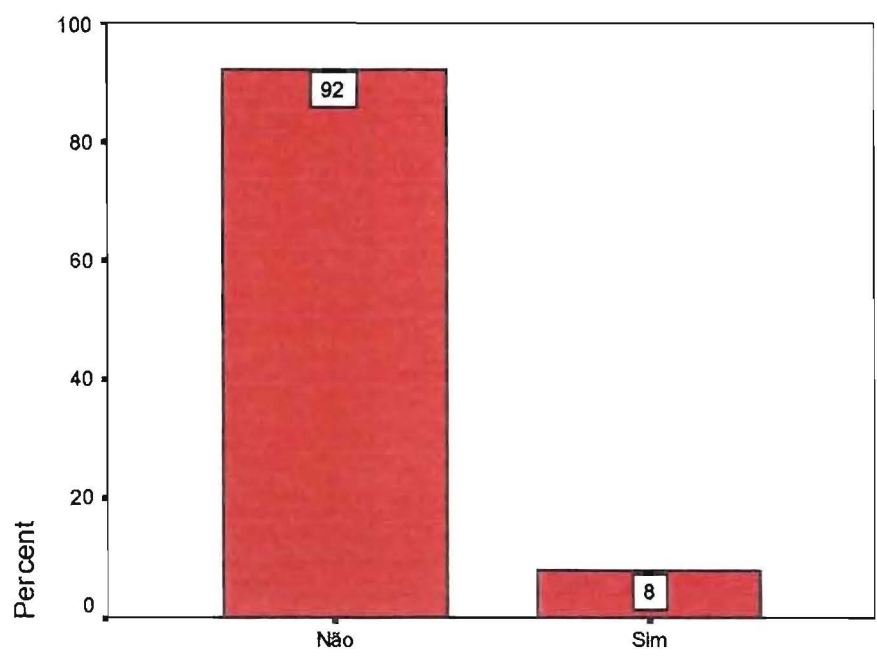
Iluminação como fator que interfere no trabalho.

31 – BARREIRAS ARQUITETÔNICAS COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



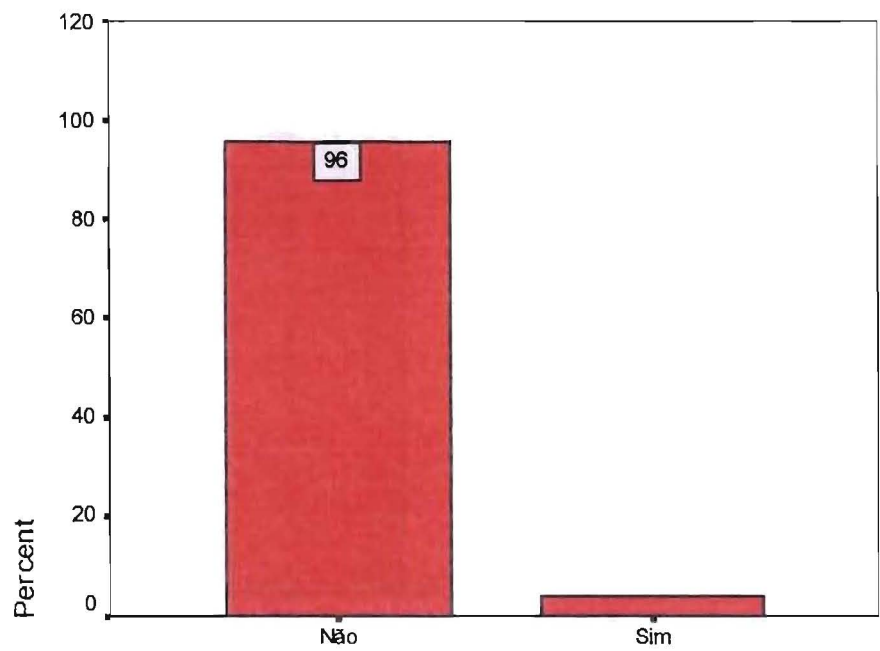
Barreiras arquitetônicas como fator que interfere no trabalho.

32 – AGENTES QUÍMICOS COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



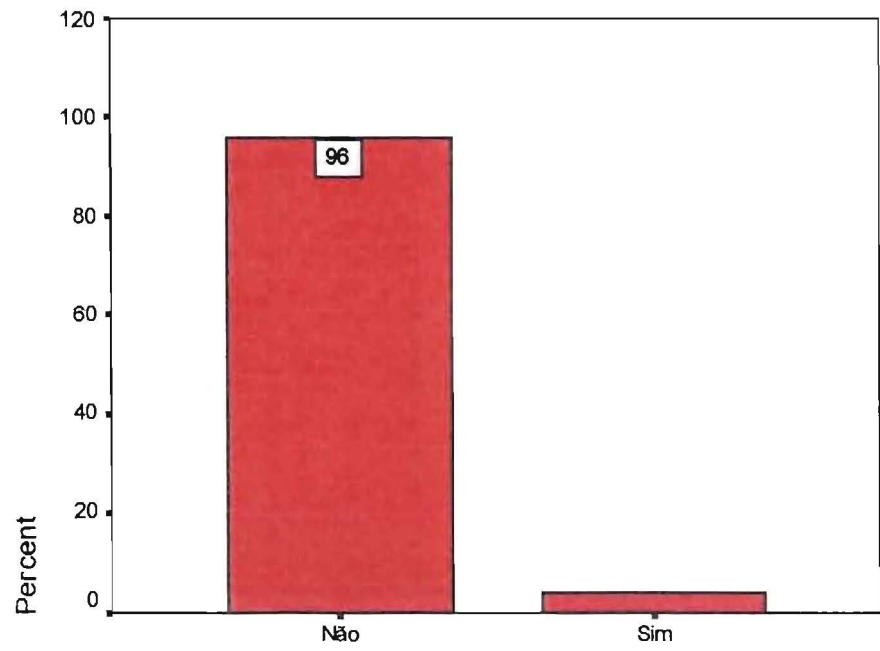
Agentes químicos como fator que interfere no trabalho.

33 – AGENTES BIOLÓGICOS COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



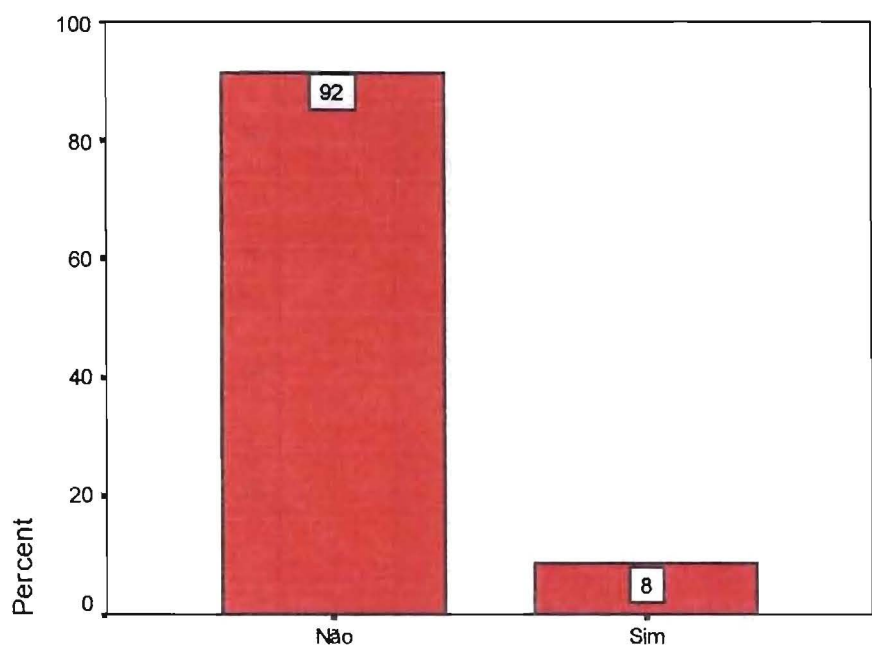
Agentes biológicos como fator que interfere no trabalho.

34 - RADIAÇÕES COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



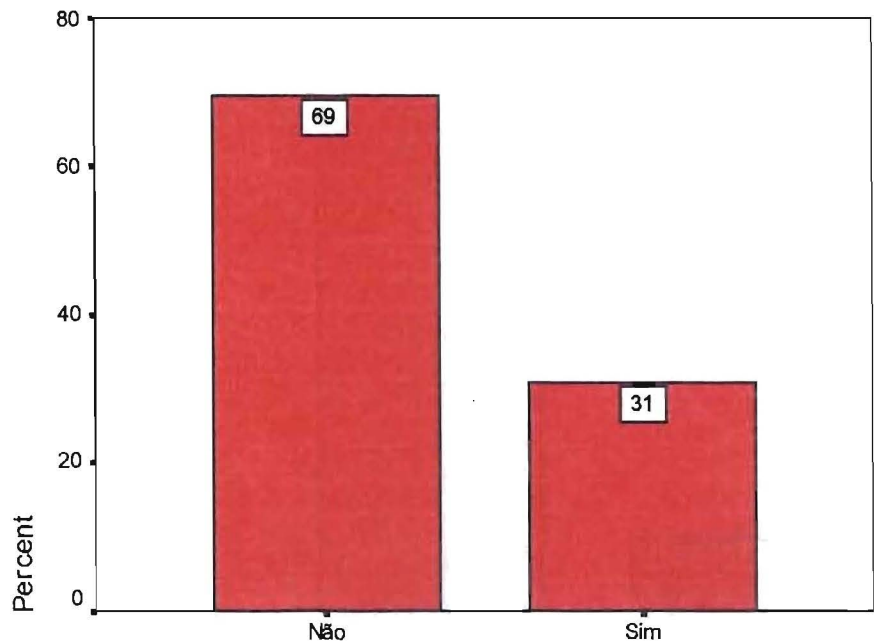
Radiações como fator que interfere no trabalho.

35 –EXISTÊNCIA DE OUTROS FATORES QUE INTERFEREM NO TRABALHO



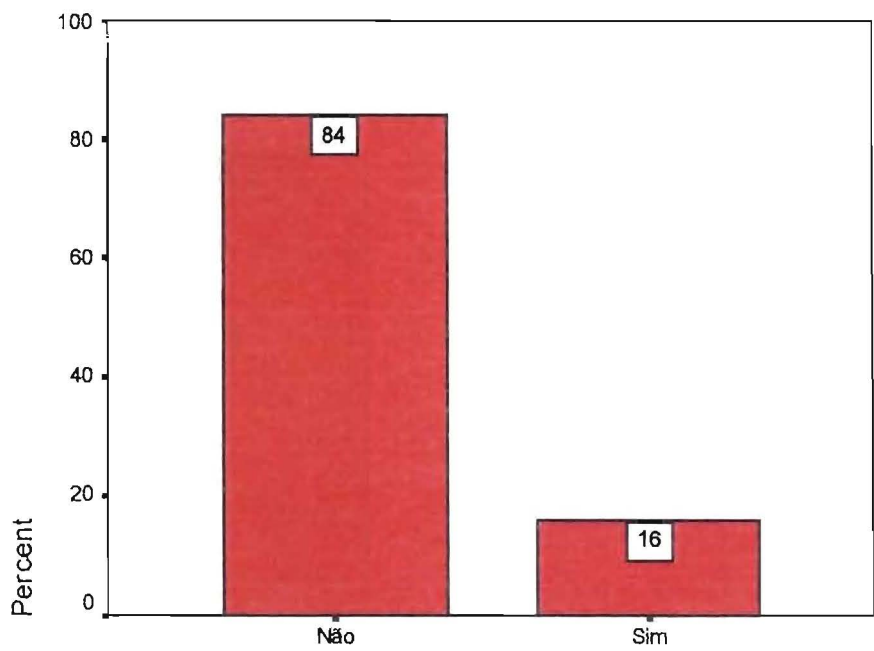
Existência de outros fatores que interferem no trabalho.

36 – PROBLEMAS FINANCEIROS COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



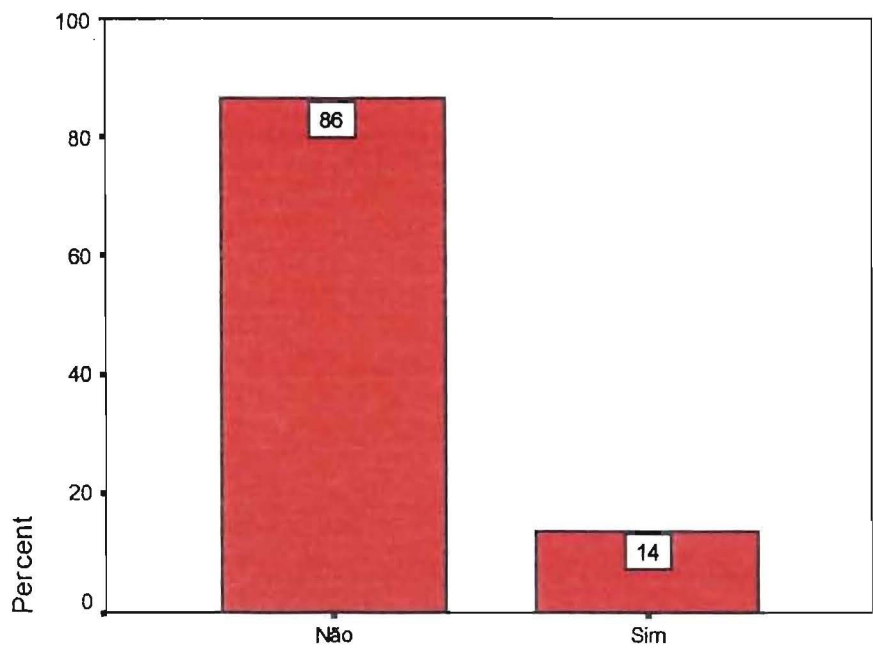
Problemas financeiros como fator que interfere no trabalho.

37 – PROBLEMAS FAMILIARES COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



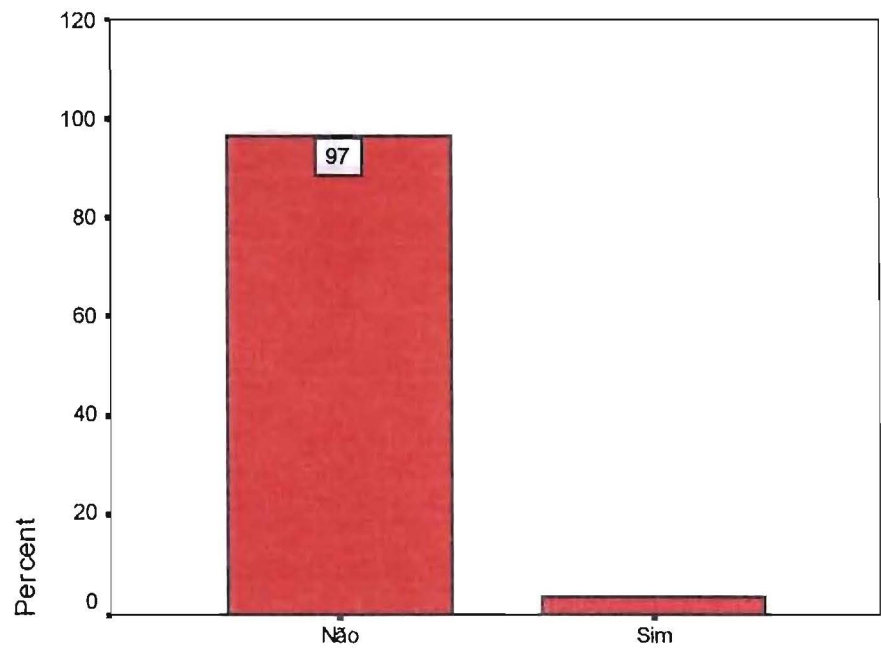
Problemas familiares como fator que interfere no trabalho.

38 – DOENÇA NA FAMÍLIA COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



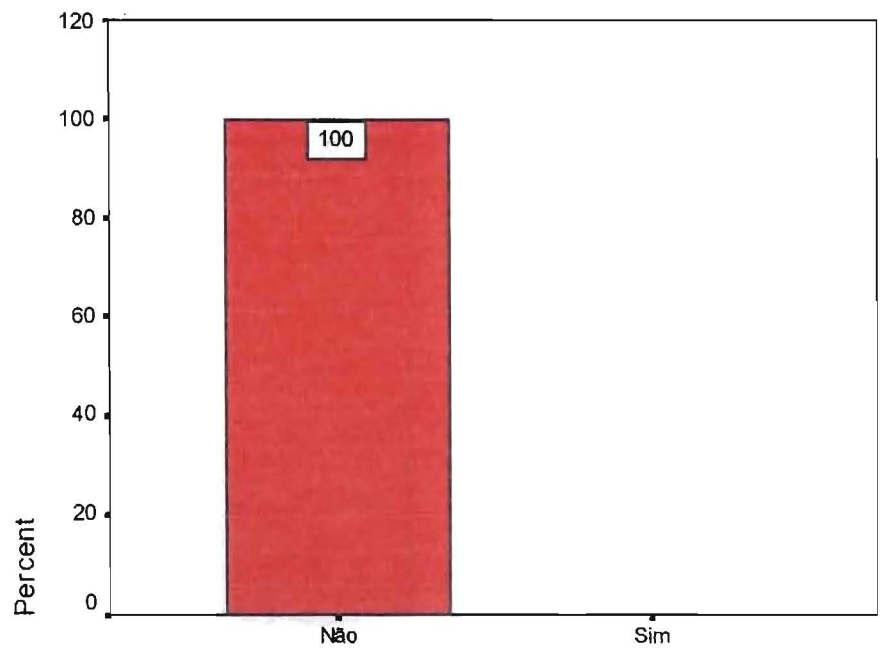
Doença na família como fator que interfere no trabalho.

39 – QUESTÕES JUDICIAIS COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



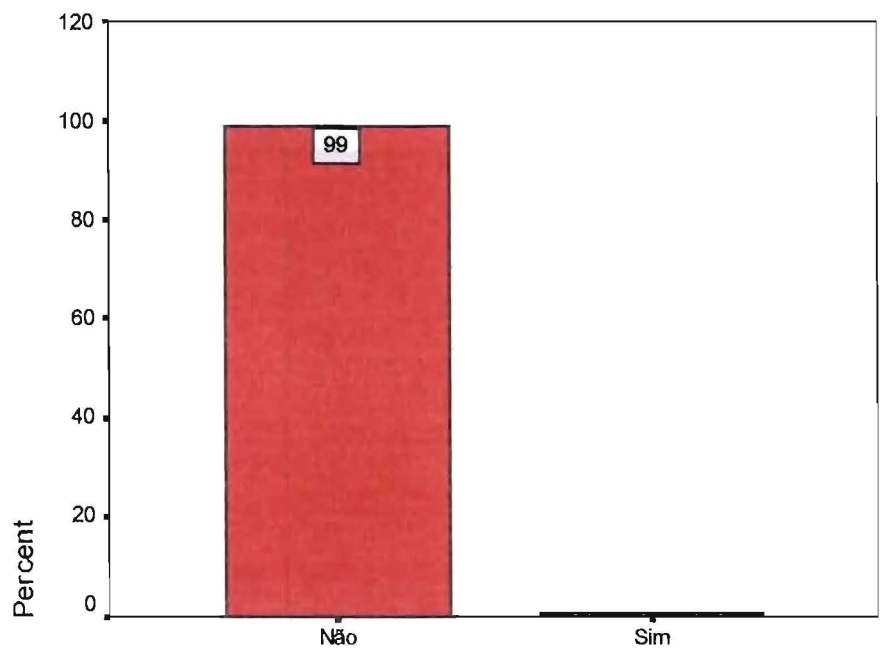
Questões judiciais como fator que interfere no trabalho.

40 – DESPESAS COM JOGOS COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



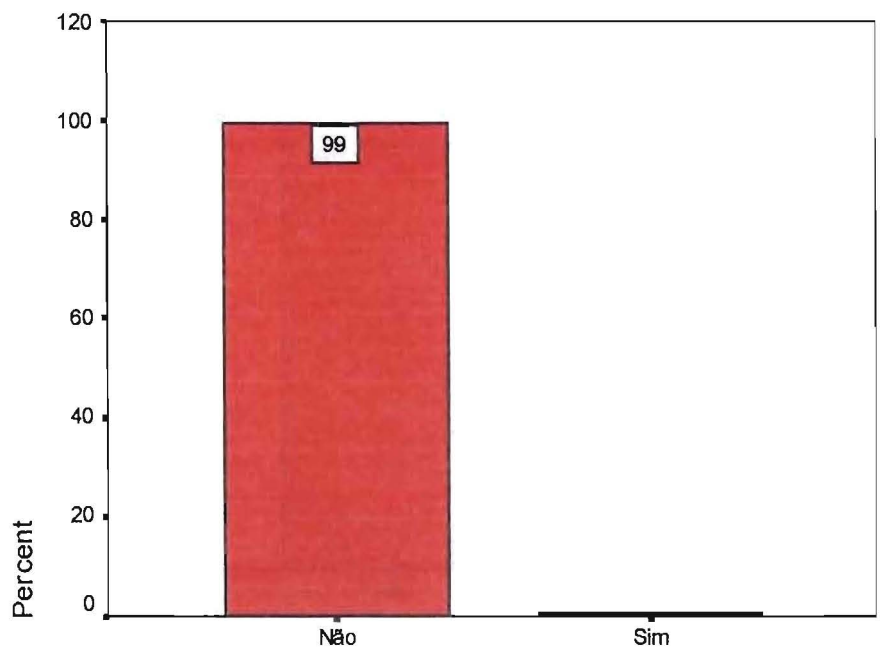
Despesas com jogos como fator que interfere no trabalho.

41 – ABUSO DE ÁLCOOL COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



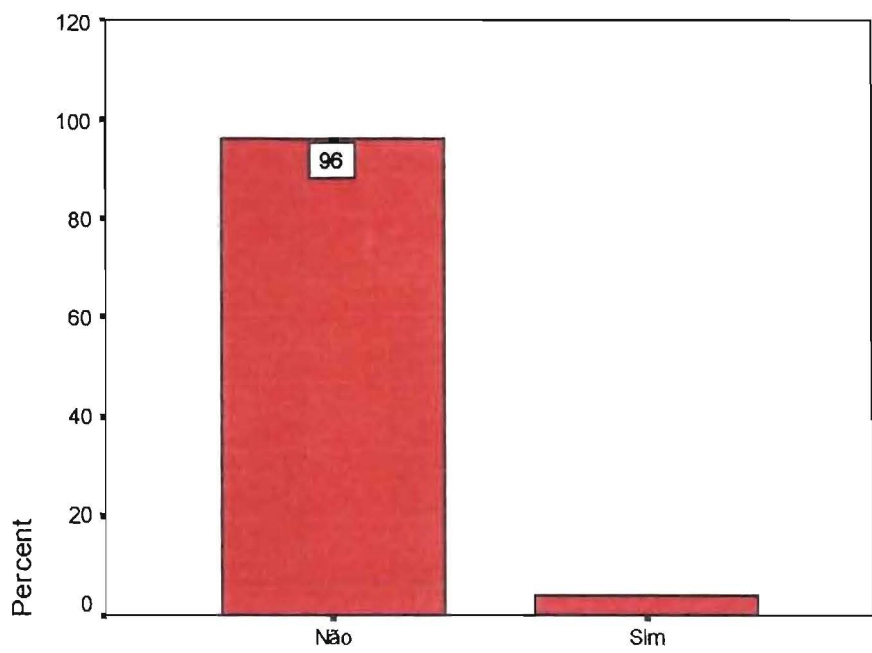
Abuso de álcool como fator que interfere no trabalho.

42 – USO DE DROGAS COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



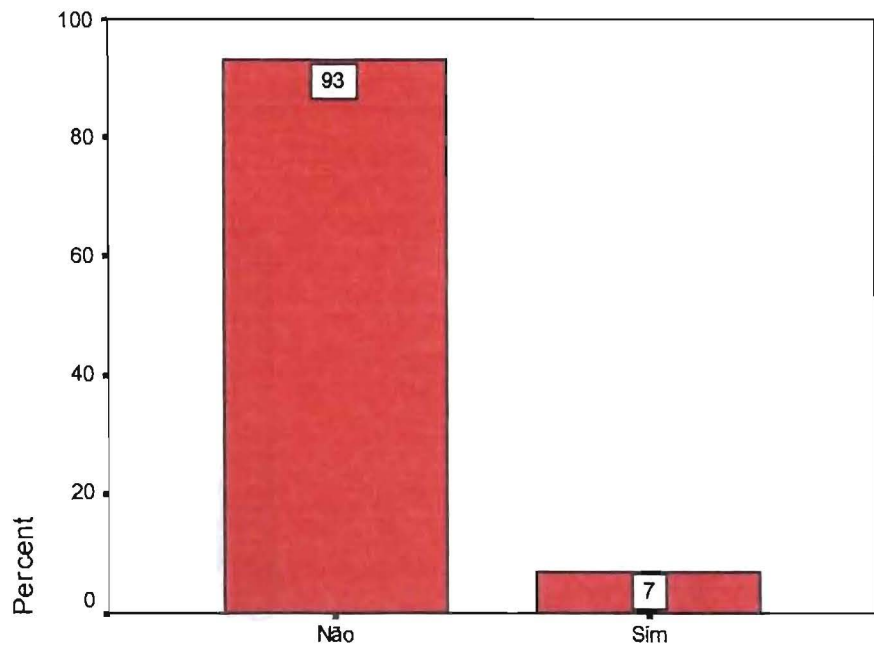
Uso de drogas como fator que interfere no trabalho.

43 - TABAGISMO COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



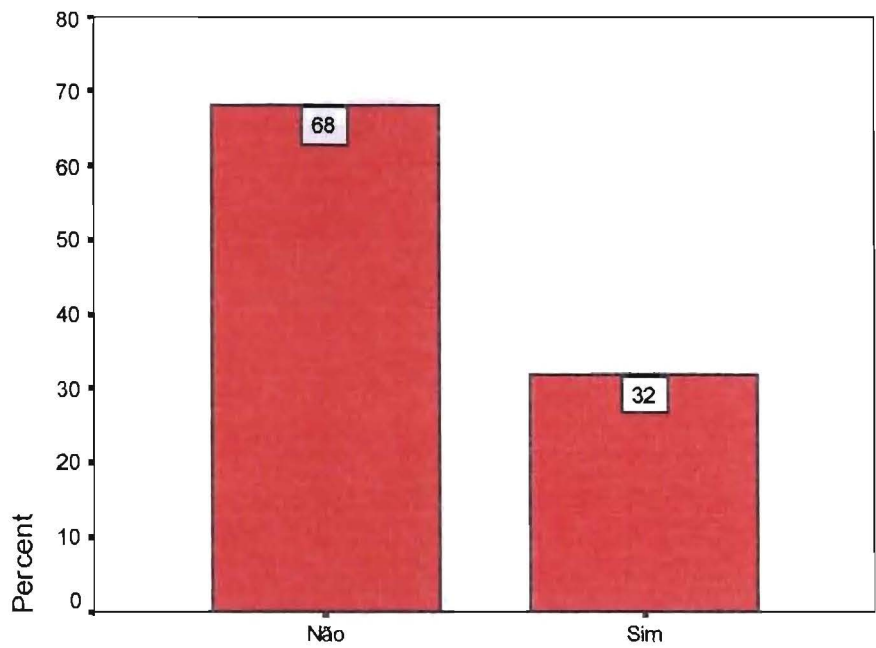
Tabagismo como fator que interfere no trabalho.

44 - DEPRESSÃO COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



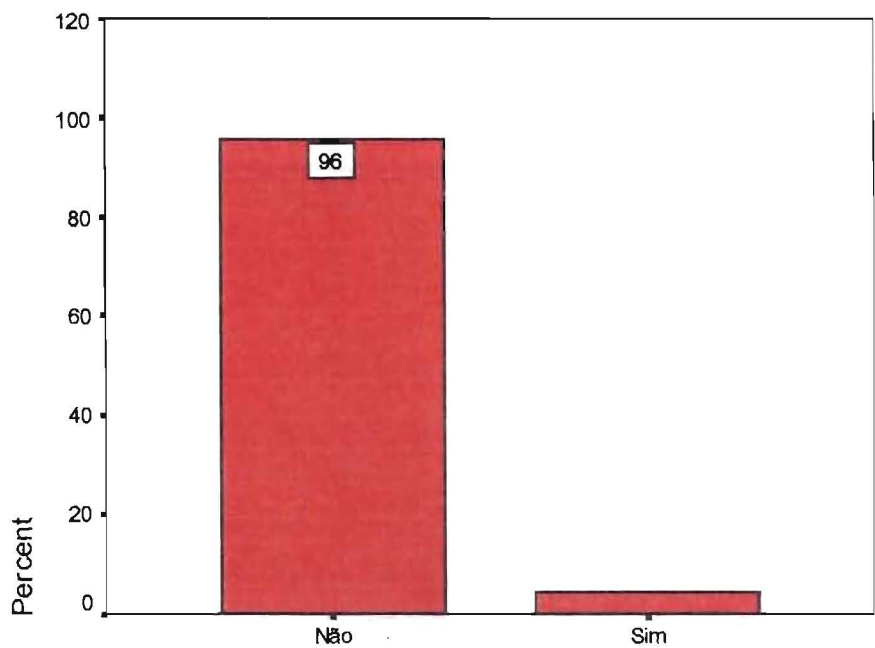
Depressão como fator que interfere no trabalho.

45 – TENSÃO/ANSIEDADE COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



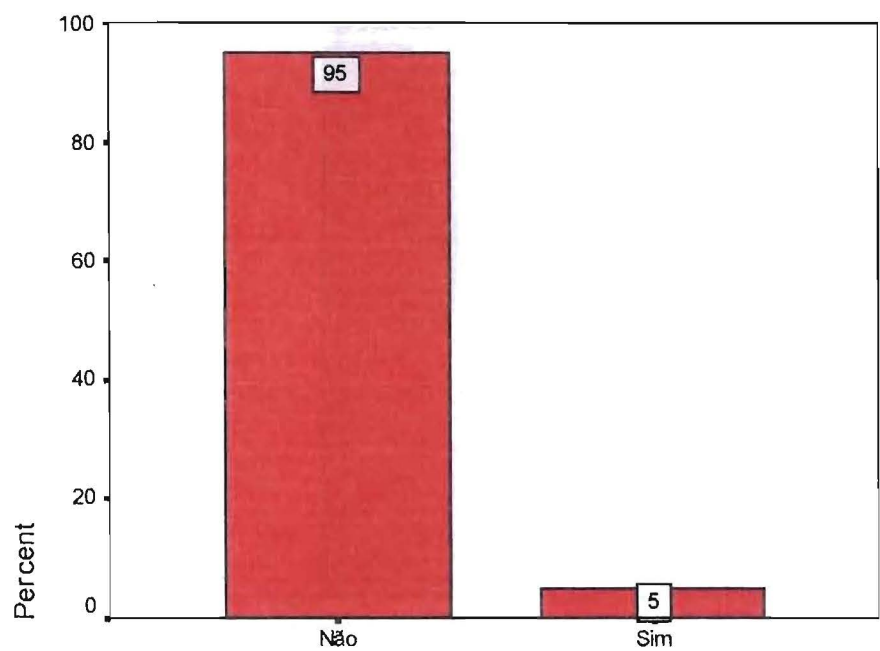
Tensão/ansiedade como fator que interfere no trabalho.

46 – SENTIMENTO DE INFERIORIDADE COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



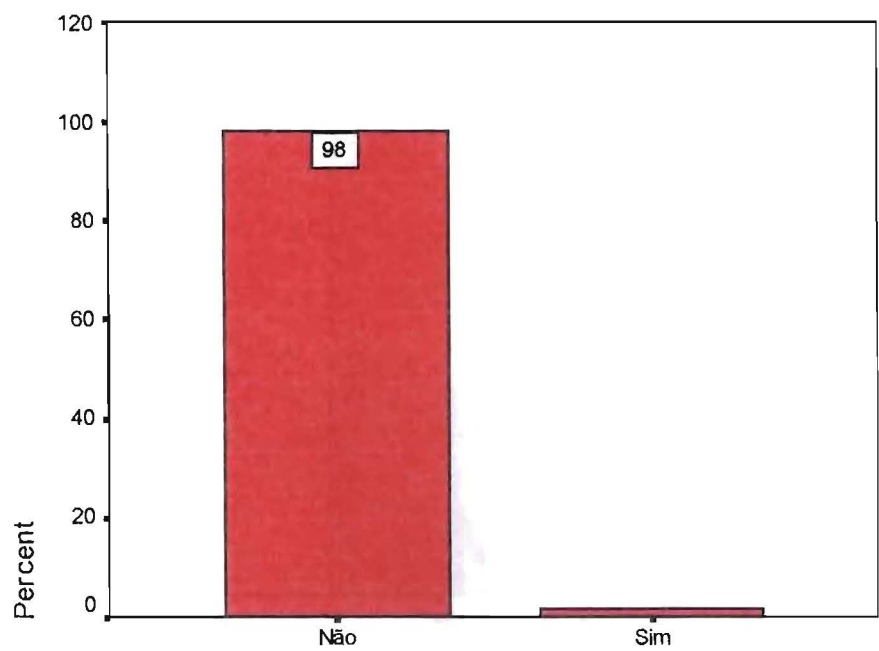
Sentimento de inferioridade como fator que interfere no trabalho.

46 - PESARES COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



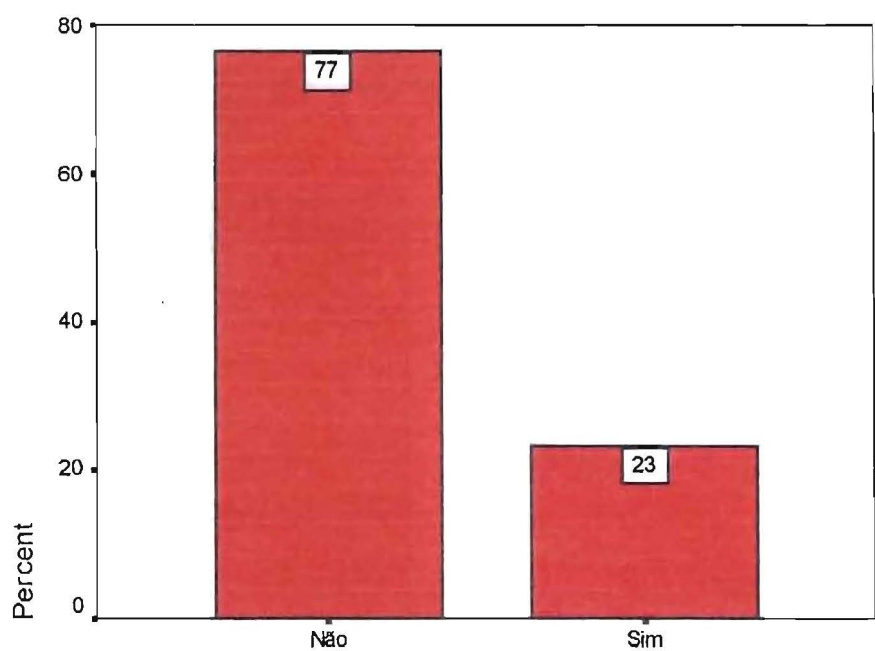
Pesares (luto, doenças, separação e outros) como fatores que

48 - NÃO ADAPTAÇÃO À ATIVIDADE COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



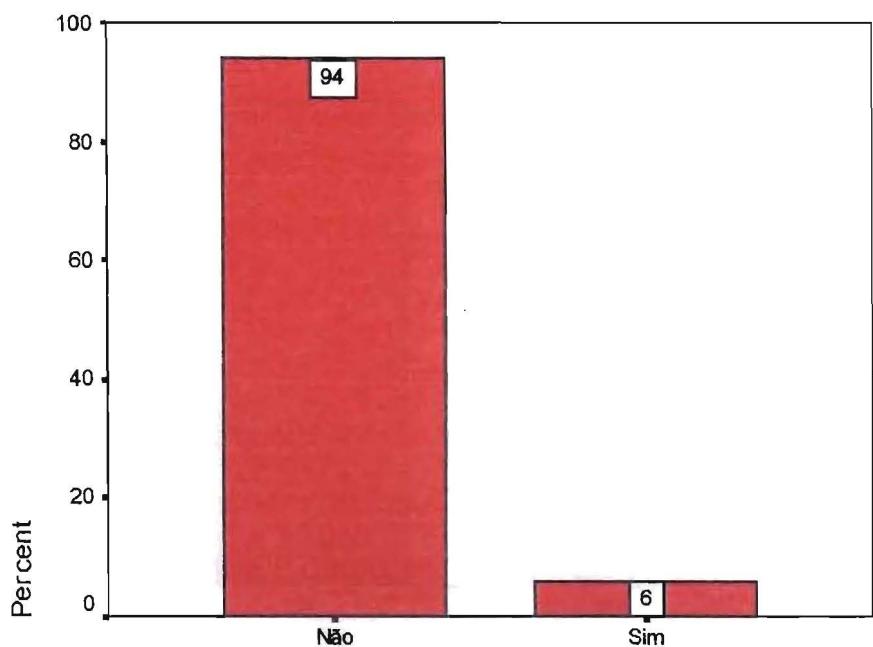
Não adaptação à atividade que executa como fator que interfere

49 – FALTA DE MOTIVAÇÃO COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



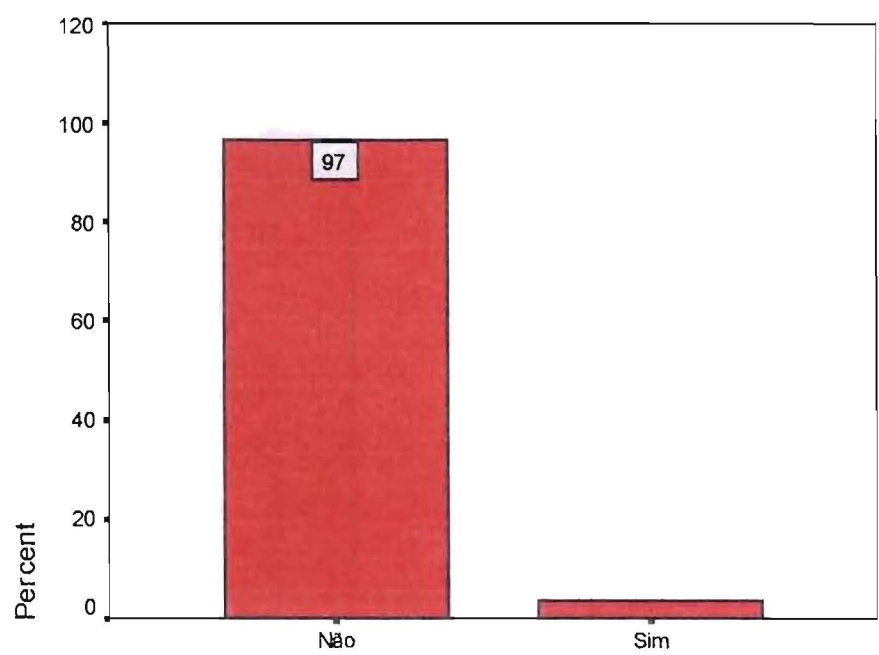
Falta de motivação como fator que interfere no trabalho.

50 – COMPETIÇÃO ENTRE COLEGAS COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



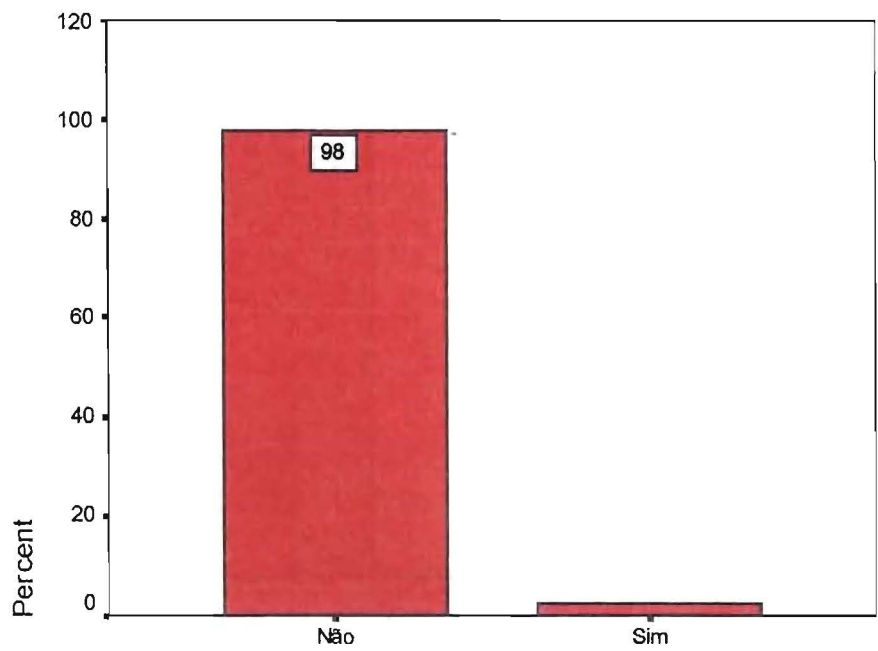
Competição entre colegas como fator que interfere no trabalho.

51 – RELACIONAMENTO DIFÍCIL COM CHEFIA COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



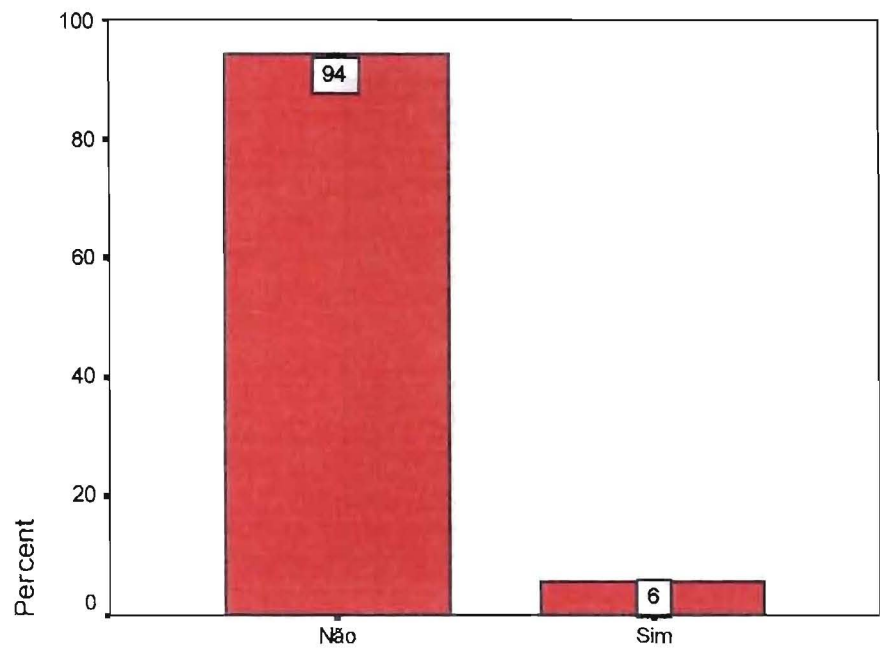
Relacionamento difícil com a chefia como fator que interfere no

52 – RELACIONAMENTO DIFÍCIL COM COLEGAS COMO FATOR QUE INTERFERE NO TRABALHO



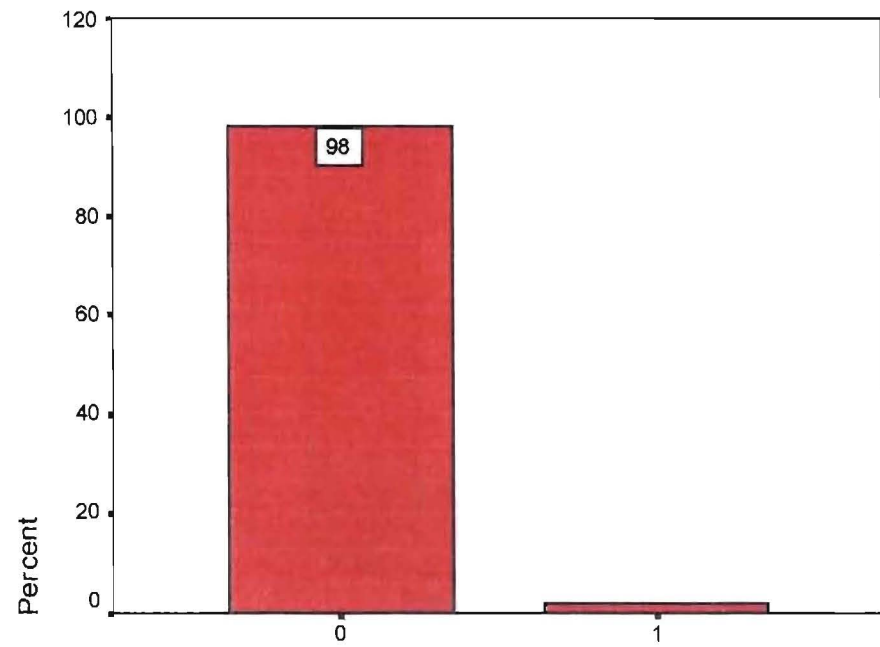
Relacionamento difícil com os colegas como fator que interfere

53 - OUTROS FATORES QUE INTERFEREM NO TRABALHO



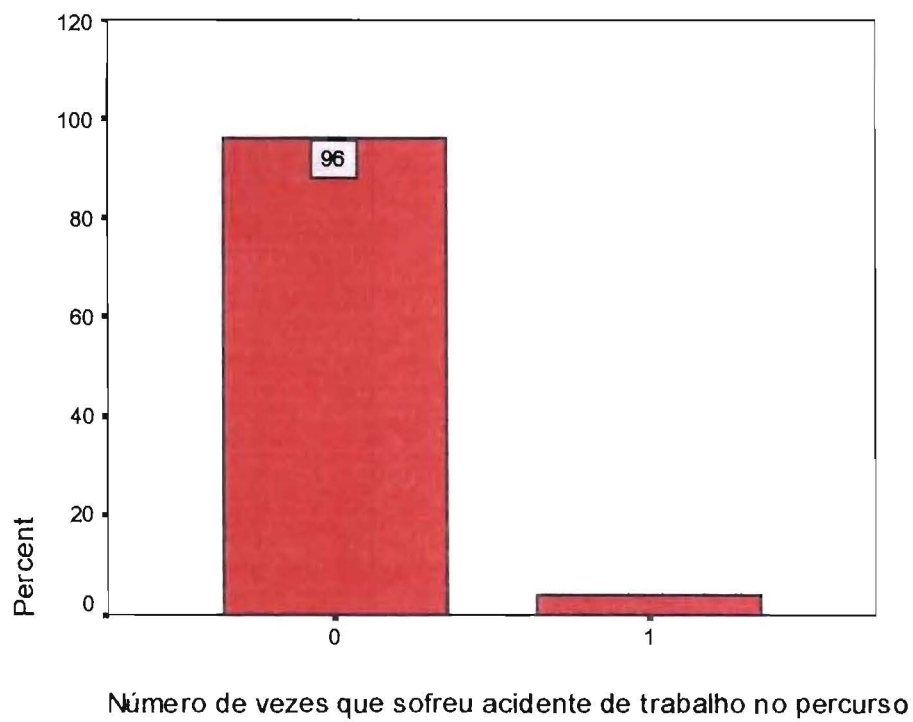
Existência de outros fatores psicossociais que interferem no tra

54 –ACIDENTE DE TRABALHO NO STJ

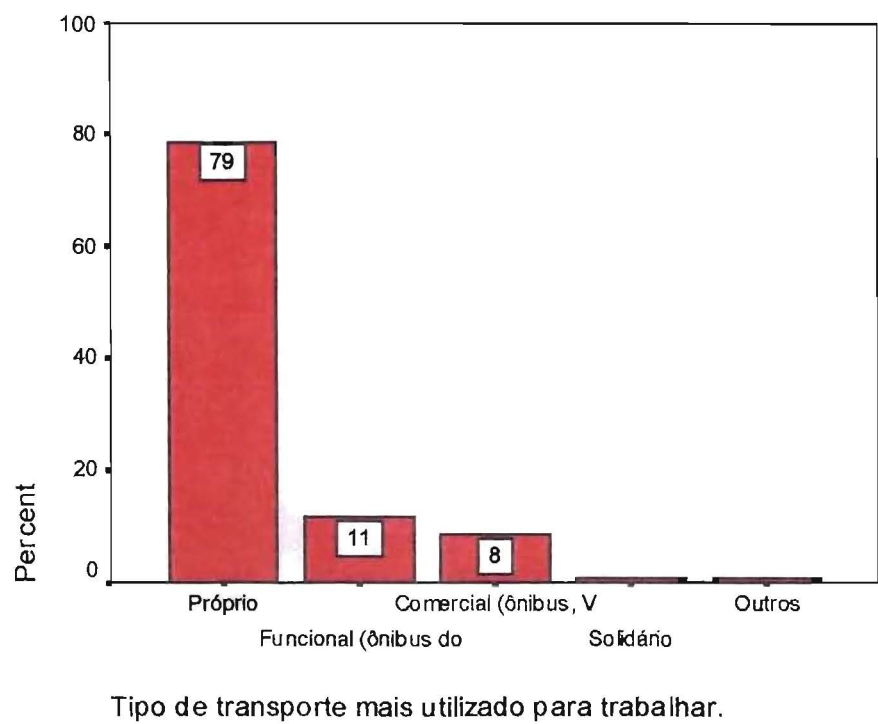


Número de vezes que sofreu acidentes de trabalho no STJ.

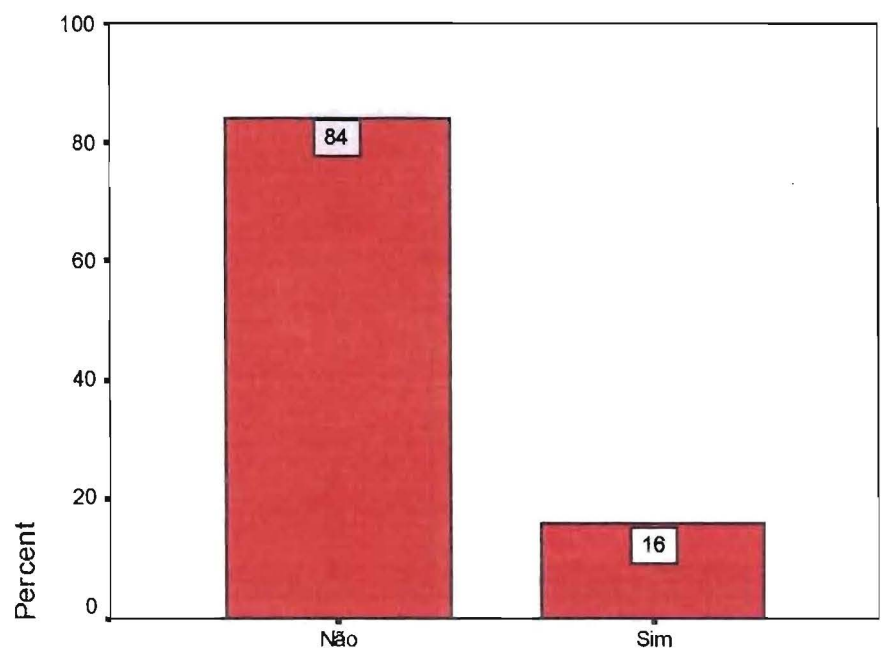
55 - ACIDENTE DE TRABALHO NO PERCURSO



56 – TIPO DE TRANSPORTE UTILIZADO

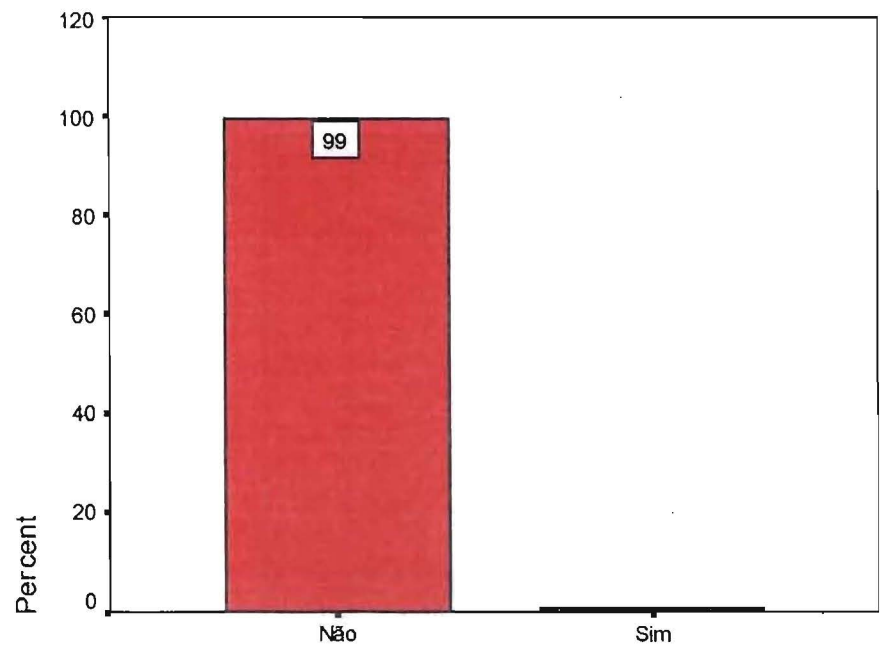


57 – PERCURSO A PÉ - CASA/PONTO DE ÔNIBUS



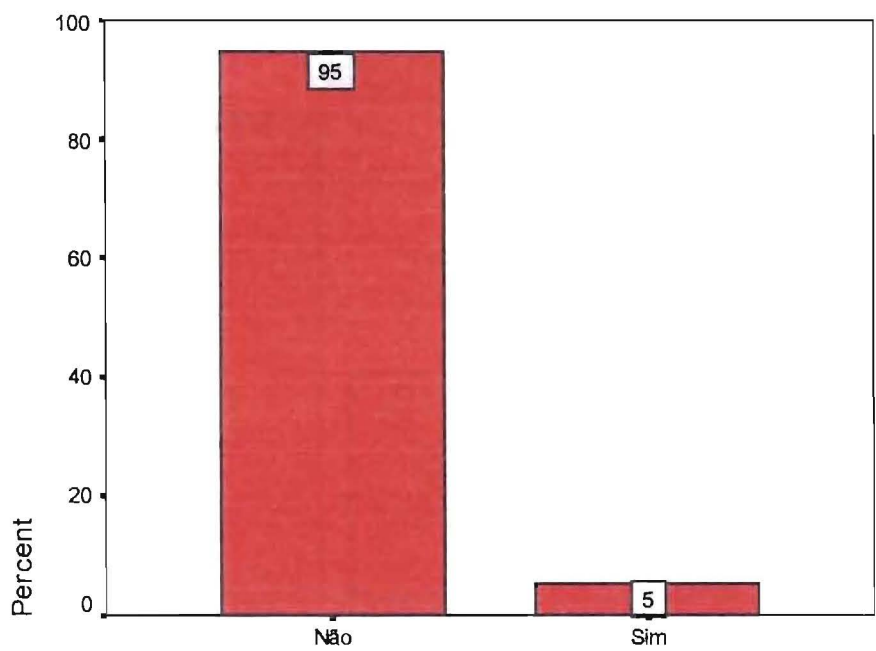
Faz a pé o percurso casa/ponto de ônibus para chegar ao trabalho.

58 - PERCURSO A PÉ – RODOVIÁRIA/STJ



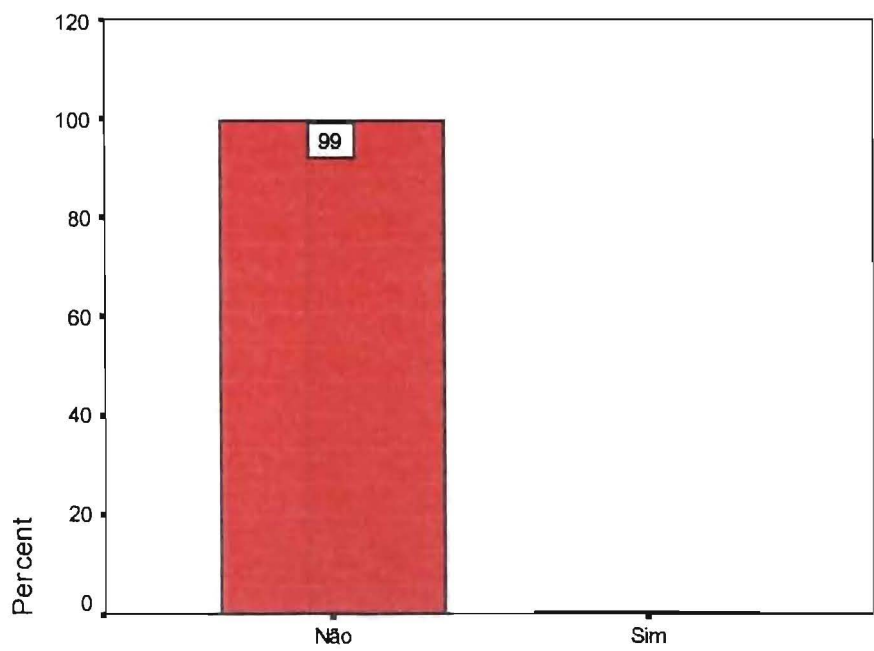
Faz a pé o percurso rodoviária/STJ para chegar ao trabalho.

59 - PERCURSO A PÉ - CONGRSSO/STJ



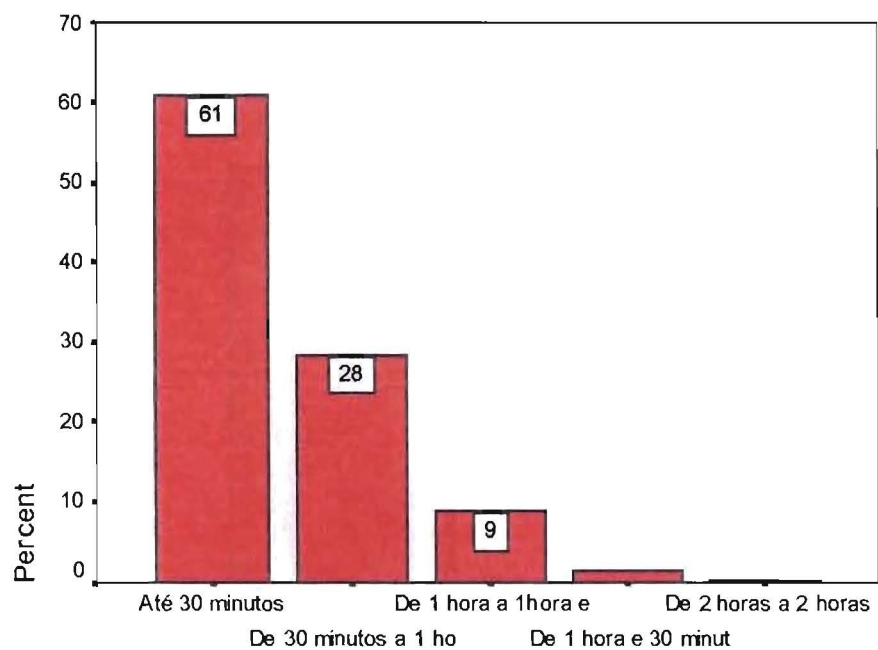
Faz a pé o percurso congresso/STJ para chegar ao trabalho.

60 – OUTRO PERCURSO A PÉ



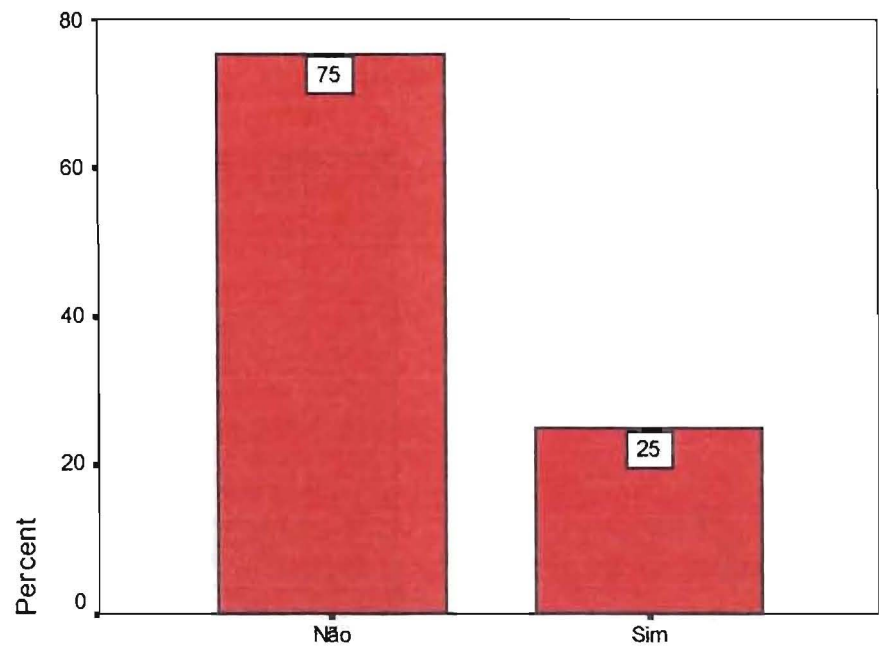
Faz outro percurso a pé para chegar ao trabalho.

61 – TEMPO DE DESLOCAMENTO CASA/TRABALHO



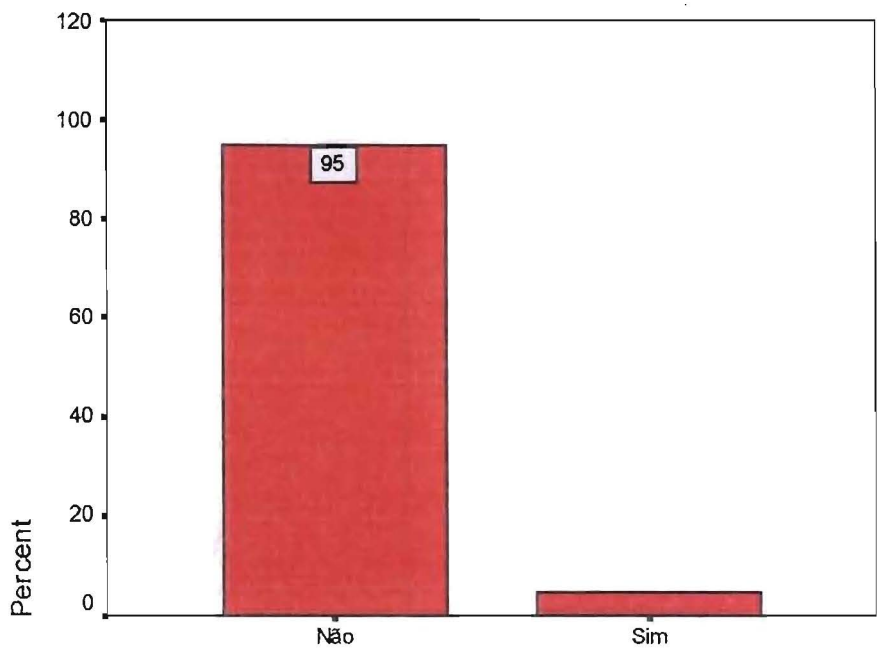
Tempo utilizado para deslocamento de casa para o trabalho.

62 – LICENÇA MÉDICA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE



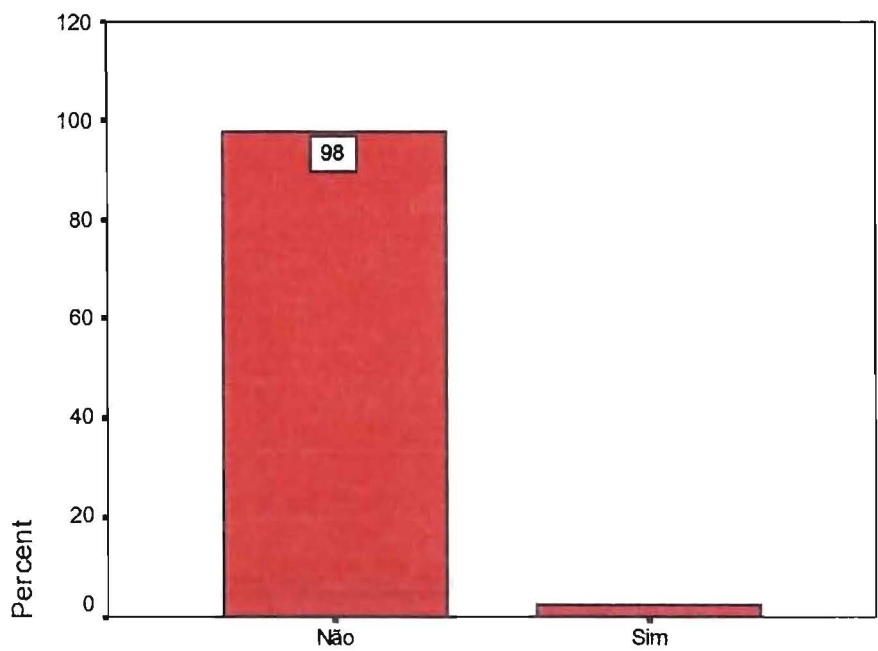
Estive de licença médica nos últimos 12 meses para tratamento

63 - LICENÇA MÉDICA PARA ACOMPANHAMENTO DE FAMILIAR



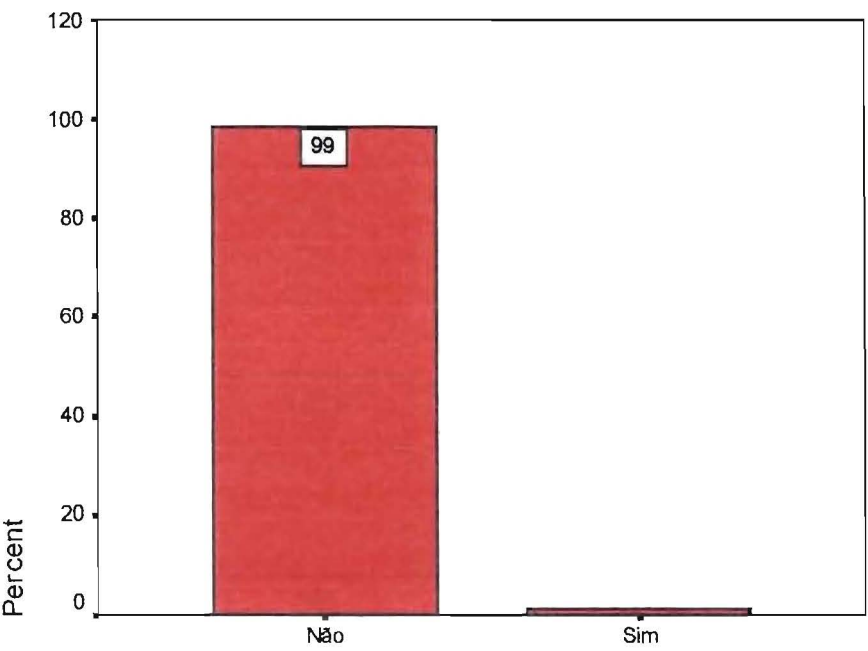
Esteve de licença médica nos últimos 12 meses para acompanhar

64 - LICENÇA MATERNIDADE



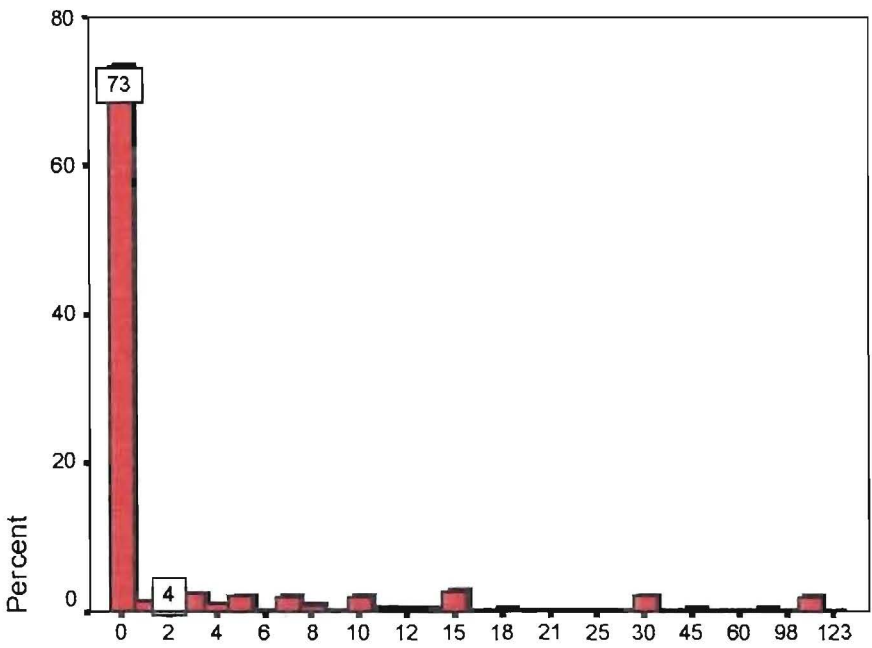
Esteve de licença maternidade nos últimos 12 meses.

65 – OUTRAS LICENÇAS



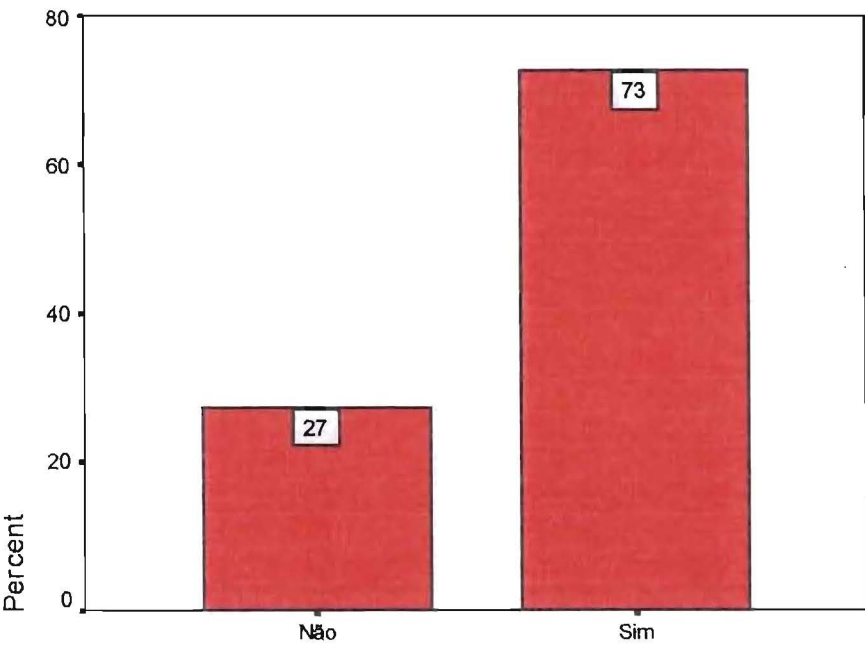
Esteve afastado do trabalho nos últimos 12 meses por outras li

66 – PERÍODOS DE LICENÇA



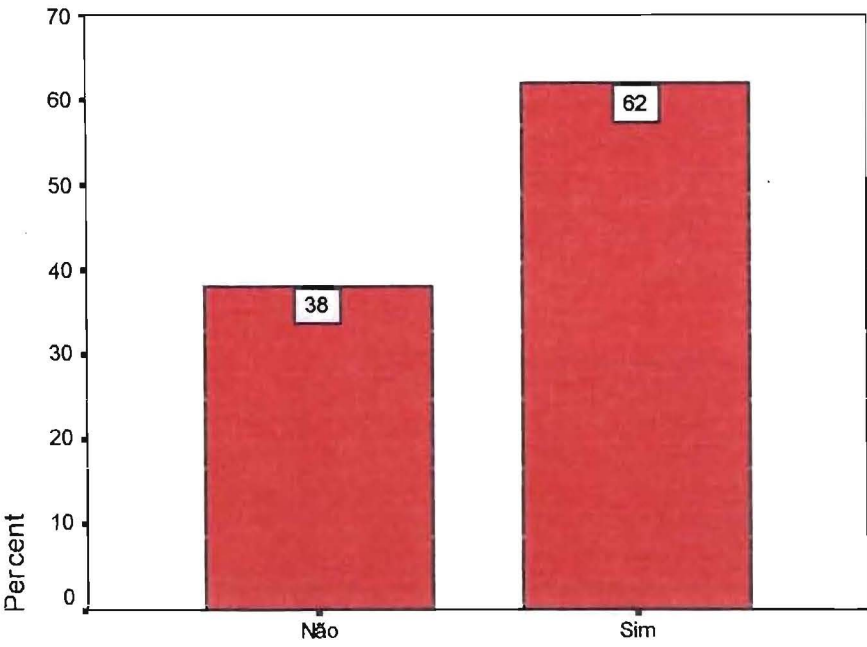
Quantidade de dias da licença nos últimos 12 meses.

67 - CINEMA/VÍDEO COMO ATIVIDADE CULTURAL/LAZER



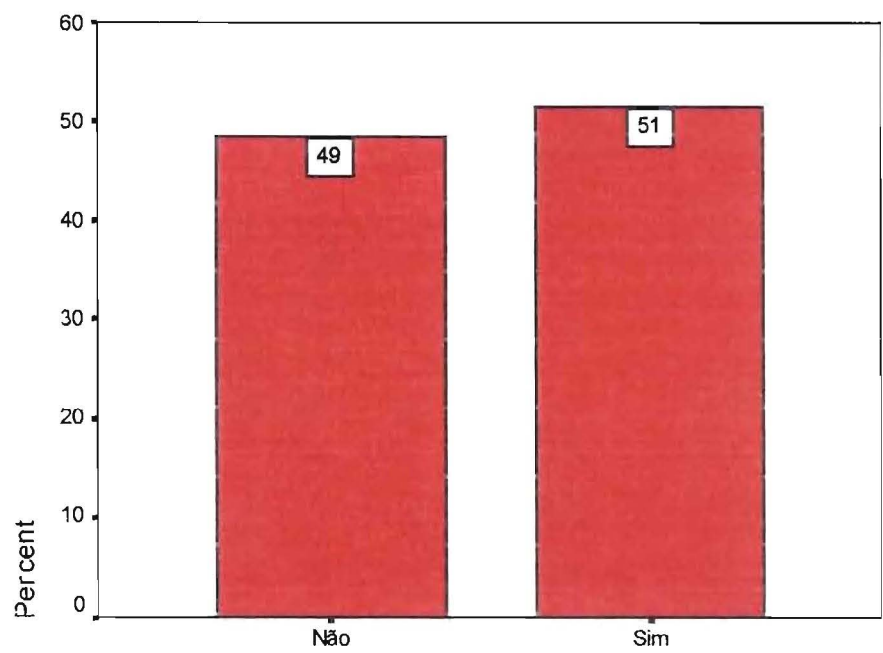
Cinema/vídeo como atividade cultural/lazer.

68 – LIVROS COMO ATIVIDADE CULTURAL/LAZER



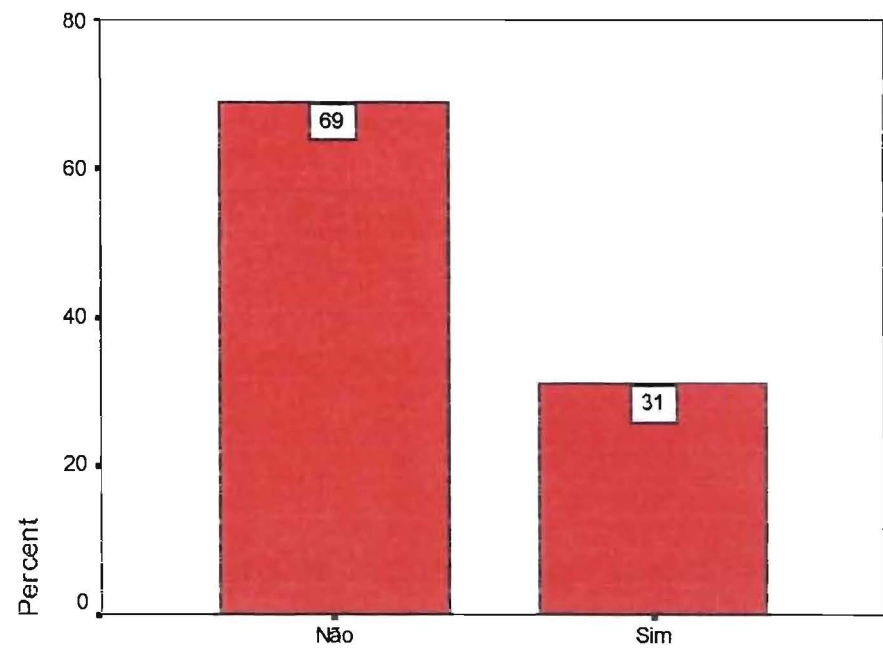
Livros como atividade cultural/lazer.

69 - MÚSICA/SHOW COMO ATIVIDADE CULTURAL/LAZER



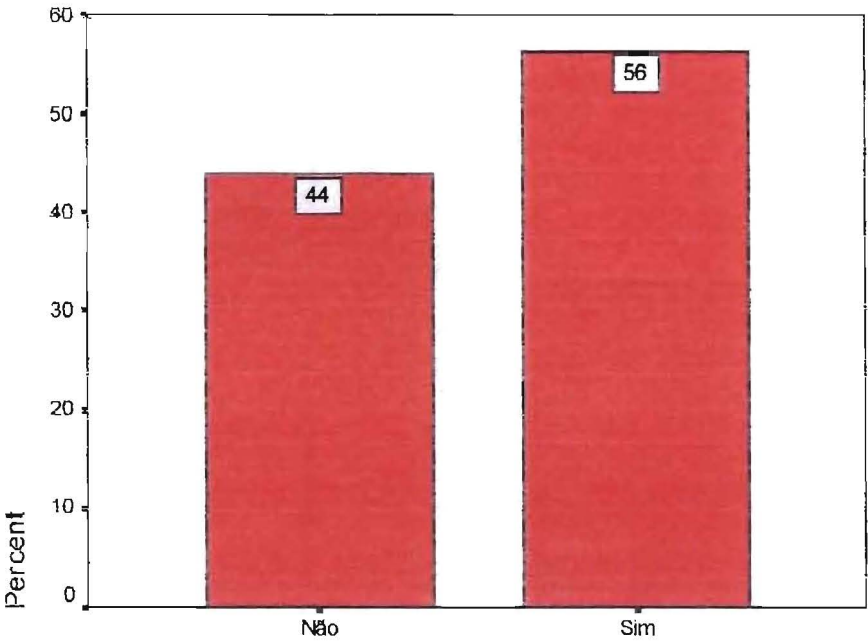
Música/show como atividade cultural/lazer.

70 - - CURSOS COMO ATIVIDADE CULTURAL/LAZER -



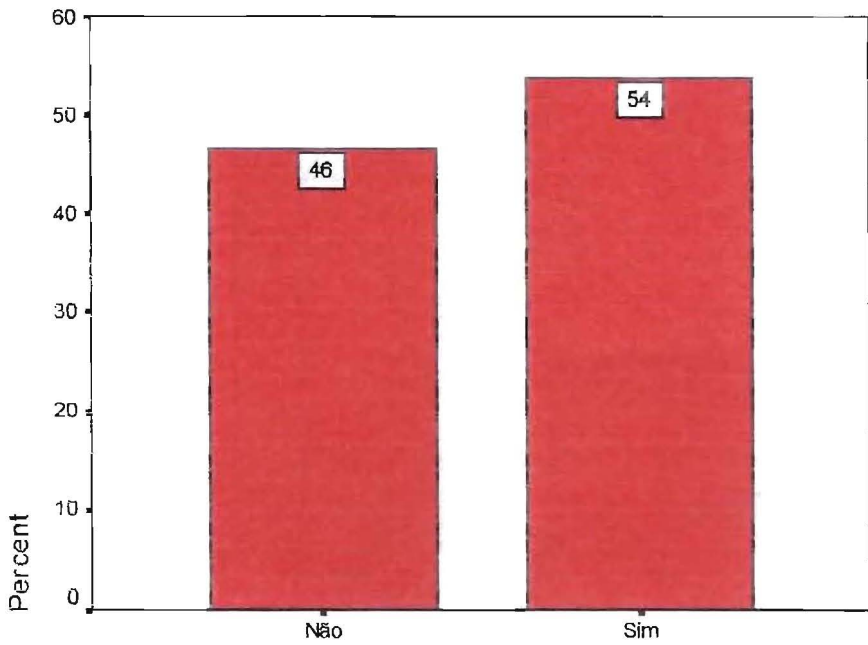
Cursos como atividade cultural/lazer.

71 – VIAGENS COMO ATIVIDADE CULTURA/LAZER



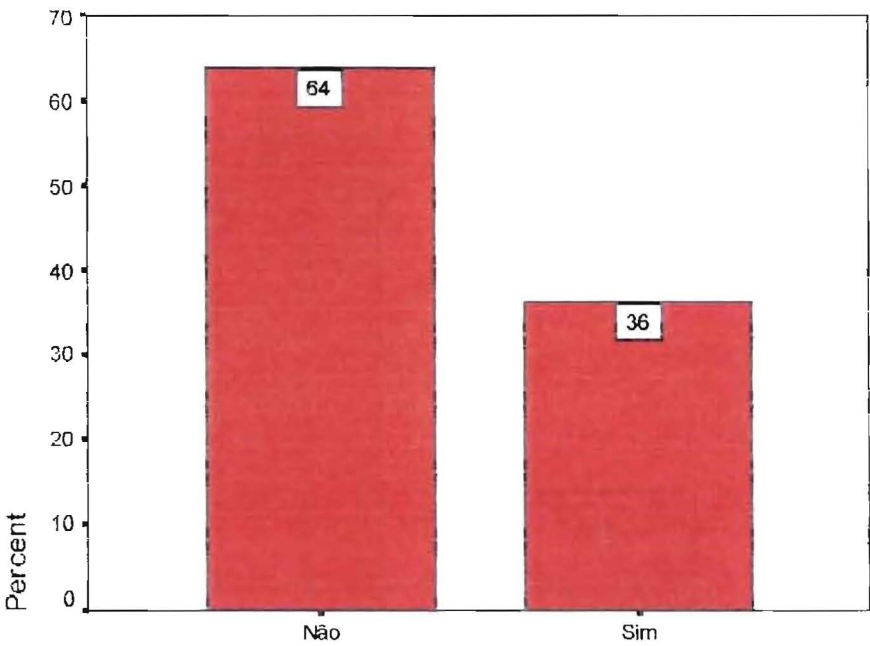
Viagens como atividade cultural/lazer.

72 – PASSEIOS COMO ATIVIDADE CULTURA/LAZER



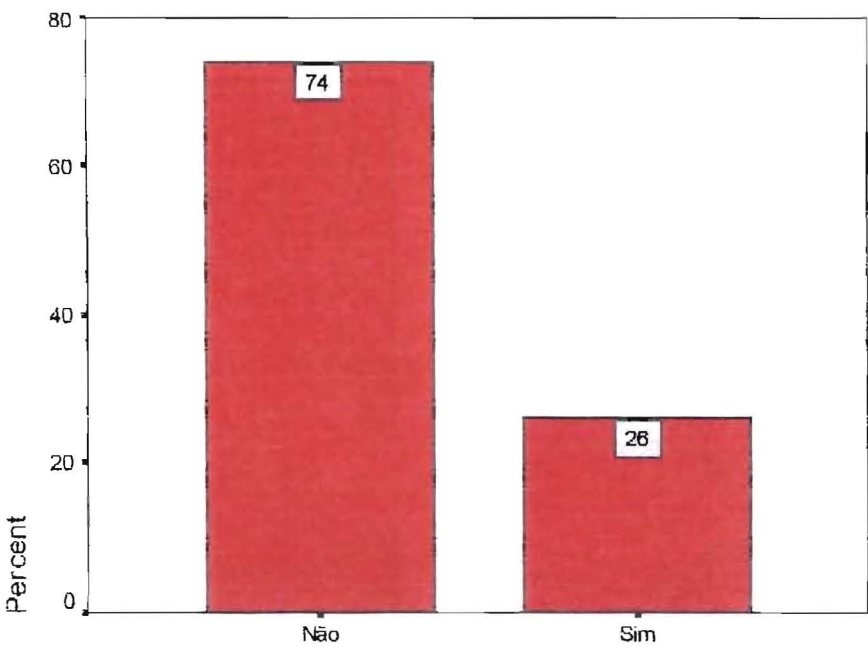
Passeios como atividade cultural/lazer.

73 – CLUBE COMO ATIVIDADE CULTURA/LAZER



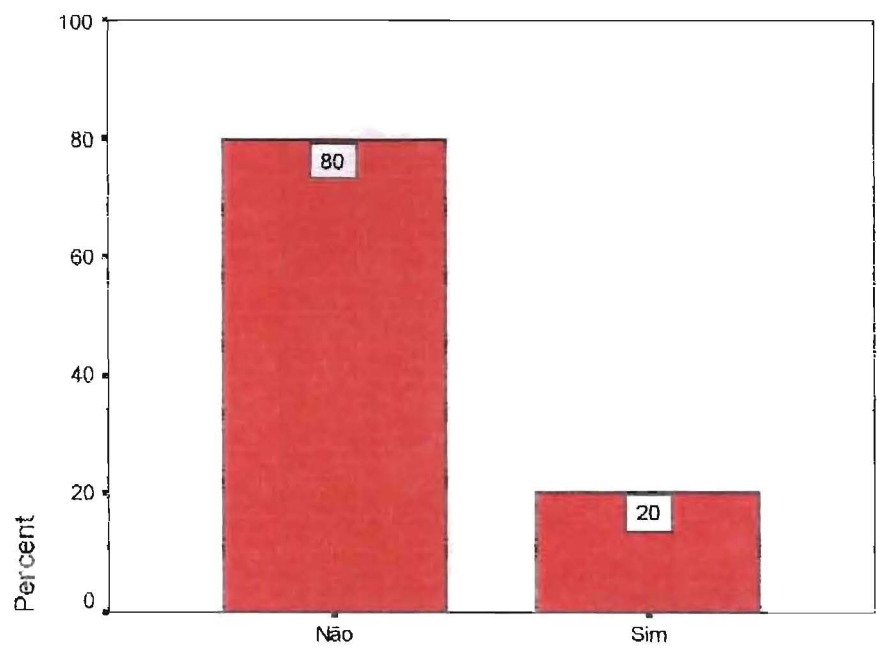
Clube como atividade cultural/lazer.

74 - TEATRO COMO ATIVIDADE CULTURA/LAZER



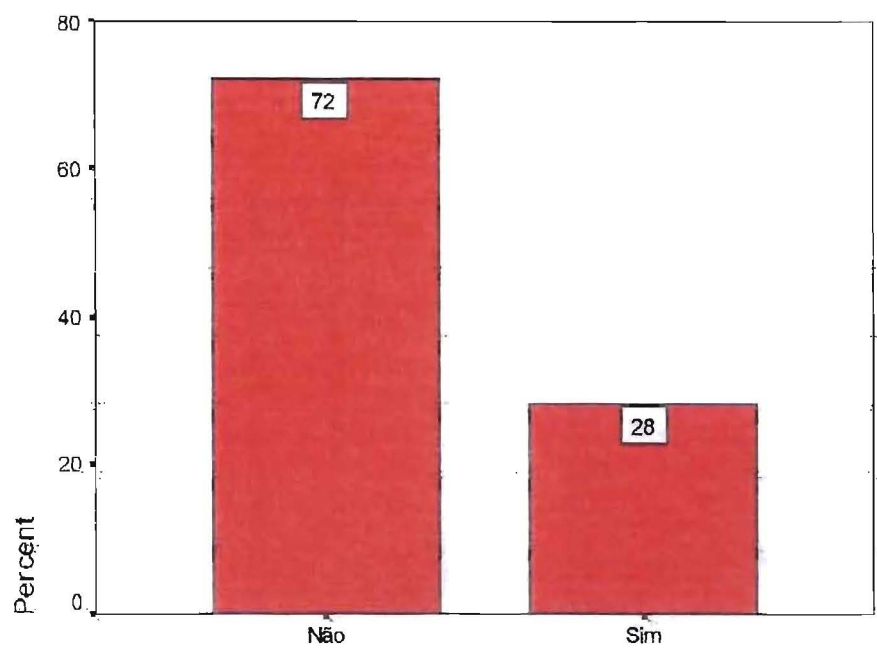
Teatro como atividade cultural/lazer.

75 – EXPOSIÇÕES COMO ATIVIDADE CULTURAL/LAZER



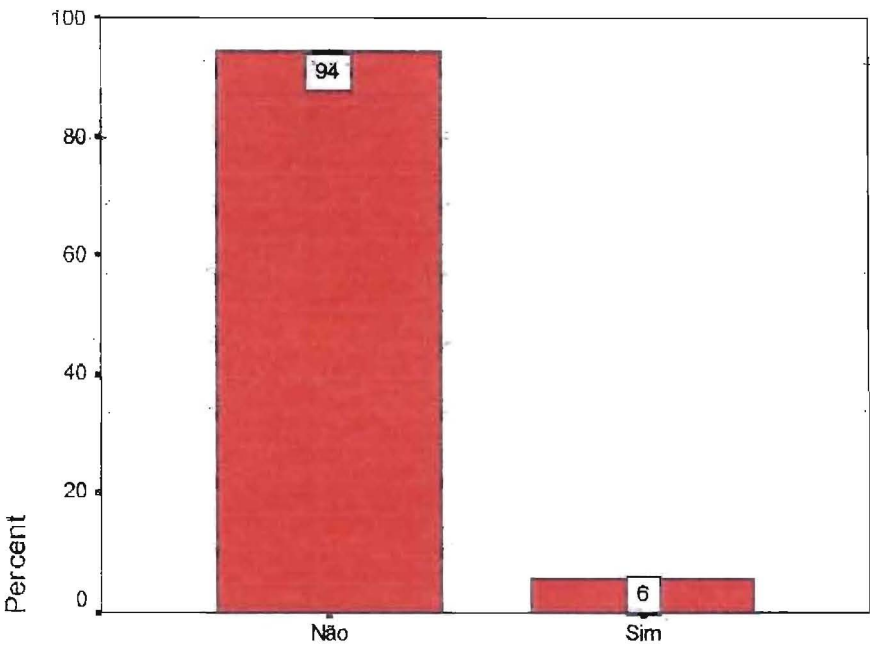
Exposições como atividade cultural/lazer.

76 – BOATES/FESTAS COMO ATIVIDADES CULTURAIS/LAZER



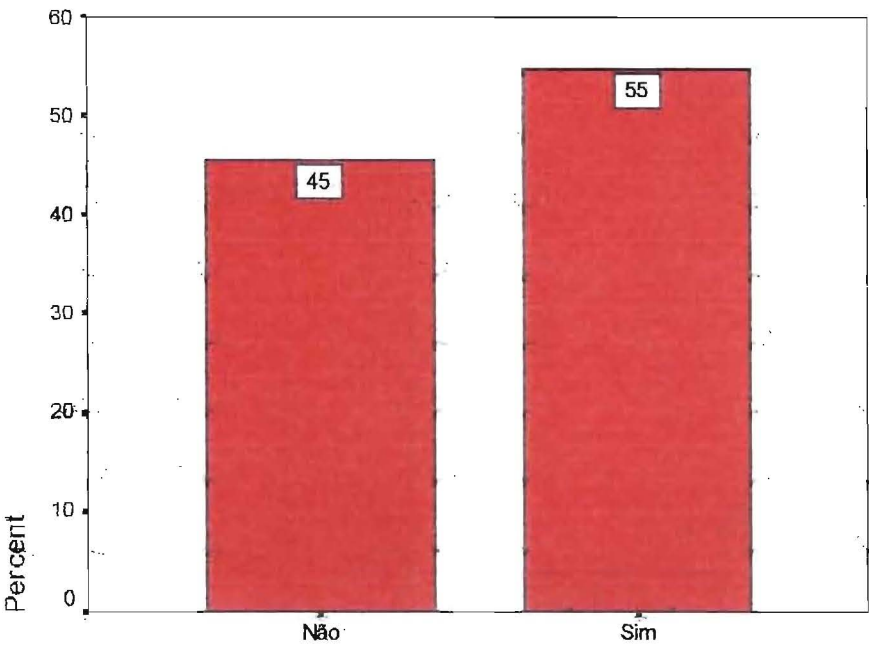
Boates/festas como atividade cultural/lazer.

77 – ARTES PLÁSTICAS COMO ATIVIDADES CULTURAIS/LAZER



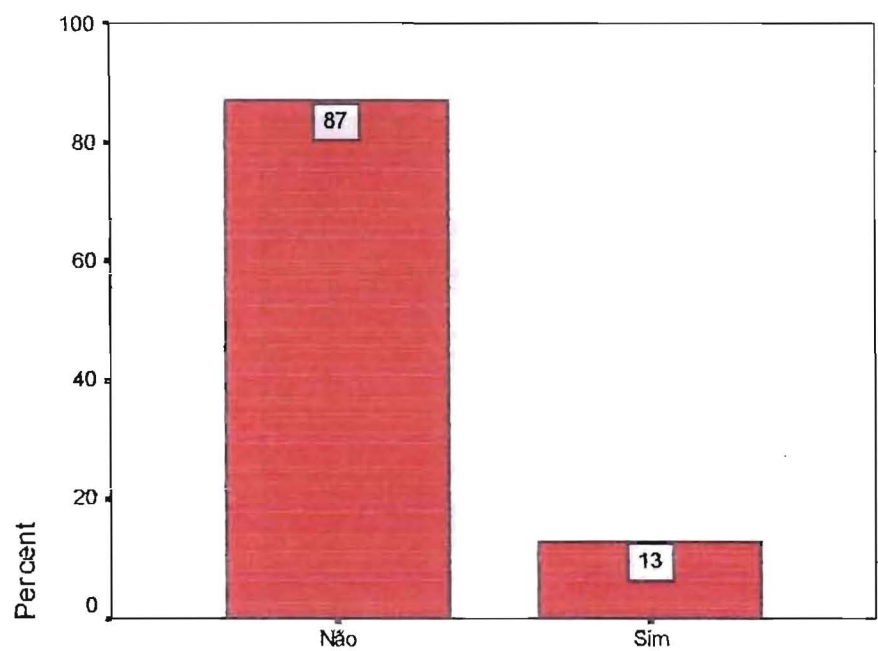
Artes plásticas como atividade cultural/lazer.

78 – BARES/RESTAURANTES COMO ATIVIDADES CULTURAIS/LAZER



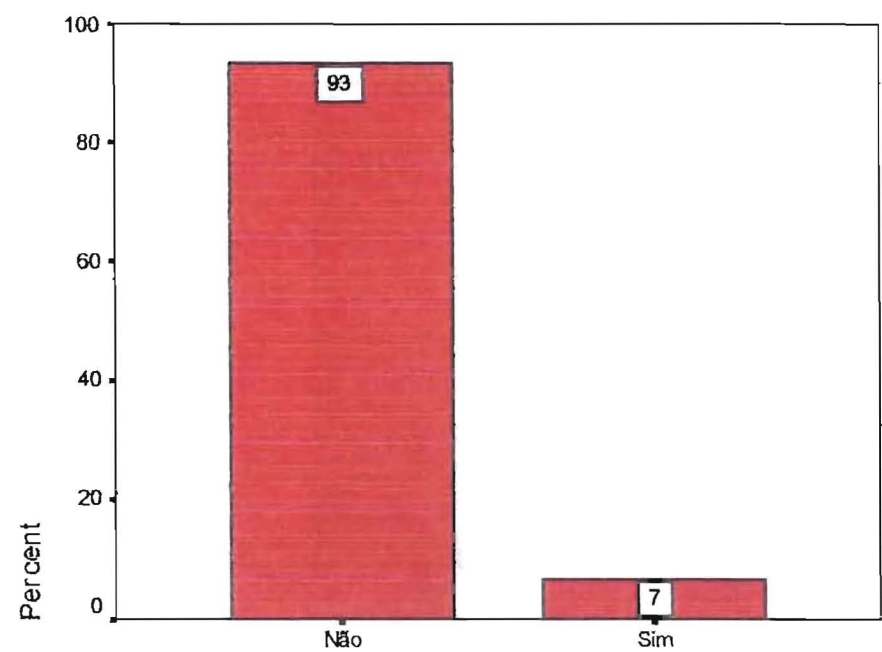
Bares/restaurantes como atividade cultural/lazer.

79 – TRABALHOS MANUAIS COMO ATIVIDADES CULTURAIS/LAZER



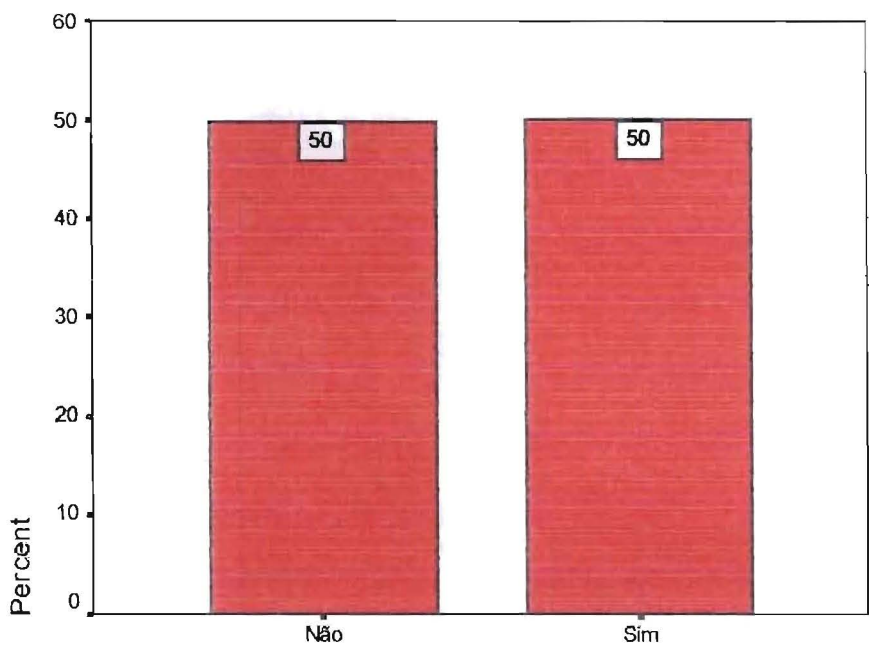
Trabalhos manuais como atividade cultural/lazer.

80 – OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS/LAZER



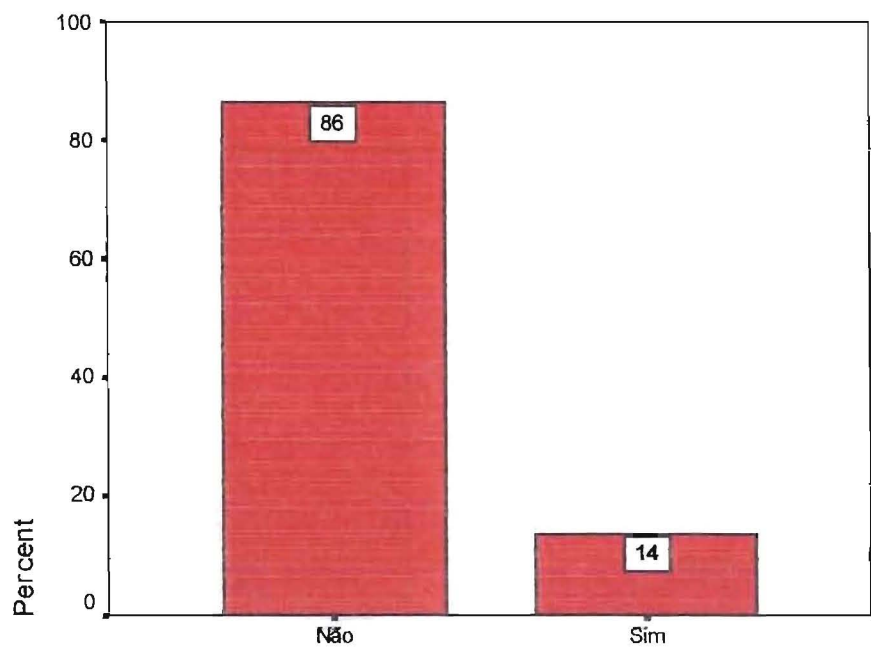
Existência de outras atividades culturais/lazer.

81 – PRATICA CAMINHADA COMO ESPORTE/EXERCÍCIO REGULAR



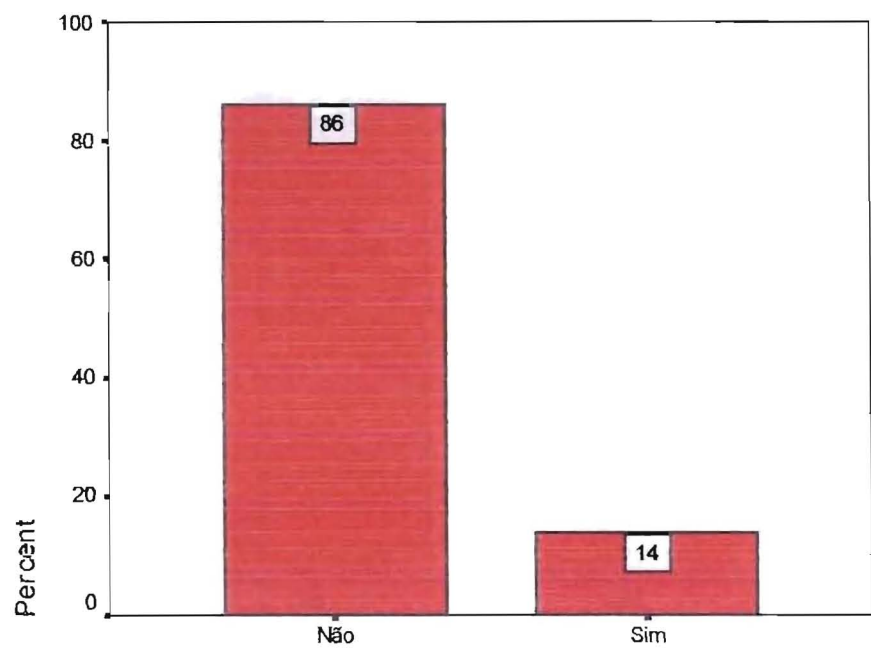
Caminhada como esporte/exercício praticado regularmente.

82 – PRATICA CORRIDA COMO ESPORTE/EXERCÍCIO REGULAR



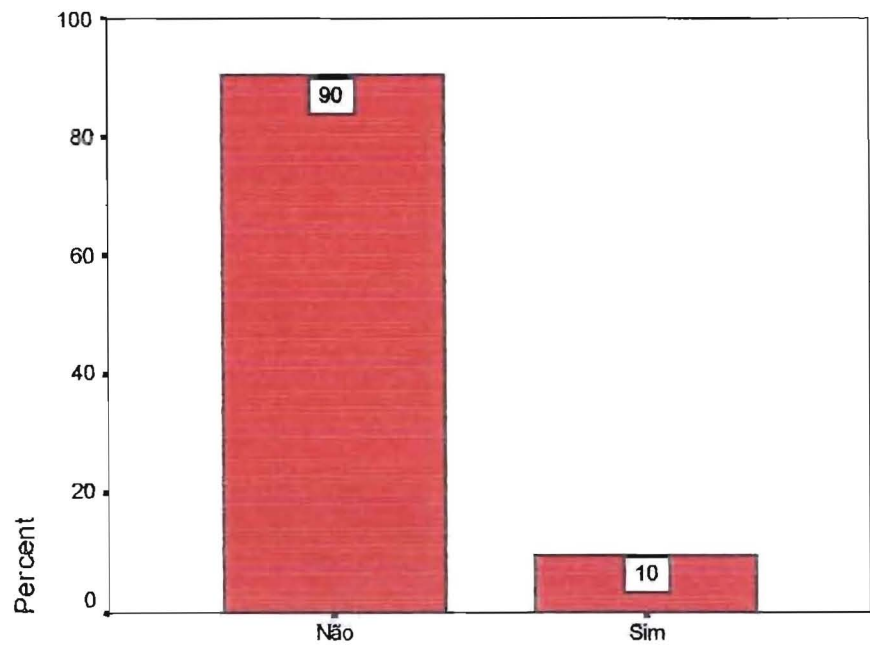
Corrida como esporte/exercício praticado regularmente.

83 - PRATICA FUTEBOL COMO ESPORTE/EXERCÍCIO REGULAR



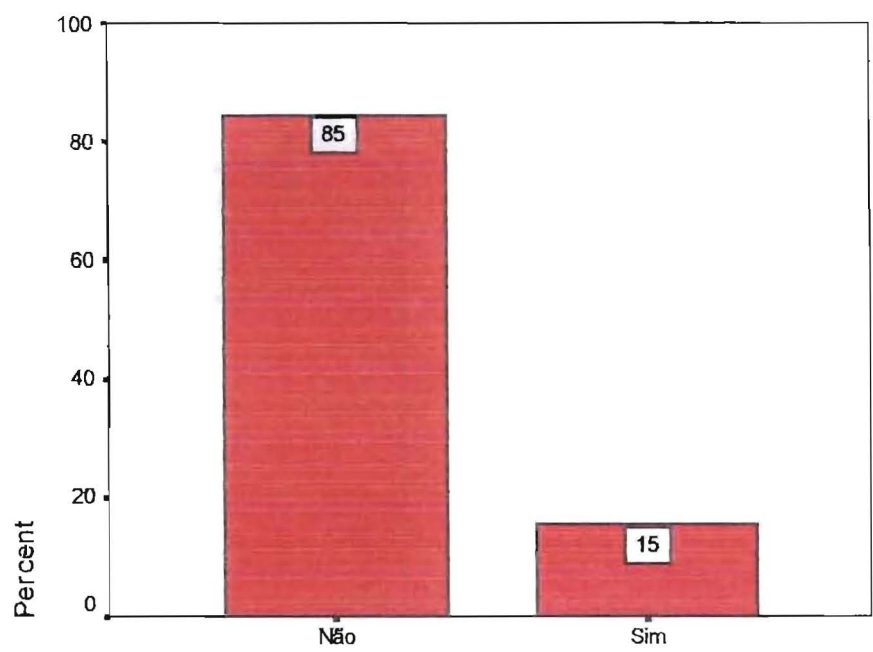
Futebol como esporte/exercício praticado regularmente.

84 - PRATICA NATAÇÃO COMO ESPORTE/EXERCÍCIO REGULAR



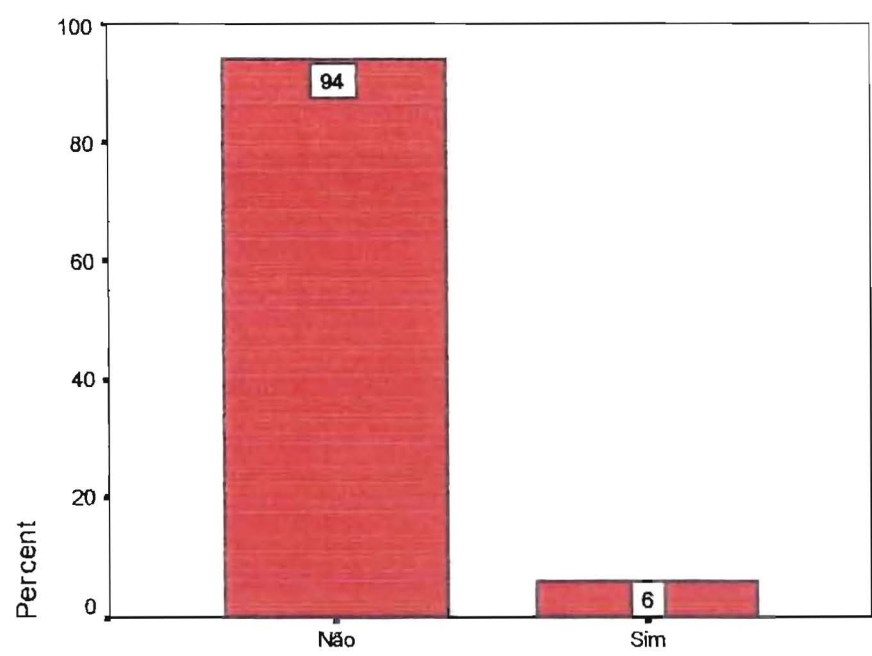
Natação como esporte/exercício praticado regularmente.

85 - PRATICA GINÁSTICA COMO ESPORTE/EXERCÍCIO REGULAR



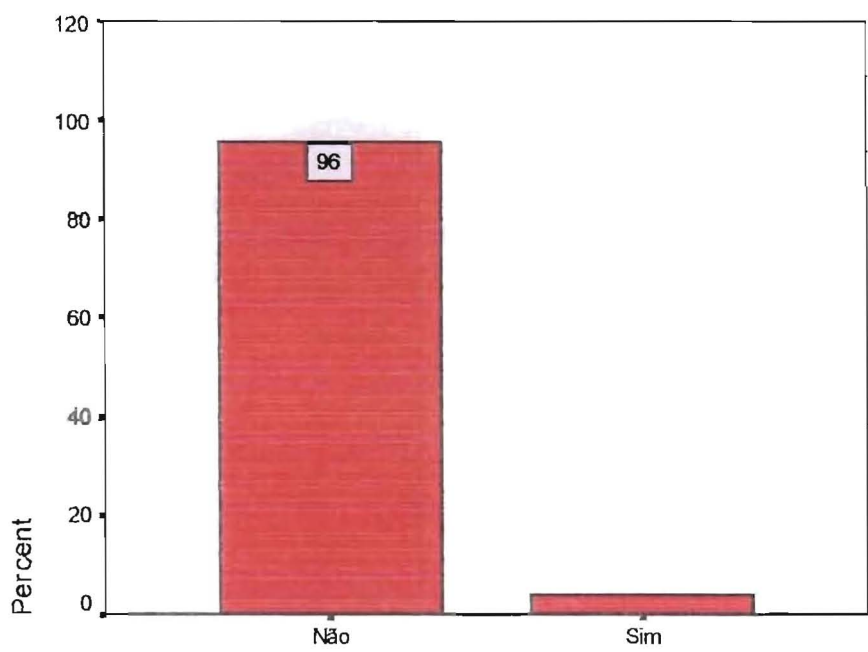
Ginástica como esporte/exercício praticado regularmente.

86 - PRATICA DANÇA COMO ESPORTE/EXERCÍCIO REGULAR



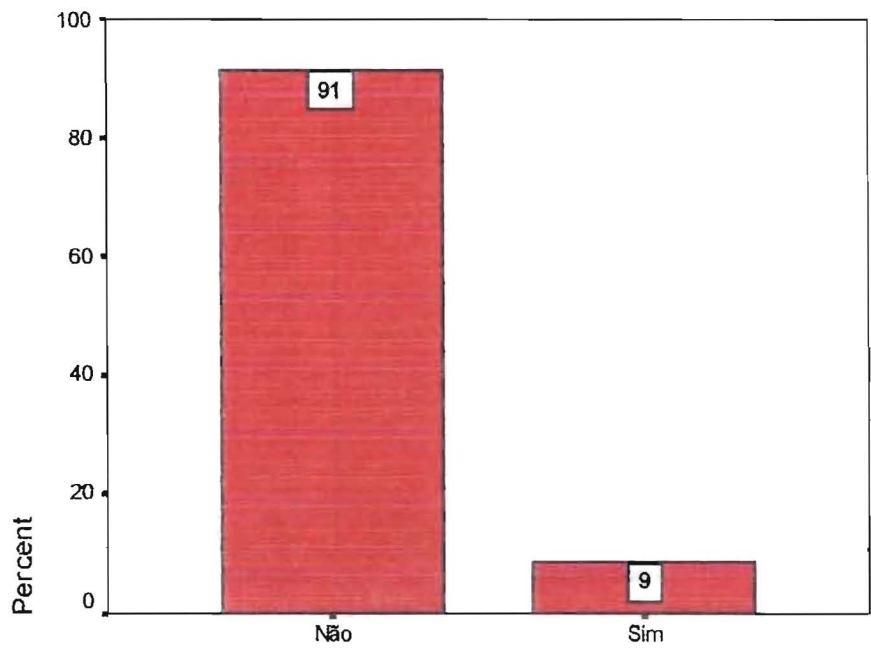
Dança como esporte/exercício praticado regularmente.

87 - PRATICA HIDROGINÁSTICA COMO ESPORTE/EXERCÍCIO REGULAR



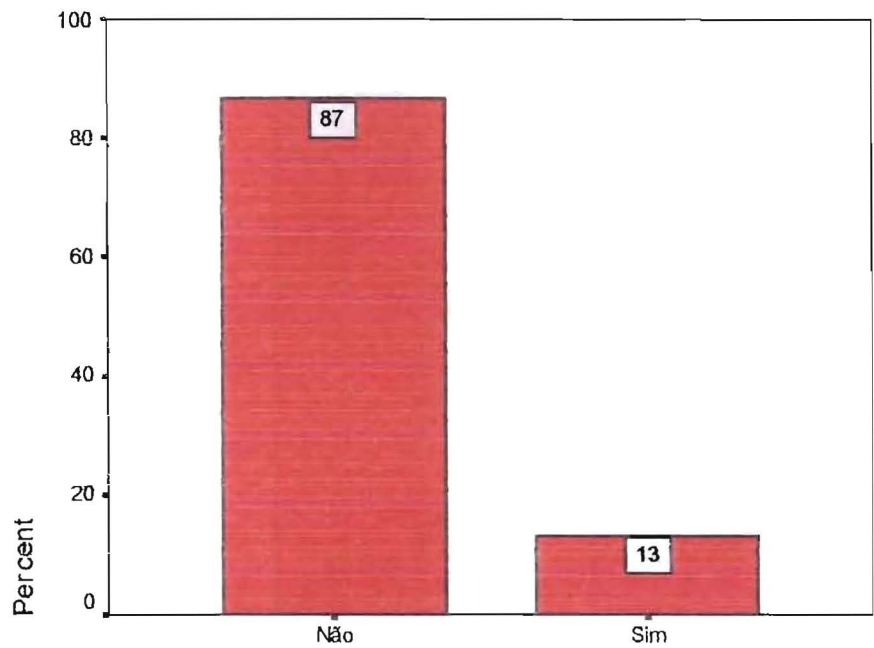
Hidroginástica como esporte/exercício praticado regularmente.

88 - PRATICA CICLISMO COMO ESPORTE/EXERCÍCIO REGULAR



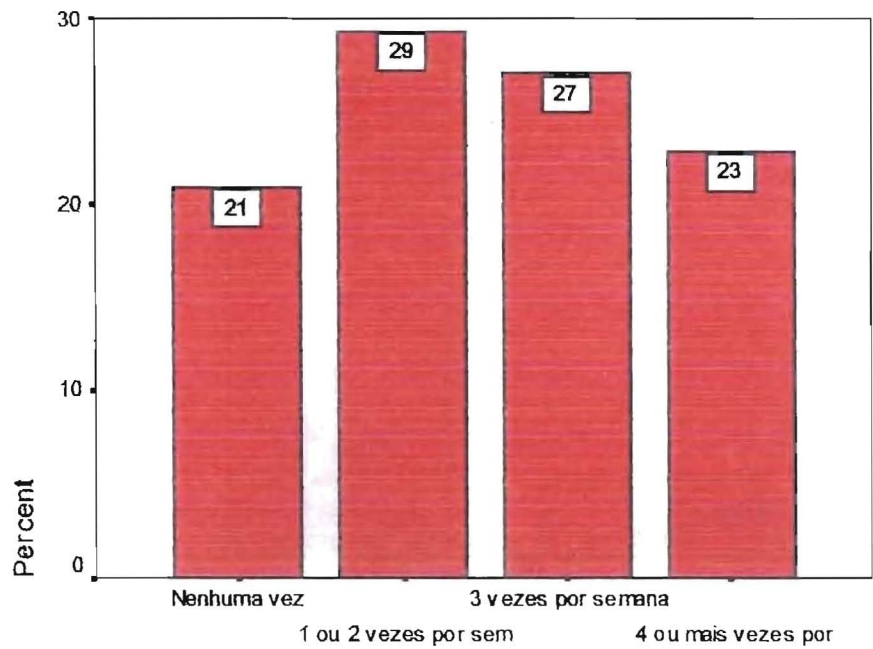
Ciclismo como esporte/exercício praticado regularmente.

89- OUTOS ESPORTE/EXERCÍCIO PRATICADOS REGULARMENTE



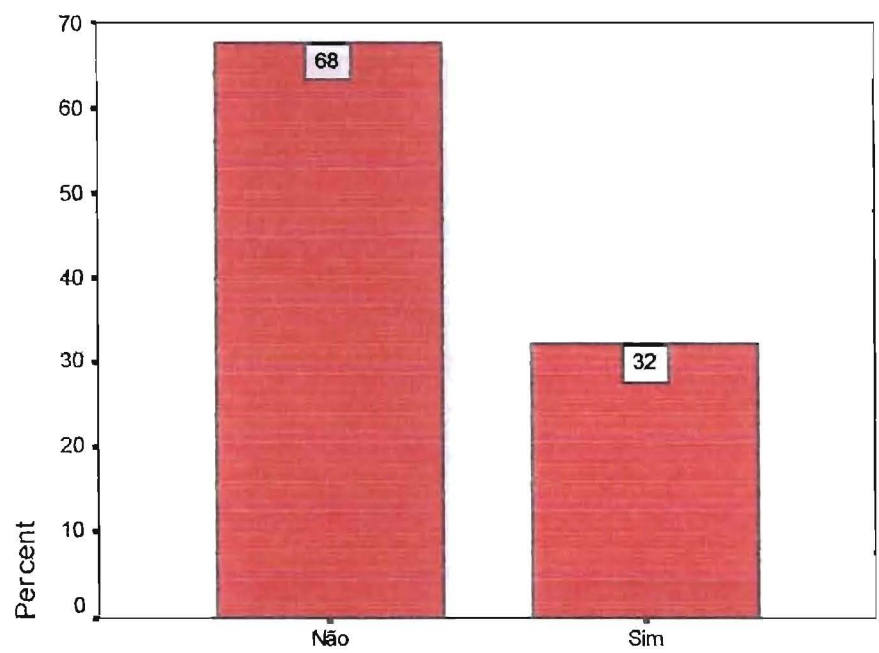
Existência de outros esportes/exercícios praticado regularmente

90 – FREQUÊNCIA COM QUE PRATICA ESPORTES/EXERCÍCIOS



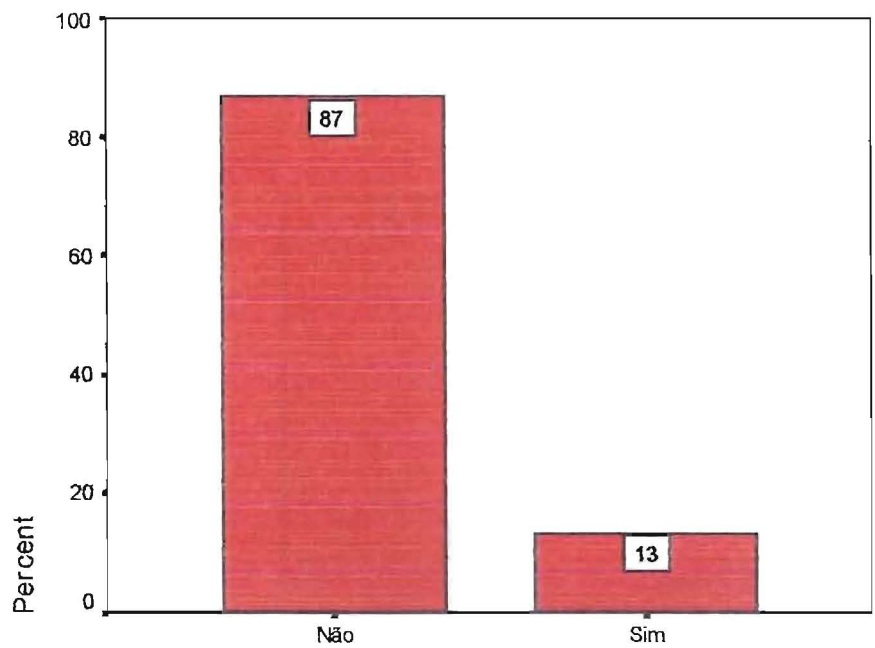
Frequência com que pratica esportes/exercícios regularmente.

91 – PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS (SOCIAL, RELIGIOSO, COMUNITÁRIO)



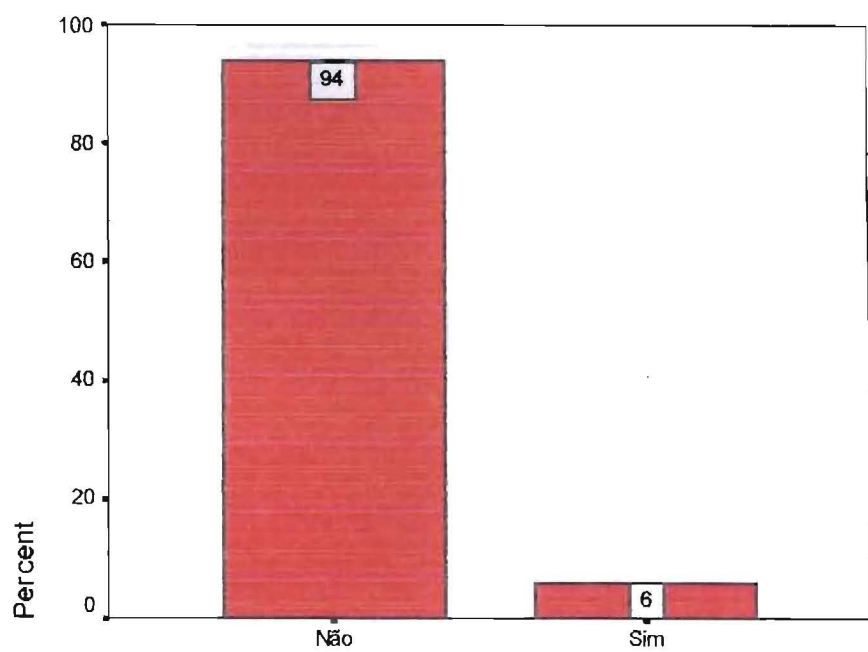
Participação em grupo (social, religioso, comunitário) como ativ

92 - PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES



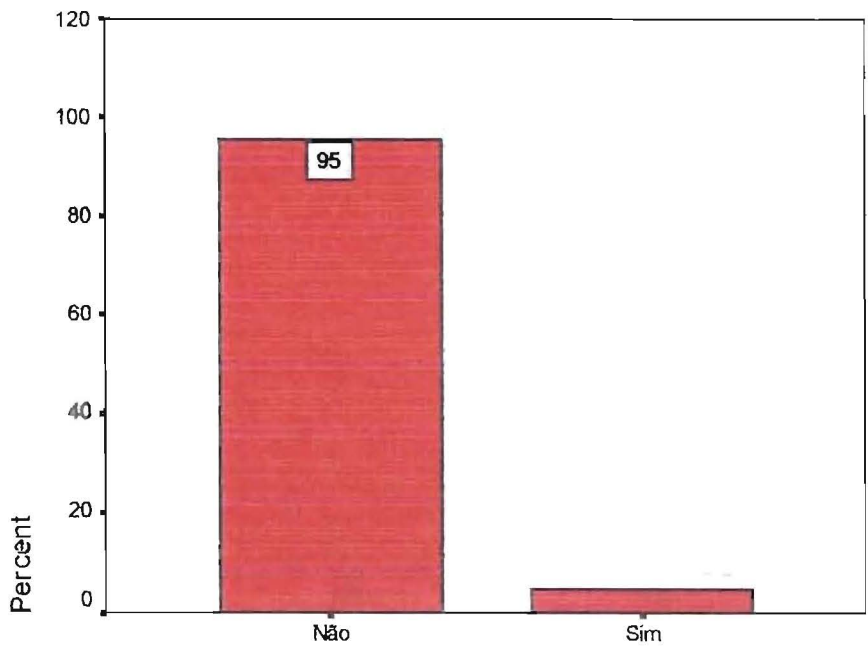
Participação em associações como atividade comunitária.

93 - PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADE SOCIAL



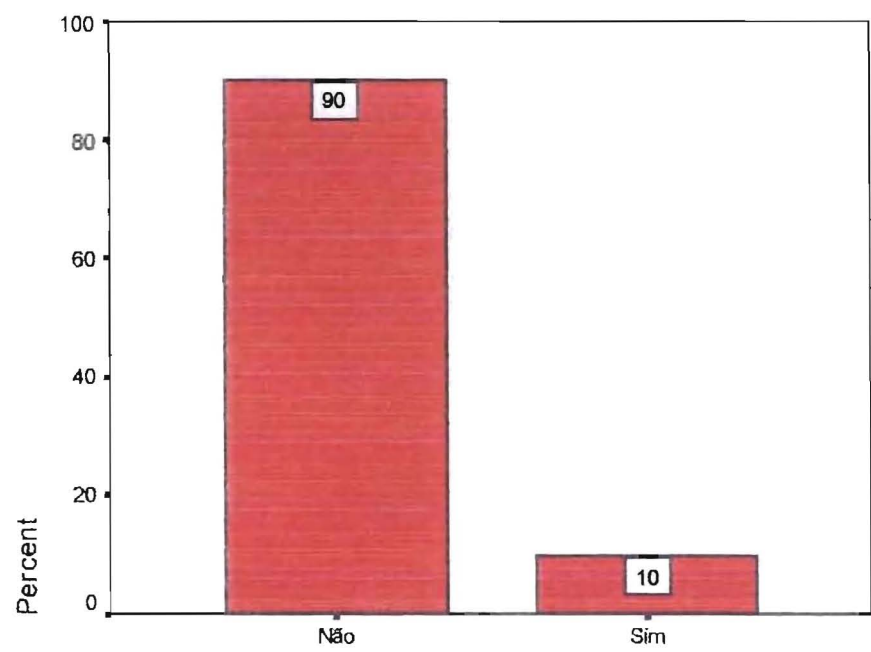
Participação em entidade social (creche, abrigo, asilo) como ati

94 - PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADE DE CLASSE



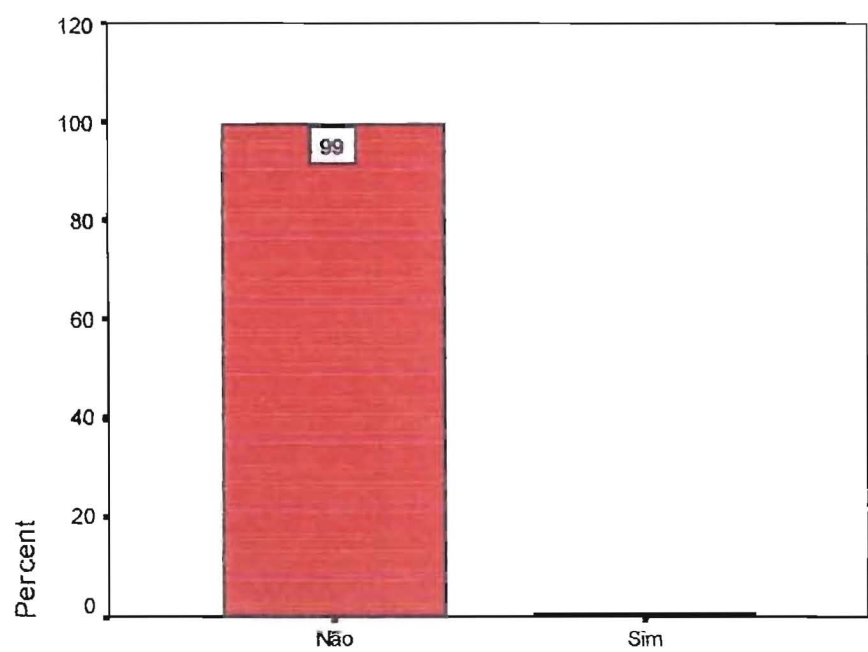
Participação em entidade de classe como atividade comunitária

95 - PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVA



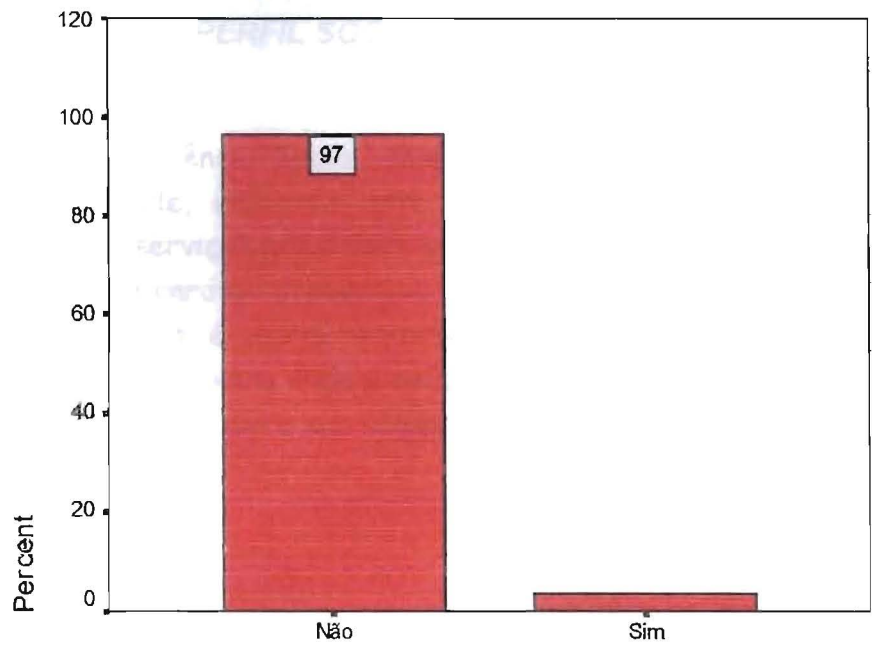
Participação em cooperativa como atividade comunitária.

96 - PARTICIPAÇÃO EM CONSELHO COMUNITÁRIO



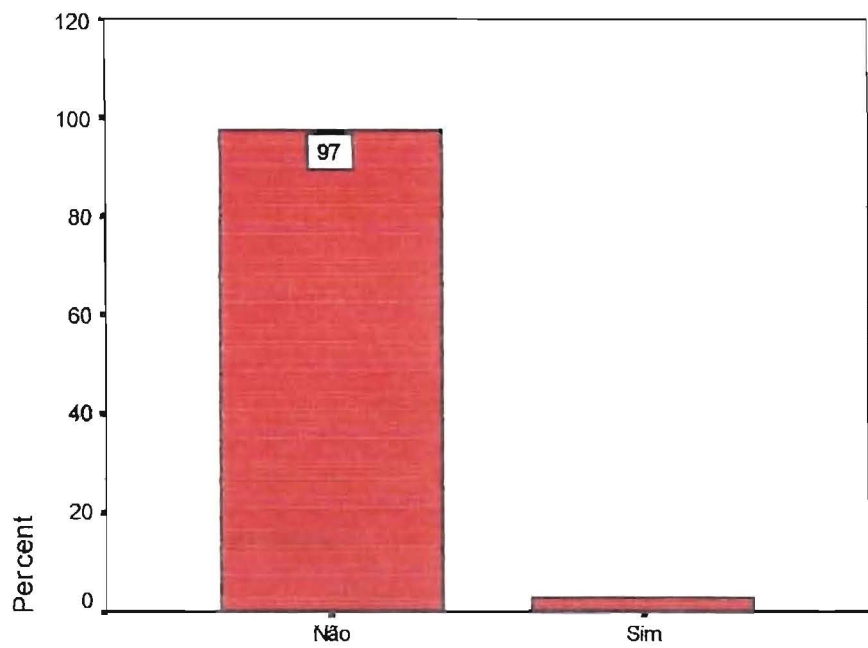
Participação em conselho comunitário como atividade comunitária

97 - PARTICIPAÇÃO EM PREFEITURA



Participação em prefeitura (quadra, bairro) como atividade com

98 - PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS



Participação em outras organizações sociais como atividade co

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE SAÚDE
SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

PESQUISA "PERFIL SOCIAL DO SERVIDOR DO STJ"

Caro servidor,

A Seção de Assistência Social, com o intuito de estar mais próximo a você, conhecendo a sua realidade, elaborou este questionário que fornecerá dados para melhoria da qualidade dos serviços prestados e subsidiará a estruturação de programas e projetos, especialmente de caráter preventivo, na área de saúde.

A sua participação é muito importante, e, por este motivo, pedimos que responda às questões que se seguem. Não é necessário se identificar.

Certos de contarmos com a sua colaboração, agradecemos.

DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS

1) Sexo: (1) M (2) F

2) Idade: _____

3) Procedência:

- (1) Norte (4) Sul
(2) Nordeste (5) Centro - Oeste
(3) Sudeste

4) Religião:

- (1) Católica (5) Esotérica
(2) Evangélica (6) Nenhum
(3) Espírita (7) Outras _____
(4) Budista

5) Estado Civil:

- (1) Solteiro
(2) Casado
(3) Vive maritalmente
(4) Divorciado/Separado
(5) Viúvo

6) Número de dependentes: _____

7) Total de pessoas residentes na sua casa:
_____ pessoas.

8) Local de moradia:

- (1) Plano Piloto
(2) Cidade Satélite _____
(3) Entorno _____

9) Tipo de moradia:

- (1) casa (2) apartamento (3) chácara

10) Condições de moradia:

- (1) própria (3) cedida
(2) alugada (4) financiada

11) Escolaridade:

- (1) Cursando 1º Grau (8) 2º Grau Completo
(2) 1º Grau Incompleto (7) Cursando 3º Grau
(3) 1º Grau Completo (6) 3º Grau Incompleto
(4) Cursando 2º Grau (9) 3º Grau Completo
(5) 2º Grau Incompleto

12) Cursos de pós-graduação:

- (0) Nenhum
(1) Especialização
(2) Cursando Especialização
(3) Mestrado
(4) Cursando Mestrado
(5) Doutorado
(6) Cursando Doutorado
(7) Pós-Doutorado
(8) Cursando Pós-Doutorado

13) Tipo de estabelecimento de ensino:
(no qual estuda atualmente)

- (0) Nenhum (1) Público (2) Privado

14) Turno (no qual estuda atualmente):

- (0) Nenhum (2) Tarde
(1) Manhã (3) Noite

EM RELAÇÃO AO TRABALHO

15) Tempo de serviço no STJ:

_____ano(s) e _____mês(es)

16) Categoria funcional:

(1) Analista Judiciário

(2) Técnico Judiciário

(3) Auxiliar Judiciário

17) Função gratificada?

(0) Não (1) Sim

18) Trabalha em outro local?

(0) Não (1) Sim

19) Renda familiar:

(soma de todos os salários da família)

(1) Até R\$ 1.000,00

(2) De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.500,00

(3) De R\$ 2.500,01 a R\$ 4.000,00

(4) De R\$ 4.000,01 a R\$ 5.500,00

(5) Acima de R\$ 5.500,01

20) Assinale todos os itens que representam gastos relevantes, com todos os familiares, no orçamento doméstico:

(20) educação

(21) moradia

(22) pensão alimentícia

(23) saúde

(24) outros _____

21) Assinale todos os fatores que considera interferir no seu trabalho atualmente:

(25) espaço físico de trabalho

(26) mobiliário (não ergonômico)

(27) ventilação

(28) temperatura (calor, frio)

(29) ruídos, barulhos

(30) iluminação

(31) barreiras arquitetônicas

(32) agentes químicos

(33) agentes biológicos

(34) radiações

(35) outros _____

22) Assinale todos os fatores psicossociais que interferem no seu trabalho atualmente:

(36) problemas financeiros

(37) problemas familiares

(38) doença na família

(39) questões judiciais

(40) despesas com jogos

(41) abuso de álcool

(42) uso de drogas

(43) tabagismo

(44) depressão

(45) tensão/ansiedade

(46) sentimento de inferioridade

(47) pesares (luto, doenças, separação etc.)

(48) não adaptação à atividade que executa

(49) falta de motivação

(50) competição entre colegas

(51) relacionamento difícil com a chefia

(52) relacionamento difícil com os colegas

(53) outros _____

23) Acidente de trabalho:

Desconsidere esta questão se sua resposta for negativa.

(54) No STJ N° de vezes _____

(55) No percurso (trajeto) N° de vezes _____

24) Tipo de transporte que você mais utiliza para o trabalho:

(1) próprio

(2) funcional (ônibus do STJ)

(3) comercial (ônibus, Van, Kombi, táxi...)

(4) solidário

(5) outros _____

25) Faz percurso a pé, frequentemente, para chegar ao trabalho?

Desconsidere esta questão se sua resposta for negativa.

(57) casa/ponto de ônibus

(58) Rodoviária/STJ

(59) Congresso /STJ

(60) outros _____

26) Tempo usualmente gasto de deslocamento de casa para o trabalho:

(1) até 30 min (4) de 1h30h a 2h

(2) de 30min a 1h (5) de 2h a 2h30min

(3) de 1h a 1h30min (6) acima de 2h30min

27) Esteve de licença médica nos últimos 12 meses por:

82) tratamento de saúde

(63) acompanhamento de familiar

(84) licença maternidade

(55) outros

28) Período de licença médica: _____ dias.

29) Assinale todas as suas atividades culturais/lazer:

(67) cinema/vídeo (74) teatro

(88) livros (75) exposições

(89) música/show (78) boates/festas

(70) cursos (77) artes plásticas

(71) viagens

(72) passeios

(73) clube (80) outras

30)Tipos de esportes/exercício praticados regularmente:

(81) caminhada

(82) corrida

(83) futebol

(84) natação

(86) ginástica

(83) dança

(87) hidroquinástica

(88) ciclismo

(89) outros

31) Freqüência:

(0) nenhuma vez

() 1 ou 2 vezes/semana

(2) 3 vezes/semana

(3) 4 ou mais vezes/semana

32) Você participa de:

(₉₁) grupo (social, religioso, comunitário)

(92) associações

(93) entidade social (creche, abrigo, asilo)

(94) entidade de classe

(95) cooperativa

(98) conselho comunitário

(97) prefeitura (quadra, bairro)

(98) outras organizações sociais

33) O que você entende por Serviço Social, como profissão?

[illegible]

34) Na sua visão, quais as atribuições do Assistente Social no STJ?

[illegible]

35) Como avalia a atuação do Assistente Social no STJ?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins or other markings on the paper.

Muito obrigada por sua participação!